

# ANAIS

**XIV Encontro de Geografia da UNIOESTE/FBE  
VIII Encontro de Geografia do Sudoeste do Paraná**

*“Geografia: a unidade e a diversidade disciplinar”*

14 a 17 de outubro de 2009  
UNIOESTE/Campus de Francisco Beltrão

**Artigos Completos  
Resumos**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ**  
**CAMPUS DE FRANCISCO BELTRÃO-PR**

**Alcibíades Luiz Orlando**  
Reitor

**Benedito Martins Gomes**  
Vice-Reitor

**José Maria Ramos**  
Diretor Geral

**Julio Cesar Paisani**  
Diretor do Centro de Ciências Humanas

**Luciano Zanetti Pessoa Candioto**  
Coordenador do Colegiado do Curso de Geografia

**Comissão Organizadora**

**Professores:**

Elvis Rabuske Hendges (Coordenador)  
Fabrício Pedroso Bauab  
Juliano Andres  
Ricardo Carvalho Leme  
Sílvia Regina Pereira  
Waldiney Gomes de Aguiar

**Acadêmicos:**

Ana Paula Righes  
Angelita Cristiane dos Santos  
Camila Graeff Casiraghi  
Douglas Jose Cattelan  
Eloise Strapazzon  
Fernanda Pachtmann  
Fernando Eibel  
Flavio Luís Perottoni Júnior  
Franciele Moreira Grande  
Geliane Toffolo  
Lucia do E.S. Alexandre  
Marilei de Fátima Dalazen  
Marcelo Buttner  
Michele Brikilvicz  
Robson Pilati  
Rodrigo Ferreira Lima  
Ronaldo Batista Pegorine  
Sandra Luiza Furlani  
Simone Colombo  
Simone Guerra  
Suzana Gotardo de Meira  
Tiago Samuel Bulau  
Wellington Luiz Presente

**Ilustração da Capa**  
Elvis Rabuske Hendges

**Diagramação**  
Sílvia Regina Pereira

**ISSN**  
2176-5529

**A redação dos textos apresentados nos Anais é de inteira responsabilidade dos autores.**

**Comissão Organizadora**

## APRESENTAÇÃO

O Campus de Francisco Beltrão realizou nos dias 14 a 17 de outubro de 2009, o XIV ENGEO e VIII ENGESOP.

O evento é organizado pelo curso de Geografia da UNIOESTE sendo voltado para acadêmicos, profissionais e comunidade em geral, que tenham em comum o interesse pela Geografia.

O ENGEO (Encontro de Geografia da UNIOESTE) já está em sua décima quarta edição e visa integrar e difundir o conhecimento de Geografia, aproximando grupos e áreas de pesquisas distintos e que possuem como alvo de estudo em comum a sociedade, a natureza e a sua interação.

O ENGESOP (Encontro de Geografia do Sudoeste do Paraná) é um evento que procura suprir uma lacuna existente na divulgação do conhecimento produzido na Geografia na região Sudoeste do Paraná, contribuindo intensamente para a formação acadêmica e para a divulgação das pesquisas efetuadas no Sudoeste Paranaense.

O objetivo geral do evento é focado na integração de profissionais e acadêmicos envolvidos em estudos da Geografia, proporcionando, mediante o debate de temas atinentes à ciência geográfica, a compreensão dos problemas espaciais da sociedade contemporânea, bem como estimular as possibilidades de intervenção na resolução destes.

## Organizadores

Colegiado de Geografia da UNIOESTE/FBE

Colegiado do Mestrado em Geografia da UNIOESTE/FBE

### **Professores:**

Elvis Rabuske Hendges (Coordenador)  
Fabrício Pedroso Bauab  
Juliano Andres  
Ricardo Carvalho Leme  
Sílvia Regina Pereira  
Waldiney Gomes de Aguiar

### **Acadêmicos:**

Ana Paula Righes  
Angelita Cristiane dos Santos  
Camila Graeff Casiraghi  
Douglas Jose Cattelan  
Eloise Strapazzon  
Fernanda Pachtmann  
Fernando Eibel  
Flavio Luís Perottoni Júnior  
Franciele Moreira Grande  
Geliane Toffolo  
Lucia do E.S. Alexandre  
Marilei de Fátima Dalazen  
Marcelo Buttner  
Michele Brikilvicz  
Robson Pilati  
Rodrigo Ferreira Lima  
Ronaldo Batista Pegorine  
Sandra Luiza Furlani  
Simone Colombo  
Simone Guerra  
Suzana Gotardo de Meira  
Tiago Samuel Bulau  
Wellington Luiz Presente

## **Comissão Científica**

### **Professores:**

Beatriz Rodrigues Carrijo

Elvis Rabuske Hendges

Fabício Pedroso Bauab

Gilberto Martins

Juliano Andres

Luciano Zanetti Pessoa Candiotto

Luiz Carlos Flávio

Mafalda Nesi Francischett

Marcos Aurélio Pelegrina

Marga Elis Pontelli

Rosana Cristina Biral Leme

Roselí Alves dos Santos

Sílvia Regina Pereira

Waldiney Gomes de Aguiar

## Programação Geral

	14/10 (quarta-feira)	15/10 (quinta-feira)	16/10 (sexta-feira)	17/10 (sábado)
Manhã	Credenciamento (hall do auditório 1)	Apresentação de trabalhos (salas do bloco 1)	Apresentação de trabalhos (salas do bloco 1)	Mini-cursos (salas do bloco 1)
Tarde	Credenciamento (hall do auditório 1)	Sessão "vídeo & debate" (auditório 2/bloco 4)	Mini-cursos (salas do bloco 1)	Mini-cursos (salas do bloco 1)
Noite	Mesa Redonda Geografia: a unidade e a diversidade disciplinar.  Douglas Santos (PUC/SP) Marcos B. Carvalho (USP)  (auditório 1)	Mesa Redonda Perspectivas do Ensino de Geografia.  Sônia M. V. Castellar (USP) Maria E. R. Simielli (USP)  (auditório 1)	Mesa Redonda Geotecnologias: um campo a ser explorado na Geografia.  Angélica Cirolini (UFMS) Waterloo Pereira Filho (UFMS)  (auditório 1)	

## Programação - Mini-cursos

### Sexta-feira 16/10

14h às 18h

Mini-curso 1 - A IMPORTÂNCIA DA PEDOLOGIA E DA GEOMORFOLOGIA  
NO PLANEJAMENTO URBANO E AGRÍCOLA

Ministrante: Fabiola Rakek Marinho

Carga horária: 4 - Sala 112 - Térreo bloco 1

Mini-curso 2 - UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NO ESTADO DO PARANÁ:  
PROTEGER DE/PARA QUEM?

Ministrante: Ariadne Farias

Carga horária: 12 - Sala 104 - Térreo bloco 1

Mini-curso 3 - O SISTEMA AQUÍFERO GUARANI E APLICAÇÃO  
DE GEOTECNOLOGIAS NA SUA GESTÃO

Ministrante: Fabiano Marion

Carga horária: 4 - Sala 103 (Geoprocessamento) - Térreo bloco 1

Mini-curso 4 - TURISMO RURAL NA AGRICULTURA FAMILIAR

Ministrante: Luciano Candiotto

Carga horária: 4 - Sala 111 - Térreo bloco 1

Mini-curso 6 - COLONIZAÇÃO AUSTRIACA E ITALIANA EM SANTA CATARINA

Ministrante: Ronaldo Gonçalves

Carga horária: 12 - Sala 216 (Laboratório de Ensino de Geografia) - 2º Piso bloco 1

Mini-curso 7 - POLUIÇÃO VEICULAR E INDUSTRIAL:  
SUPERAQUECIMENTO GLOBAL E EFEITO ESTUFA

Ministrante: Paulo Roberto Krachuski

Carga horária: 12 - Sala 102 - Térreo bloco 1

### Sábado 17/10

08h às 12h e 14h às 18h

Mini-curso 2 - UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NO ESTADO DO PARANÁ:  
PROTEGER DE/PARA QUEM?

Ministrante: Ariadne Farias.

Carga horária: 12 - Sala 104 - Térreo bloco 1

Mini-curso 5 - USO DO GPS NA ORIENTAÇÃO: RAPIDEZ ELETRÔNICA.

Ministrantes: Juliano Andres e Elvis Hendges

Carga horária: 8 - Sala 103 (Geoprocessamento) - Térreo bloco 1

Mini-curso 6 - COLONIZAÇÃO AUSTRIACA E ITALIANA EM SANTA CATARINA

Ministrante: Ronaldo Gonçalves

Carga horária: 12 - Sala 216 (Laboratório de Ensino de Geografia) - 2º Piso bloco 1

Mini-curso 7 - POLUIÇÃO VEICULAR E INDUSTRIAL:  
SUPERAQUECIMENTO GLOBAL E EFEITO ESTUFA

Ministrante: Paulo Roberto Krachuski

Carga horária: 12 - Sala 102 - Térreo bloco 1

## Programação - Trabalhos

**Quinta-feira 15/10**  
**08h às 12h**

### **EIXO 1 - HISTÓRIA E EPISTEMOLOGIA DA GEOGRAFIA** **Sala 102 - Térreo bloco 1**

08h - A NATUREZA DA CIÊNCIA MODERNA  
Everton Luiz Lovera

08h20min - HUMBOLDT: DO ORINOCO AO AMAZONAS  
Fábio Mazoco

08h40min - ENSAIO SOBRE O INFINITO: DIÁLOGOS COM GIORDANO BRUNO  
Fabrício Pedroso Bauab

09h - OS ASPECTOS GEOGRÁFICOS NA SAÚDE  
Karise Cristofoli Bauab

09h20min - A (RE)CONSTRUÇÃO DO PENSAMENTO GEOGRÁFICO  
DURANTE A IDADE MÉDIA  
Rodrigo Ferreira Lima e Fabrício Pedroso Bauab

09h40min - ALEMANHA, O PALCO FÍSICO E SOCIAL DA SISTEMATIZAÇÃO DA  
GEOGRAFIA CIENTÍFICA: PARTICULARIDADES HISTÓRICAS  
E O ROMANTISMO ALEMÃO  
Sandra do Nascimento

10h - PERCEPÇÃO DA PAISAGEM: UMA BREVE REFLEXÃO  
Valderes Mantovi

### **EIXO 2 - ESPAÇO AGRÁRIO** **Sala 103 (Geoprocessamento) - Térreo bloco 1**

08h - REGISTRANDO A ORGANIZAÇÃO POLÍTICA DAS MULHERES AGRICULTORAS  
NO SUDOESTE DO PARANÁ  
Catiane Resinato Ribeiro e Elis Marina Benatti Fedato

08h20min - ASPECTOS DA AGRICULTURA BRASILEIRA E IMPACTOS AMBIENTAIS  
Claudia Aparecida Cara

08h40min - ANÁLISES PRELIMINARES DAS MUDANÇAS E PERMANÊNCIAS NO  
TERRITÓRIO DA AGRICULTURA FAMILIAR DO SUDOESTE DO PARANÁ  
ENTRE 1995 E 2007  
Joice Aparecida Antonello, Aline Motter Schmitz e Roselí Alves Dos Santos

09h - VILAS RURAIS: UMA TENTATIVA DE CORRIGIR FALHAS ORIUNDAS DA  
MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA  
Marcos Vinicius Zanon e Zípora Morgana Quinteiro dos Santos

09h20min - TURISMO RURAL EM FRANCISCO BELTRÃO E A FORMAÇÃO DO  
ROTEIRO "CAMINHOS DO MARRECAIS"  
Suzana Gotardo De Meira, Luciano Z. Pessôa Candiotta e Ana Rúbia Gagliotto Galvão

09h40min - OESTE DO ESTADO DO PARANÁ:  
COLONIZAÇÃO E REPRODUÇÃO DO ESPAÇO AGRÁRIO  
Wagner Cipriano Do Nascimento, Martinho Batista Donel e Valderes Mantovi

10h - O USO DO MAPA MENTAL PARA O PLANEJAMENTO  
DE UNIDADES DE PRODUÇÃO FAMILIAR RURAL  
Jacson Gosman Gomes de Lima, Luiz Antonio Schimitz e Tiago Junior Gobetti

### **EIXO 3 - ESPAÇO URBANO**

**Sala 104 - Térreo bloco 1**

08h - GLOBALIZAÇÃO E CONTEMPORANEIDADE  
NA QUESTÃO CENTRO E CENTRALIDADE  
Adir Silvério Cembranel

08h20min - ÁREAS VERDES E O URBANO: O LUGAR DO PARQUE NA CIDADE  
Ione Aparecida Zucchi Modanese

08h40min - BOLSA FAMÍLIA E RENDA FAMILIAR EM SALGADO FILHO IMPACTO NO  
COMÉRCIO LOCAL E FREQUENCIA ESCOLAR DOS BENEFICIÁRIOS  
Jacson Gosman Gomes de Lima, Tiago Junior Gobetti e Wellington Luiz Presente

09h - A CIDADE E SEUS TERRITÓRIOS:  
CAMPOS DE BATALHAS DES-RE-TERRITORIALIZANTES  
Luiz Carlos Flávio

### **EIXO 4 - TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO**

**Sala 216 (Laboratório de Ensino de Geografia) - 1º Piso bloco 1**

08h - UMA ABORDAGEM SOBRE GEOGRAFIA CULTURAL E A FORMAÇÃO  
TERRITORIAL DO SUDOESTE DO PARANÁ  
Andréia Savoldi

08h20min - A FORMAÇÃO SUL-BRASILEIRA: OCUPAÇÃO PORTUGUESA,  
REDUÇÕES JESUÍTICAS E IMIGRANTES  
Leandro Oliveira

08h40min - OS DESCENDENTES DE POLONESES EM PATO BRANCO (PR):  
MIGRAÇÃO E IDENTIDADE  
Michele Briskievicz e Marcos Aurélio Saquet

09h - BRASIL – EQUADOR: FRONTEIRA POUCO CONHECIDA  
Ronaldo Pereira Gonçalves

09h20min - TROPEIRISMO  
Ronaldo Pereira Gonçalves

09h40min - ASPECTOS DA FORMAÇÃO TERRITORIAL DO SUL DO BRASIL  
Ana Paula Claro

**Sexta-feira 16/10**  
**08h às 12h**

**EIXO 5 - DIAGNÓSTICO DO MEIO FÍSICO E ANÁLISE AMBIENTAL**  
Sala 102 - Térreo bloco 1

08h - POSSIBILIDADES E LIMITAÇÕES DA RELAÇÃO SOCIEDADE, MEIO AMBIENTE,  
E UNIDADES DE CONSERVAÇÃO  
Beatriz Rodrigues Carrijo e Ivanir Ortega Rodrigues Da Silva

08h20min - PRODUÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS E A SOLUÇÃO ENCONTRADA  
PELOS MUNICÍPIOS DE PORTO ALEGRE/RS E FRANCISCO BELTRÃO/PR  
Elis Marina Benatti Fedato, Ivanir Ortega Rodrigues Da Silva e Ricardo Carvalho Leme

08h40min - ANÁLISE DO PROGRAMA DE COLETA SELETIVA "CIDADE LIMPA" -  
FRANCISCO BELTRÃO-PR  
Nilva Tibes

09h - CONSERVAÇÃO E USO SUSTENTÁVEL DE RECURSOS HÍDRICOS  
COMO INSTRUMENTO DE GESTÃO AMBIENTAL EM UNIDADES RURAIS  
FAMILIARES COM PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA NO MUNICÍPIO DE  
FRANCISCO BELTRÃO – PR: CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES  
Luciano Zanetti Pessoa Candiotto, Felipe Fontoura Grisa e Sandra R. Da Silva Freisleben

09h20min - ELEMENTOS QUE ATUAM NA DIVERSIDADE  
CLIMÁTICA DO PARANÁ  
Luiz Antonio Schimitz e Alcimar Paulo Freisleben

09h40min - PROPOSTA DE CARACTERIZAÇÃO DOS SOLOS EM DIFERENTES NÍVEIS  
TOPOGRÁFICOS NO ALTO CURSO DO RIO LONQUEADOR  
Sandra Maria Canesso Confortim e Marga Eliz Pontelli

10h - O ESPAÇO PARANAENSE, SITUAÇÃO GEOGRÁFICA,  
LIMITES, E POSIÇÃO ASTRONÔMICA  
Vanuza Martinello e Gilberto Martins

10h20min - DIAGNÓSTICO DA OFERTA TURÍSTICA DE CORONEL VIVIDA-PR:  
INFRA-ESTRUTURA, EQUIPAMENTOS, SERVIÇOS E ATRATIVOS  
Bruno Zanetti Pessoa Candiotto e Luciano Zanetti Pessoa Candiotto

## **EIXO 6 - LINGUAGENS E REPRESENTAÇÕES GEOGRÁFICAS**

**Sala 103 (Geoprocessamento) - Térreo bloco 1**

- 08h - SIMULAÇÃO DA DINÂMICA DAS ÁREAS DE FLORESTA NATIVA NO RIO GRANDE DO SUL NO PERÍODO DE 1988 A 2020  
Elvis Rabuske Hendges
- 08h20min - UTILIZAÇÃO DOS GRÁFICOS DE JOGOS DE COMPUTADOR COMO INSTRUMENTOS DE APRENDIZADO DE REALIDADES GEOGRÁFICAS  
Guilherme Costa Berghauser e Elvis Rabuske Hendges
- 08h40min - GEOPROCESSAMENTO: UM ENFOQUE EM ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE  
Ivan Rodrigo Dal-Berti e Wanessa Suelen Peloso
- 09h - GEOPROCESSAMENTO APLICADO À AVALIAÇÃO DE PONTECIALIDADE AGRÍCOLA NA MICROBACIA HIDROGRÁFICA DO ARROIO LONQUEADOR (SW/PR)  
Taís Andriéli Menegotto e Juliano Andres
- 09h20min - DEFINIÇÃO DE ÁREAS PRIORITÁRIAS PARA INVESTIMENTO POR PARTE DO PODER PÚBLICO, ATRAVÉS DO GEOPROCESSAMENTO, NA CIDADE DE FRANCISCO BELTRÃO - PARANÁ  
Danielli Batistella Saquet, Rosilâne De Lourenço Lorenzoni, Vera Regina Pontrémoli Costa e José Américo De Mello Filho
- 09h40min - REPRESENTAÇÕES URBANAS EM 3D  
Lucas Ricardo Hoenig e Marcos Aurélio Pelegrina

## **EIXO 7 - ENSINO DE GEOGRAFIA**

**Sala 216 (Laboratório de Ensino de Geografia) - 1º Piso bloco 1**

- 08h - IMAGENS REVELAM ATITUDES DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA PRAÇA CENTRAL  
Alcimar Paulo Freisleben e Mafalda Nesi Francischett
- 08h20min - EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA 5ª SÉRIE A DO PERÍODO VESPERTINO DA ESCOLA ESTADUAL BEATRIZ BIAVATTI  
Charla C, Schultz e Taís Andriéli Menegotto
- 08h40min - UMA BREVE ANÁLISE SOBRE O PAPEL DO SUPERVISOR NA EDUCAÇÃO  
Eleandro De Quadros e Geliane Toffolo
- 09h - A EDUCAÇÃO E AS TECNOLOGIAS: ALTERNATIVAS DIDÁTICAS PARA A CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO  
Janete Krohn Parzianello e Daniela de Maman
- 09h20min - ABORDAGENS SOBRE O CONCEITO DE PAISAGEM NO ENSINO DE GEOGRAFIA  
Martinho Batista Donel

## ENSAIO SOBRE O INFINITO: DIÁLOGOS COM GIORDANO BRUNO<sup>1</sup>

**Fabício Pedrosa Bauab<sup>2</sup>**

UNIOESTE (Campus Francisco Beltrão-PR)  
fabriciobauab@yahoo.com.br

Giordano Bruno (1548-1600) é uma das personagens mais intrigantes do período que autores como Burckhardt e Michelet, de acordo com Queiroz (1995) intitularam de Renascimento. Quando mencionado, salta logo, à mente, a imagem de rebeldia, de uma rebeldia que provém de uma heróica defesa do conhecimento em sua esfera secular, livre dos grilhões do escolasticismo. Foi essa imagem que, sem dúvida alguma, nos atraiu até Giordano Bruno e que nos convidou a jornadas com ele, com imenso prazer, rumo aos infinitos mundos que defendeu existir.

Enaltecendo a existência de um espaço que se estende infinita e homoganeamente, o que auxiliou na derrocada da ontologia aristotélica que alicerçava o pensamento oficial da Baixa Idade Média, o eminente italiano identificou-se com uma perspectiva panteísta que pôs em cheque a essencial distinção entre Criador e Criatura, máxima inquebrantável do pensamento cristão. Equiparando Deus e Natureza, seguiu a tendência geral de sua época em espiritualizar o corpóreo, amalgamando forma e matéria numa perspectiva única.

O texto a seguir constitui uma espécie de diálogo. Um diálogo desenvolvido com uma obra específica. Durante um certo tempo de minha vida, tive a oportunidade de me deter no ousado texto de *Sobre o Infinito, o Universo e os Mundos*. A polêmica obra, que resultou na condenação à fogueira do seu autor, é poesia sublime na medida em que, na nossa modesta opinião, projeta para todo o universo, em prosa agressiva e maravilhosa, a estonteante tendência de pintores renascentistas como Botticelli e Michelangelo de redignificar o mundo material através de uma relação de imanência com o divino. Sem pintar cenas específicas, Giordano Bruno transferiu essa tendência para o universal, para o infinito mundo

---

<sup>1</sup> Trabalho resultante de minha tese de doutorado e, também, das discussões desenvolvidas no Grupo de Estudos em História e Epistemologia da Geografia (HEGEO).

<sup>2</sup> Professor Adjunto do Curso de Geografia da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE (Campus Francisco Beltrão-PR)

que defendeu em oposição à antiga visão de cosmo finito. Dialogamos com toda uma época e, com certeza, com nós mesmos, quando lemos tão sublime obra.

Cabe salientar que a presente obra de Giordano Bruno tem uma relação muito próxima com a Geografia. Enaltecido pela Filosofia da Natureza de Friedrich von Schelling, o panteísmo de Bruno, aproximado, como não poderia deixar de ser, de Spinoza, enfileirou-se ao lado das diferentes tendências teóricas que constituíram a base teórica da proposta humboldtiana nos idos do século XIX. Sem mais delongas, iniciemos nosso diálogo com o texto de Bruno.

### **FINITUDES E INFINITUDE: MOVIMENTO E IMUTABILIDADE NO UNIVERSO DE BRUNO**

*A bela ordem e hierarquia da natureza é um gracejo ingênuo e um gracejo de velhas decrépitas* (p.15). Estas palavras estampam o rancoroso discurso de oposição que Giordano Bruno constrói frente a Aristóteles, símbolo do saber tradicional/escolástico. Um dos argumentos do filósofo grego contra a infinitude do universo, segundo Bruno, se ampara na relação estabelecida entre potência ativa e potência passiva.

A primeira, derivativa de Deus, teria que, para se pôr em ato, encontrar na potência passiva um receptáculo eficiente. Neste laço de potências que põe em enredo a trama do mundo, a potência passiva – finitude – tem a ela acrescida a potência ativa, advinda do Criador, sem, entretanto, equivaler, possuir a mesma magnitude, sem se tornar equivalente a ela. Potência do mundo e potência de Deus não se equivaleriam. Criador e Criação seriam diferentes, sendo o primeiro ilimitado, infinito, e a Criação finita, limitada, não equivalente a quem a criou. Tal divisão, se mostrara, no período medieval, bastante conveniente para o cristianismo, amparada – como discutimos com relação a Santo Agostinho – na distinção Criador-Criatura.

Bruno, por seu turno, forneceria uma relação de equidade para o laço Criador-criação. A infinitude nada mais seria do que o espelho da imensurável grandiosidade de Deus. A potência ativa é infinita, realizando o infinito em ato sucessivo e não em ato concluído, como afirma Bruno (1976), pois a infinitude não pode ser concluída<sup>3</sup>.

---

<sup>3</sup> Este é também o raciocínio desenvolvido por Yates (s.d.) que identifica, nestes termos, que a crença de Bruno no infinito, na existência de inumeráveis mundos, está baseada, portanto, no

Neste sentido, o argumento do desígnio faz-se, em Giordano Bruno, presente no sentido de redimensionar a relação entre Criador e Criação, fazendo da segundo um espelho, uma equivalência da grandiosidade de Deus, que depende de uma magnitude infinita da potência passiva para que Ele possa se expressar na realidade enquanto *alma do mundo*. Sendo assim, *Ele não é glorificado em um só, mas em inumeráveis sóis; não numa terra, num mundo, mas num milhão, quero dizer, em infinitos* (p.19). Por que Deus faria, segundo Bruno, um bom finito? É rumo à infinitude que se eleva o espírito de Bruno.

Nas coisas, afirma Bruno, podemos contemplar dois princípios de movimento: um finito, segundo a razão de um sujeito finito. Este se move no tempo. O outro princípio é infinito, segundo a razão da *alma do mundo*, da divindade que, enquanto alma da alma, está toda em tudo, e faz com que tudo seja, de certa maneira, almadado. Nesta perspectiva, a Terra possuiria, como todos os corpos do universo, dois movimentos. Os componentes do mundo passam a ser, de certa maneira, dotados de uma independência de movimento, que é finito e que, em progressivas sucessões, viriam a compor a infinitude de um universo inteiramente almadado, enredado na equivalência entre Criador e mundo criado que conduziu Bruno ao panteísmo. A infinitude seria a única coisa que permaneceria imutável no mundo.

O infinito, amorfo espaço homogêneo, receptáculo etéreo de tudo, é imóvel. Sendo infinito, nenhum movimento poderia lhe transformar, alterar sua totalidade. Afirmar o contrário se constituiria, em verdade, em uma premissa ilógica. Contudo, simultaneamente a imutabilidade infinita do mundo, a transmutação operaria reinante nas sucessões de partes que se estendem para este infinito. Epicuro e Demócrito estariam corretos quanto a isso. Assim, tais filósofos atomistas estariam certos ao perceberem que [...] *tudo se renova e se recompõe infinitamente*, compreendendo melhor "[...] do que aqueles que se esforçam para salvar a eterna constância do universo, a fim de que o mesmo suceda sempre ao mesmo número e as mesmas partes da matéria sempre se transformem nas mesmas partes (p.19).

Giordano Bruno ressalta que estamos continuamente em transmutação, o que faz com que cheguem continuamente a nós novos átomos e de nós partam

---

princípio da plenitude, que afirma ser Deus causa infinita, não podendo haver limites para o seu poder criador.

aqueles anteriormente acolhidos. A morte nada mais é do que um mecanismo para a reprodução de mais vida – como dirá um Humboldt, no século XIX, consternado frente à exuberância da natureza dos trópicos – e, conseqüentemente, do infinito. Não há limites para a cadeia de sucessões que torna imensurável o mundo extensivo. As dificuldades de se compreender as relações existentes entre um universo infinito e tamanhas transformações ocorridas em seu interior seriam aparentemente solucionadas por Bruno através de uma analogia orgânica.

### **A INCOMPATIBILIDADE COM O A ESCOLÁSTICA A QUESTÃO DO ORGANICISMO**

No século XIII, em uma das provas racionais criadas pelo tomismo no sentido de se evidenciar a existência de Deus, havia uma de valor fundamental para o pensamento escolástico: a comprovação de Deus pela existência de um motor extrínseco que põe em movimento a natureza. A infinitude de Bruno seria, logicamente, oposta a tal perspectiva.

Sendo o universo infinito e imóvel, não há necessidade de se buscar nele um motor externo. Outro argumento de Bruno contra o motor extrínseco de São Tomás de Aquino – que, em certa medida, condiz com todo o espírito da concepção cristã de natureza – afirma mais ou menos o seguinte: se infinitos são os mundos contidos no universo – terras, fogos e outros corpos chamados de astros - , todos se movem por um princípio intrínseco, interno, que é a própria alma. Sendo intrínseca a causa de seus movimentos, é inútil investigar acerca de alguma causa extrínseca. Finalmente, Bruno argumenta que estes corpos mundanos se movem, todos, na região etérea, não estando fixados, pregados, em corpo algum, assim como o nosso próprio planeta. Nesta perspectiva, todos os astros – inclusive o nosso que gira ao redor do próprio centro e do sol – são movidos por um princípio animal interno, operando, na necessidade de sua existência, de modo extensivo parte por parte, discreta e separadamente, compondo a infinitude do mundo. Portanto,

os contrários e os diferentes móveis concorrem na constituição de um imóvel contínuo, em que os contrários participam na constituição de uma unidade e pertencem a uma ordem e finalmente eles são uma unidade (p.42).

A unidade de contraditórios, tão aclamada no antes obscuro pensamento de Heráclito, torna-se fundamento na constituição do arranjo do mundo. Como ressalta o próprio Giordano Bruno, *desta diversidade e oposição dependem a organização, a simetria, a compleição, a paz, a concórdia, a composição, a vida* (p.63).

Há uma analogia orgânica nisso tudo. Simmel (s.d.) discutindo o organicismo no pensamento de Goethe, sugere algumas questões que no nosso ver são interessantes para a compreensão da analogia orgânica que Bruno fará para harmonizar a diversidade do universo. Assim, Simmel (s.d.) ressalta que na visão orgânica, toda parte está determinada pelo todo e a unidade de cada parte não é senão a vida do todo que nela se consuma. Assim, temos o mundo como organismo que se coloca enquanto sentido geral deste mundo e que surge mais como uma sensação da imagem de sua existência do que de uma representação empírica plausível dele.

Bruno explicita esta analogia orgânica na busca de vínculo entre unidade e diversidade no enredamento do universo quando afirma

No fim, tudo vai dar no mesmo: porque no animal não se exige que todas as partes vão para o meio e centro, pois isto é impossível e inconveniente; mas que se refiram a ele, pela união das partes e constituição do todo. Porque a vida e a consistência das coisas individuais não podem ser percebidas a não ser na união das partes, as quais sempre se admite possuírem aquele mesmo termo que se toma por meio e centro. Porém, na constituição do todo completo, as partes se referem a um único meio; na constituição de cada membro, as partículas de cada um referem-se ao meio particular de cada um, a fim de que o fígado tome consistência pela união de todas as suas partes, e assim o pulmão, a cabeça, o ouvido, o olho e outros (p.75).

O próprio universo infinito é um animal, só que sem figura determinada e sentido que possa se referir a todas as coisas do mundo, acrescenta Bruno (1976). Contém, ele em si toda a alma, todo o elemento animado, confundindo-se completamente com ele. Sendo assim, tem em si um poder motor infinito, sendo sujeito infinito de toda a mobilidade. Racionalmente, e com o entusiasmo de quem vê na finitude um claustro, Bruno apreende a constituição geral do mundo. Para tanto, tenta por abaixo hierarquias e todo o tipo de dogma. São os limites de seus sentidos que esparramam grades por todo o universo.

## OUTRAS CRÍTICAS AO ARISTOTELISMO

A superação do aristotelismo coloca-se, segundo os argumentos de Bruno, enquanto o primeiro passo para a real contemplação da verdade<sup>4</sup>. Em tal busca, a personagem Búrquio, seguidor de Aristóteles, se constrange diante de tamanha ousadia, obtendo de Fracastório, defensor das idéias de Filóteo e, conseqüentemente, do próprio Giordano Bruno, uma resposta bastante ríspida:

O constrangimento (Búrquio):

Quer destruir tantas fadigas, tantos estudos, pesquisas de físicos conhecidos, sobre os céus e os mundos a respeito dos quais especularam tão grandes comentadores, imitadores, glosadores, compendiários, sumistas, selecionadores, tradutores, divulgadores e teóricos? Onde colocaram as suas bases e lançaram os fundamentos os doutores profundos, sutis, iluminados, magnos inexpugnáveis, irrefregáveis, angélicos, seráficos, querúbicos e divinos? (BRUNO, 1976, p.63).

A resposta ríspida (Fracastório):

*Adde*<sup>5</sup> os tritura-pedras ou quebra-seixos, os cornúpetos, os asnos. *Adde* os alucinados, os paládios, os olímpicos, os firmamentícios, os celestes empíricos, os grialhões (p.63).

As autoridades postas nos ombros, nos olhos e no coração dos doutos seriam, gradativamente depositas pelas inúmeras revoluções que, relacionando-se na constituição da modernidade, iriam opor pensamento moderno e medieval.

## A HOMOGENEIZAÇÃO DO ESPAÇO

Em Bruno claramente apareceriam os traços defendidos por Koyré (2001) com relação às revoluções científicas e filosóficas que operariam no século XVII: a substituição do Cosmo, da concepção de mundo como um todo finito, fechado e ordenado hierarquicamente, por um universo infinito – ou indefinido – regido por leis universais. Contudo, Giordano Bruno se apercebeu disso por uma intuição metafísica bastante frutífera, amplamente amparada nos temas anímicos renascentistas.

---

<sup>4</sup> As seguintes palavras bem ilustram tal necessidade de superação do aristotelismo: *E, depois de havermos limpado o campo, extirpando-lhe todas as pragas, o joio, e demais ervas daninhas, poderemos abastecer o celeiro de estudiosas inteligências com o melhor trigo que possa produzir o terreno de nossa cultura* (Bruno, 1976, p.19).

<sup>5</sup> Acrescenta.

Vivenciou, Bruno, um momento de transição, a desconstrução de uma ontologia aristotélica e a gradual construção – longe de ser consensual – do pensamento moderno atrelado à emergência do saber científico. Neste meio termo, magia e novidades introduzem-se na infinitização do mundo, no movimento dos planetas-animais, nas almas e na alma destas almas. Neste cenário, uma contribuição sua fez-se extremamente inovadora, revolucionária: a homogeneização do espaço, que também implica em uma radical transformação no olhar que alçamos para a natureza. Sem tal homogeneização, tudo o que até agora discutimos seria, logicamente, inconcebível.

O infinito é imóvel, animal universal que intrinsecamente possui um motor que faz fluir a finitude, as particularidades, o movimento perpétuo de gestação de vida em suas diferentes etapas, incluindo-se a morte, aspecto apenas parcial de um amplo movimento da vida que permanece. O infinito é o receptáculo universal, que recebe corpos movidos também por princípios intrínsecos, por almas particulares.

Sendo assim, [...] *fora do mundo este espaço não é diferente daquele; logo, a aptidão que este possui aquele também possui* (p.11). Fora do mundo, afirmaria ainda Bruno (1976), existe o espaço que não é mais do que a matéria e a própria potência passiva onde a potência ativa deve se transformar em ato. Há, portanto, um espaço geral que abarca infinitos mundos e, assim como o nosso planeta possui o seu céu, a sua região na qual se move e percorre, todas as outras inumeráveis terras também o possuem de maneira idêntica.

Alçados limites para o mundo, o vazio tenderia fundamentalmente a aparecer. Era esta a sugestão trazida pelo finito mundo aristotélico, que deixava margem para especulações com relação ao que deveria existir para além da última esfera das estrelas fixas.

Bruno, por seu turno, substituiria a fixidez das esferas pela prevalência do elemento éter que seguiria preenchendo um único céu, despido das esferas que incrustariam em si os astros que visualizamos do nosso planeta. Nestes termos,

Saberemos que não é diferente voar daqui para o céu ou do céu para cá, não é diferente subir daqui para lá ou de lá para cá, nem é diferente descer de um para o outro limite. Nós não somos mais circunferenciais em relação a eles do que eles em relação a nós. Eles não estão mais no centro em relação a nós do que nós em relação a eles, nem de outro modo pisamos a estrela, e estamos compreendidos pelo céu do que eles estão (p.17).

Pensando o espaço enquanto infinito, Bruno destaca que sabemos ser ele apto a receber, igualmente, por toda parte, corpos. Tal aptidão é suficiente e encerra a famosa distinção entre mundo lunar e sublunar. Os processos de mudança, de transmutação, são elementos imanentes à estrutura natural do mundo e por toda parte operam os mesmos princípios, o mesmo pano de fundo homogêneo, amorfo, o receptáculo universal de todas as coisas, preenchido igualmente pelo elemento éter. Inumeráveis astros, inumeráveis sóis esparramam-se para além dos limites postos por Aristóteles no mundo, e o conteúdo deste mundo transborda rumo à imensurável trama de diferentes infinitos. A infinitude de Deus encontra, por toda parte, o contrapeso da infinita potência passiva das coisas. Em um infundável espaço, o tempo, ele também, não teria limites. *Assim, mil anos não são parte da eternidade porque não têm proporção em relação ao todo, mas são partes de alguma medida de tempo, como de dez mil anos, de cem mil séculos* (p.45). Não haveria, assim, fundamento algum em se falar de um mundo de tempo encerrado em sete mil anos!

Podemos dizer que com Bruno, o céu ganha profundidade, tridimensionalidade. Assim, o filósofo ressalta que, para além do imaginável limite do céu, sempre existe uma região etérea, corpos mundanos, astros, terras, sóis, todos sensíveis em relação a si mesmos e para aqueles que estão dentro ou perto deles, apesar de não o serem para nós em virtude das suas distâncias. Portanto, o aparente fim do universo diz diretamente respeito ao término da experiência de nossos sentidos e tal fato não deve se constituir na intransigência de se murar o mundo.

Existem corpos perceptíveis, uns mais do que os outros, e corpos não perceptíveis que se esparramam pela infinitude do mundo. Levaria algum tempo – tempo este mensurado também no fervilhar de contratempos – para que os limites da percepção sensível fossem amplificados pelo telescópio usado por Galileu.

O etéreo espaço do mundo, infinito em sua grandeza, estaria apto para receber diferentes corpos e entrelaçar a sua alma com as almas particulares, construindo a trama de movimento infinito e movimentos finitos que organicamente constitui o mundo. O etéreo espaço é homogêneo neste papel de receptáculo *universal* e a percepção das distâncias e das proximidades dos corpos já viriam todas elas fundamentadas em tridimensionalidade, no fundo da

imagem que se estende para além da percepção e que, tempos mais tarde, iria assustar o Pascal dos *Pensamentos*, temeroso pelos desdobramentos para o sentido da existência que tal homogeneidade – tendentemente matemática – viria a provocar.

Moralmente, como já havia dito Nicolau de Cusa, uma fonte importante do pensamento de Bruno, o nosso mundo não é nem mais e nem menos corruptível do que os outros astros do universo, uma vez que as distinções qualitativas entre mundo lunar e sublunar foram todas suprimidas. Agora, nos movemos anônimos no enredo de um mundo que pode conter outras vidas. Contudo, assim como aconteceu com a revolução edificada pelo heliocentrismo de Copérnico, mais uma vez o homem ocidental, aquele apegado à centralidade da aparente e qualitativa física aristotélica e à própria centralidade ofertada pelo pensamento religioso, vê-se despido de seus antigos valores, contemplando inúmeras possibilidades – como a de um mundo todo povoado – estando ao mesmo tempo sozinho pelo abandono das antigas certezas.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS: GIORDANO BRUNO E A UNIFICAÇÃO DOS PRINCÍPIOS DO UNIVERSO**

O Deus de Giordano Bruno possui aspectos totalmente diferentes do Deus cristão. Se este não se diluía na estrutura finita do mundo, sendo superior à Criação e nela operando de forma inclusive a suprimir as suas regularidades pela inferência do milagre, o Deus de Bruno iguala-se à potência passiva do mundo, esta também tão infinita quanto Ele. Como já vimos, Criação e Criador são colocados no mesmo patamar e o motor extrínseco advindo de um Deus que não se dilui na estrutura do mundo faz-se desnecessário. Esta é, no nosso ver, a principal causa da condenação de Giordano Bruno: o redimensionamento da figura de Deus tendo como pano de fundo uma nova relação Criador-Criação que legitimaria a existência de seu tridimensional universo infinito. Há aqui muito da adoração renascentista da natureza.

O seu panteísmo, desta maneira, contrapôs-se ao princípio basilar do cristianismo referente à superioridade, auto-suficiência e intervenção milagrosa do Criador sobre a Criação e seus habitantes. A homogeneidade do espaço do mundo implica na prevalência de mesmas leis válidas para todos os corpos, todos os mundos e a própria regularidade do orgânico sistema universal depende da

não existência de sustos, de sobressaltos gerados pela ação sobre tal regularidade que um milagre poderia gerar! Tal homogeneidade e regularidade fenomênica de leis estariam extremamente próximas das cada vez menos finalísticas relações de causa e efeito que seriam apreendidas pelo nascente pensamento científico.

Como todos os pensadores que fizeram parte direta ou indiretamente do processo de construção da Revolução Científica, Giordano Bruno intuiu acerca do confronto entre o novo e o velho que estaria por detrás de suas contribuições. No final do livro, Albertino, personagem aristotélico que foi persuadido pelos argumentos de Fracastório, defensor das idéias de Bruno, implora para que tal caldo de novidades seja levado ao conhecimento de todos. Diz ele a Filóteo, maior conhecedor, nos diálogos, dos argumentos de Bruno:

Continue a fazer-nos conhecer o que é verdadeiramente o céu, os planetas e todos os astros; como são distintos, uns dos outros, os infinitos mundos; como um espaço infinito não é impossível, mas necessário; como um tal efeito infinito se ajusta a uma causa infinita; qual a verdadeira substância, matéria, ato e eficiente do todo; e como, pelos mesmos princípios e elementos, toda coisa sensível e composta é formada. Insista, até convencer, sobre o conhecimento do universo infinito. Destrua as superfícies côncavas e convexas que limitam dentro e fora, tantos elementos e céus. Ridicularize as diversas esferas móveis e as estrelas fixas. Quebre e deite abaixo, com o estrondo e o turbilhão de vivas razões, estas, que o vulgo cego considera as adamantinas muralhas do primeiro móvel e do último convexo. Destrone-se a idéia de esta terra ser única e propriamente centro do universo. Desterre a fé ignóbil na existência de uma quinta-essência. Dê-nos a demonstração da igual composição deste nosso astro e mundo à de quantos astros e mundos podemos ver. Pesquise ininterruptamente as sucessões e organizações de cada um dos espaçosos e infinitos mundos maiores, bem como dos outros infinitos mundos menores. Aniquile os motores extrínsecos juntamente com os limites destes céus. Abra-nos a porta pela qual vemos a semelhança deste astro e dos outros. Mostre ser tal como a deste a consistência dos outros mundos no éter. Torne evidente que o movimento de todos provém da alma interior, a fim de que, com a luz de semelhante contemplação, a passos mais seguros, possamos proceder rumo ao conhecimento da natureza (p.97).

Muitos dos caminhos trilhados pelo pensamento científico se distanciariam do organicismo anímico de Bruno. Contudo, mesmo fazendo uso de uma perspectiva analítica contestável nos moldes científicos gradualmente construídos, Bruno realizou rupturas fundamentais em seu tempo e, em grande parte, o apelo de Albertino foi sendo cumprido na continuidade do movimento de gestação da ciência moderna.

## REFERÊNCIAS

BRUNO, Giordano. **Sobre o infinito, o universo e os mundos**. Trad. Helda Barraco e Nestor Deola São Paulo: Abril Cultural, 1973. (Col. Os pensadores)

KOYRÉ, Alexandre. **Do mundo fechado ao universo infinito**. Trad. Donaldson M. Garschagen. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.

QUEIROZ, Teresa Aline Pereira de. **O Renascimento**. São Paulo: Edusp, 1995.

SIMMEL, Georg. **Goethe**. Buenos Aires: Editorial nova, s.d. (coleción "La vida dos espíritus")

YATES, Frances. **Giordano Bruno e a tradição hermética**. São Paulo: Círculo do Livro, s.d.

## VILAS RURAIS: UMA TENTATIVA DE CORRIGIR FALHAS ORIUNDAS DA MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA

**Marcos Vinicius Zanon**

Universidade Tecnológica Federal do Paraná- UTFPR (Campus Francisco  
Beltrão-PR)  
Curso de Engenharia Ambiental  
marq\_vinicius@hotmail.com

**Zípora Morgana Quinteiro dos Santos**

Universidade Tecnológica Federal do Paraná- UTFPR (Campus Francisco  
Beltrão-PR)  
Curso de Engenharia Ambiental

### RESUMO

A acelerada modernização da agricultura ocasionou inúmeros problemas relacionados à sustentabilidade mundial. Entre estes problemas está o êxodo rural, o qual aumentou a mão-de-obra disponível nas grandes cidades, e a marginalização de pequenos e médios agricultores, os quais chegaram a perder suas terras para produtores mais capitalizados. Na tentativa de amenizar essa problemática, no ano de 1995 o ex-governador Jaime Lerner implantou no estado do Paraná o "Programa de Vilas Rurais", programa este desenvolvido para fixar o trabalhador rural no campo, oferecendo-lhe moradia, terra, trabalho durante o ano todo e sustento. No ano de 2000 este modelo de assentamento chegou até o município de Francisco Beltrão, surgindo então a Vila Rural Gralha Azul, um assentamento localizado à 18 km do centro urbano e constituído por setenta e nove casas. Em 5 entrevistas empíricas realizadas em setembro de 2009 observou-se que os entrevistados, apesar de conviverem com diversos problemas infra-estruturais e de segurança, estão contentes com sua mudança de vida. O contentamento se dá principalmente pela proximidade com atividades rurais (plantio, colheita, entre outros) e a concretização do sonho da casa própria.

**Palavras-Chave:** Modernização da agricultura. Desenvolvimento. Sustentabilidade. Rurbanização. Vilas rurais.

### INTRODUÇÃO

Se de alguma forma houve altíssimos ganhos de produtividade em muitos lugares onde a modernização agrícola foi implantada, por outro lado os impactos ambientais e sociais foram elevados (BATALHA, 2008, p. 736). Entre estes impactos está o desequilíbrio ambiental devido à intensificação das pragas já existentes, o desenvolvimento de novas pragas, a eliminação de insetos benéficos, a redução das populações de aves e de outros animais, assim como a degradação dos solos e águas, o desmatamento indiscriminado, a contaminação

atmosférica pelo uso de fertilizantes e poluição causada pelo maquinário agrícola, assim como a desapropriação dos pequenos agricultores e a exclusão de grande parte dos trabalhadores volantes do campo.

Com o intuito de corrigir algumas destas distorções, surgiram programas governamentais como a criação das Vilas Rurais em 1995, o qual visava fixar o trabalhador volante no campo, oferecendo-lhe um pequeno espaço de terra onde este viesse a alcançar o sustento de sua família, e desta forma estar próximo de um contexto de desenvolvimento sustentável. Porém, este programa trouxe à tona antigos problemas como a falta de infra-estrutura, violência crescente no meio rural e pouca atenção às necessidades ao pequeno proprietário familiar rural.

O objetivo do presente artigo é justamente analisar os aspectos que envolvem as Vilas Rurais, ou seja, suas origens, as idéias iniciais, as políticas influentes, o significado de desenvolvimento com sustentabilidade, além de um breve relato da atual situação dos moradores da Vila Rural Galha Azul de Francisco Beltrão – PR, relatos estes baseados em cinco entrevistas informais realizadas no mês de setembro de 2009.

Para a compreensão destes aspectos e dos relatos de moradores da Vila Rural Galha Azul, este trabalho foi organizado da seguinte maneira: no segundo item será tratado sobre modernização da agricultura e suas implicações, no terceiro item serão abordados os significados de desenvolvimento e sustentabilidade, no quarto item será tratado sobre o programa "Paraná 12 meses", no quinto item sobre Rurbanização, no sexto item sobre as Vilas Rurais e a Vila Rural Galha Azul e no sétimo item sobre as conclusões. A metodologia utilizada foi um estudo exploratório com base na pesquisa bibliográfica, além da realização de entrevista informais com cinco pessoas de diferentes famílias que residem na Vila Rural Galha Azul, entrevistas estas realizadas em setembro de 2009 na própria Vila Rural. Como as informações específicas sobre a Vila Rural Galha Azul são escassas, as referidas entrevistas vieram a contribuir de forma significativa com o trabalho.

## **MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA: PRIVILEGIADOS E EXCLUÍDOS**

A prática da agricultura começou há aproximadamente dez mil anos, quando alguns povos do norte da África e do oeste asiático deixaram de ser nômades, abandonando aos poucos a caça e a coleta de alimentos e começando

a produzir seus próprios grãos. Observa-se ao longo dos anos um grande avanço no manejo da agricultura, sendo que durante séculos o homem foi aperfeiçoando suas técnicas agrícolas com base na observação. A partir do século XIX a natureza passou a fornecer para a agricultura fertilizantes minerais, e no final deste mesmo século os fertilizantes começaram a ser produzidos sinteticamente. Após a segunda guerra mundial, o uso de agroquímicos se intensificou. Algumas indústrias bélicas passaram a divulgar a aplicação agrícola de seus produtos voltados para a eliminação de insetos, ervas invasoras e outros organismos naturais genericamente denominados pragas. Inicia-se então o processo de mecanização agrícola, em que uma máquina executava com maior rapidez o trabalho que vários homens levariam dias (EHLERS, 1999, p. 20).

Durante esta guerra, a fome que já assolava o mundo todo intensificou-se, iniciando assim a Revolução Verde. É inegável que houve altíssimos ganhos de produtividade em muitos lugares onde a modernização agrícola foi implantada, porém os impactos ambientais e sociais foram elevados. Entre eles está o desequilíbrio ambiental devido à intensificação das pragas já existentes, o desenvolvimento de novas pragas, a eliminação de insetos benéficos, a redução das populações de aves e de outros animais, assim como a degradação dos solos e águas, o desmatamento indiscriminado, a contaminação atmosférica pelo uso de fertilizantes e poluição causada pelo maquinário agrícola (ROSA, 2001, p. 18).

O objetivo da Revolução Verde era aumentar a produção agrícola, inserindo novas técnicas de plantio e sementes. Procurava-se produzir a todo custo sem levar em conta o aspecto ambiental:

Em 1970, o deslumbramento pelo "milagre econômico", a aceitação do padrão tecnológico criado pela Segunda Revolução Agrícola e a exaltação da Revolução Verde propiciou a abertura de um extenso mercado de máquinas, implementos, sementes e insumos agroquímicos. Nesse meio, o governo criou linhas especiais de crédito vinculadas à compra de insumos agropecuários, fato que expandiu a dependência do setor produtivo agrícola em relação ao setor produtor de insumos. A agricultura passou a criar mercado para a indústria de insumos agrícolas, que antes da década de 60 eram importados. Além disso, junto a esse conjunto de medidas estava a manutenção da estrutura agrária, baseada nos latifúndios e na produção patronal. As grandes fazendas eram consideradas mais adequadas ao processo de modernização e aos desafios de

tecnificar a agricultura brasileira do que as propriedades familiares (BATALHA, 2008, p. 736 a 738). A estrutura agrária brasileira era e é caracterizada por um alto grau de centralização da propriedade da terra:

Enquanto algumas propriedades se apossam da maior (e provavelmente melhor) fração da área territorial, um sem número de pequenas unidades disputam exíguas áreas que mal permitem ao produtor e sua família extrair daí o seu sustendo. Cerca de 85% dos imóveis rurais têm área inferior a 100 ha e possuíam, em 1972, pouco mais de 15% da área cadastrada. No outro extremo, os imóveis de mais de 100 ha, que chegam a representar 15% do número total de imóveis, apropriam-se de quase 85% da área total dos mesmos (SILVA, 1992, p. 34).

A admissão das técnicas agrícolas modernas resultou na perda de grande parte das informações teóricas e práticas acumuladas pelos agricultores tradicionais ao longo das gerações. No Brasil a Revolução Verde foi denominada como "modernização conservadora", pois evitou resolver problemas como a centralização da propriedade de terras, o direcionamento da produção para exportação e o atendimento às necessidades dos pequenos produtores (ROSA, 2001, p. 30).

Teixeira & Lages (1996) citam que México, Filipinas, Sri Lanka e Índia, entre outros países, deram alta credibilidade inicial ao modelo produtivista proposto, multiplicando colheitas e criando o efeito difusor que tanto esperavam os seus idealizadores, porém a crise ambiental e social provocada por esse modelo não tardou a aparecer. Diante disso, o paradigma produtivista na pesquisa agrônômica foi frontalmente criticado nos Estados Unidos, logo no final da década de 60, quando Rachel Carson publica "Primavera Silenciosa". Como a ordem era a incorporação ao modelo, sem uma discussão sobre a questão ao acesso à terra e a implicação governamental na questão, houve um gigantesco volume de crédito agrícola despendido na aquisição do pacote de insumos e na modernização da produção. Inúmeros estudos já demonstraram que grande quantidade de proprietários familiares, marginalizados neste processo, foram pouco a pouco se inviabilizando do ponto de vista de sua reprodução social, chegando a perder suas terras. Este fenômeno não foi observado apenas nos países em desenvolvimento, para os quais o discurso da modernização da agricultura dirigia-se com maior atenção, mas ocorreu também nos países desenvolvidos (TEIXEIRA; LAGES, 1996).

Devido às condições sóciopolíticas na qual foi arraigada durante a ditadura militar, a modernização na agricultura brasileira não constituiu apenas o aumento de mercado para os setores industriais de insumos e máquinas, mas tornou-se também o meio de estabilização das relações capitalistas de produção no meio rural. Além disso, essa modernização contribuiu para aumentar a mão-de-obra disponível nas grandes cidades devido à migração de grandes contingentes de trabalhadores rurais e conseqüentemente aumento da fome e da marginalidade nas periferias das cidades. Esse êxodo rural atingiu pequenos proprietários que foram obrigados a vender seus estabelecimentos para grandes proprietários, os quais usufruíam de financiamentos subsidiados para suas atividades. Essa forma de desenvolvimento propiciou o surgimento de dois grupos muito diferentes de agricultores: o primeiro do tipo empresarial, os quais foram capazes de introduzir e administrar as novas tecnologias e reestruturaram a organização, e o segundo formado por aqueles que não puderam acompanhar o intenso e veloz processo de modernização da agricultura, os quais ficaram marginalizados (SOUZA, 2000).

Quanto os camponeses desempregados, estes foram substituídos por máquinas e herbicidas, sendo o estado do Paraná foi um dos mais atingidos por esse processo. Visto que não houve no Brasil uma reforma agrária que contemplasse as reais necessidades do homem do campo, o governo desenvolveu diversos projetos para amenizar o problema das concentrações de terras. Entre esses projetos, destaca-se o surgimento, no ano de 1995, do Programa de Vilas Rurais, que visava fixar o trabalhador volante no campo, oferecendo-lhe um pequeno espaço de terra onde este viesse a alcançar o sustento de sua família, e desta forma estar inserido num contexto de desenvolvimento sustentável.

## **DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE**

O desenvolvimento, em bases sustentáveis, significa a realização de potencialidades socioculturais e econômicas de uma sociedade em perfeita sintonia com o ambiente em que esta inserida (CAPORAL; COSTABEBER, 2000). Segundo Brandenburg et al (2004), analisando através de uma perspectiva socioambiental, desenvolver é “um processo contínuo de conquista de um “futuro inédito”, fundamentado na construção de um projeto social formulado por sujeitos sociais”.

Logo após a construção do pensamento liberal, o conceito de desenvolvimento tornou-se firmemente vinculado ao crescimento econômico, ou seja, começou a significar a corrida das nações para atingir um modelo de desenvolvimento conforme o modelo ocidental, capitalista e industrializado (CAPORAL; COSTABEBER, 2000). Teixeira & Lages (1996) afirmam que é de conhecimento geral que, a partir dos anos 50, impulsionado pelo discurso alarmista da explosão demográfica e da ameaça de fome generalizada e suas conseqüências para a segurança alimentar dos países em desenvolvimento, o modelo produtivista de desenvolvimento recebeu grande apoio institucional.

Historicamente, a idéia de progresso econômico perdurou por muito tempo como sendo o mecanismo para conquistar o desenvolvimento social. Porém percebe-se que as principais crises do século XX demonstraram seus limites, demandando pensar os aspectos sociais como parte do processo de desenvolvimento. Abramovay (1994) afirma que desde o fim da II Guerra Mundial até meados dos anos 1980, produzir mais e de maneira sempre intensiva era a principal mensagem que os agricultores recebiam do Estado.

Segundo Delgado (2001), a partir do golpe militar de 1964 no Brasil, a agricultura passou a ter cinco funções principais no progresso econômico, funções estas inspiradas principalmente no pensamento funcionalista norte-americano: liberar mão-de-obra para a indústria; gerar oferta adequada de alimentos; suprir matérias-primas para indústrias; elevar as exportações agrícolas. O mesmo autor ainda afirma (DELGADO, 2001, p 162):

Transferir renda real para o setor urbano estava impregnado na imaginação dos economistas conservadores da época, e também na de alguns críticos do sistema, de forma que somente se reconheceria problemas ou crise agrícola onde algumas dessas funções não estivessem sendo sistemática e adequadamente atendidas.

O projeto de progresso rural adotado no Brasil teve como maior objetivo o fortalecimento do agronegócio, tendo alcançado ótimos resultados em relação ao aumento da produtividade e das exportações. No entanto, esta opção acabou gerando custos sociais e ambientais crescentes, já que no espaço rural são identificados os menores índices de escolaridade e as maiores taxas de analfabetismo do Brasil, além do que a agricultura concentra hoje os mais baixos níveis de renda média do país (MARQUES, 2002). Essa política de

desenvolvimento do agronegócio acabou privilegiando a produção em detrimento ao desenvolvimento com sustentabilidade.

Em relação ao significado de sustentabilidade, esta primeiramente remete à capacidade de um modelo ou sistema sustentar-se na dinâmica evolutiva sem permitir que algum setor aprofunde-se em crises de tal forma que venha a atingir a totalidade. É relevante dizer que o conceito de sustentabilidade social é inseparável da sustentabilidade econômica e ambiental. Atualmente, verifica-se que a palavra sustentabilidade tem sido usada como estratégia para aprovar projetos econômicos, alterar políticas públicas, angariar fundos e conquistar mercados, tornando sua aplicação leviana, já que sustentabilidade possui um conceito amplo e é usado de maneira generalizada em todo tipo de discurso (RUSCHEINSKY, 2004).

Branderburg et al (1999) destaca que a noção de sustentabilidade já foi analisada por diversos autores como contraditória, pois o sentido polissêmico atribuído ao conceito acaba não esclarecendo ou não contribuindo com uma definição científica. Para esse autor, a noção de sustentabilidade surge como uma agenda, com o objetivo ou ideal de restaurar o equilíbrio na relação homem-natureza, principalmente após as conseqüências ambientais danosas provocadas pela modernização.

Segundo a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (1991, *apud* SHINIK, 2004), o desenvolvimento sustentável é "aquele que atende as necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades". Segundo Sachs (1986, *apud* SHINIK, 2004), o princípio ético subjacente a esse conceito é o da solidariedade diacrônica e sincrônica. A primeira consiste na responsabilidade que a população atual tem com a população futura de não realizar ações irreversíveis capazes de alterar o modo de vida futuro e o segundo corresponde a responsabilidade com a geração atual. O mesmo autor afirma que o desenvolvimento em bases sustentáveis deve ser socialmente incluyente, ambientalmente sustentável e economicamente sustentado, numa relação de solidariedade sincrônica com a nossa geração e diacrônica com as gerações futuras.

Em relação à noção de desenvolvimento rural sustentável, este tem como um de seus fundamentos o reconhecimento da inadequação econômica, social e ambiental do padrão de desenvolvimento das sociedades contemporâneas

(SHIMITT, citado por BRANDENBURG, 1999). Esta noção nasce, de acordo com Brandenburg (1999), da finitude dos recursos naturais e das injustiças sociais provocadas pelo modelo de desenvolvimento dominante na maioria dos países.

De acordo com Caporal e Costabeber (2004), a agricultura sustentável deve atender a requisitos sociais, considerar conceitos culturais, preservar recursos ambientais, incentivar a participação política dos envolvidos e permitir resultados econômicos favoráveis ao conjunto da sociedade, numa perspectiva de longo prazo, incluindo o presente e o futuro. Os mesmos autores entendem que as estratégias para um desenvolvimento rural sustentável e promoção da agricultura devem levar em consideração seis aspectos: ecológico, econômico, social, cultural, político e ético.

### **PROGRAMA "PARANÁ 12 MESES"**

Segundo SIMEP (2009), o programa "Paraná 12 meses" é um projeto do Governo do Estado do Paraná em parceria com o Banco Mundial que busca reduzir a situação de pobreza no meio rural paranaense, fomentando o manejo e conservação dos recursos naturais. Implantado em dezembro de 1997, a execução das atividades envolve vários órgãos governamentais, sendo que os beneficiários desse programa são agricultores familiares (proprietários, arrendatários, assentados, posseiros, parceiros e meieiros), trabalhadores rurais volantes (específicos para as Vilas Rurais), comunidades indígenas e pescadores artesanais (SIMEP, 2009).

A fim de colaborar para o cumprimento dos objetivos, o programa foi subdividido em quatro componentes ou quatro itens para desenvolvimento, os quais são: desenvolvimento na área social, desenvolvimento na área produtiva, fortalecimento institucional e desenvolvimento tecnológico. As Vilas Rurais estão inseridas no componente "desenvolvimento na área social", no subcomponente "Combate à pobreza no meio rural" (SEAB, 2001).

Os objetivos desse programa incluem a melhoria das condições de habitação e de saneamento básico da família rural, recuperação e preservação do solo agrícola e o meio ambiente, criação de novos postos de trabalho no meio rural, além de promoção e agregação de renda à família rural, bem como a sua regularidade dentro dos 12 meses do ano (SIMEP, 2009).

De acordo SIMEP (2009), partindo da premissa que a organização social é a base para o desenvolvimento sustentável e duradouro da agricultura familiar, o governo do Paraná criou uma estratégia técnica baseada em seis itens:

- Participação da população da área rural através do diálogo em todas as etapas do projeto, garantindo uma relação em que o beneficiário decide sobre seu próprio desenvolvimento;
- As propostas são construídas e implementadas a partir das comunidades;
- Utilização dos mecanismos mais simples de execução, funcionais e acessíveis aos envolvidos no projeto;
- O estabelecimento de parceria, buscando o planejamento da ação integrada em apoio ao desenvolvimento com base na interdisciplinariedade e complementariedade das instituições;
- Investimentos devem ser sustentáveis sob o ponto de vista ambiental, econômico, financeiro e social.

## **RURBANIZAÇÃO**

Na tentativa de recuperação dos prejuízos sociais e ambientais sofridos pelo espaço rural, algumas estratégias de desenvolvimento levaram em consideração a questão da interação entre o rural e o urbano, incorporando os processos de industrialização e urbanização e adaptando essas políticas à real situação. Autores como Gilberto Freyre denominaram essa teoria de "rurbanização". Essa teoria, fundada no final da década de 50, antecipa alguns dos graves problemas que emergem da sociedade brasileira na atualidade (ESSER et al, 2006).

Segundo Freyre (1982, *apud* FROEHLICH, 2000), era necessário livrar o país tanto dos excessos da patológica urbanização quanto dos arcaísmos do ruralismo, papel este da rurbanização, que contendo valores positivos do rural e do urbano, seria capaz de solucionar pela dinamização da ocupação dos espaços biossociais os problemas de êxodo rural para as cidades. Mas para isso era necessária uma nova visão tecnológica, a qual era representada pela rurbanização. Essa nova visão não poderia ser apenas material, mas também social, baseada em limites para o crescimento econômico e de inclusão da natureza/ambiente em suas formulações. A rurbanização deveria se preocupar em contrapor limites ao desordenado e desigual crescimento urbano e econômico (FROEHLICH, 2000).

A rurbanização, embora tivesse encontrado forte contraposição na época em que surgiu, atualmente pode ser colocada como uma alternativa ao

agravamento das questões sociais e econômicas, principalmente com o aprofundamento entre as articulações do rural e urbano (ESSER et al, 2006).

Segundo Esser et al. (2005), a primeira versão do projeto de vilas rurais remete à chamada comunidade "rurbana", a qual foi realizada na localidade chamada de Campo de Santana – localidade de Tatuquara, ao Sul de Curitiba em 1979. Os moradores poderiam trabalhar em fazendas vizinhas, mas desenvolveriam culturas de subsistência em seus lotes, comercializando o excedente. Inicialmente foram assentadas 60 famílias em lotes individuais de 5 mil metros quadrados, e elas se dedicariam ao cultivo de hortigranjeiros, ao que o então prefeito de Curitiba Jaime Lerner chamaria de "Reforma Agrária Viável".

### **VILAS RURAIS**

Com o intuito de reduzir a pobreza no meio rural, o governo do estado e mais 12 instituições governamentais criam em 1995 o "Programa Vilas Rurais", um projeto que seria executado dentro do programa "Paraná 12 meses". Segundo Fabris (2005), o então governador do Paraná, Jaime Lerner, assume o estado com um discurso perfeitamente afinado aos propósitos liberais, pretendendo viabilizar a volta das famílias camponesas ao meio rural. Pela primeira vez na história do Brasil foi criado um programa voltado ao trabalhador volante, também conhecido por bóia-fria (LERNER, 2004).

Naquela época, os levantamentos estatísticos demonstravam que mais de 400 mil bóias-frias passavam todo tipo de necessidade no estado, além do que mais de 800 mil paranaenses haviam migrado para outras regiões nas décadas de 80 e 90 em busca de uma perspectiva de vida. Portanto, as Vilas Rurais também surgiram com o intuito de evitar novas migrações em massa e melhorar a vida dos trabalhadores volantes que padeciam no campo (CAVALCANTI, 2001).

Segundo Governo do Paraná (2001), o programa Vilas Rurais foi desenvolvido para fixar o homem no campo, prevendo um lote de aproximadamente 5.000 m<sup>2</sup> para cada família, uma casa com 44,52 m<sup>2</sup> e insumos para o plantio. Inicialmente o programa foi concebido com o objetivo de instalação de 30 a 60 vilas rurais no Estado, sendo que estas deveriam situar-se nas periferias limítrofes das áreas urbanas ou no interior dos Municípios sedes, em distritos e vilas, facilitando o acesso ao mercado de trabalho agrícola, bem como aos serviços de saúde e educação. Os municípios interessados em implantação

de vilas rurais deveriam apresentar um projeto em que estes assumiriam a responsabilidade de doação da terra, além do compromisso de viabilizar toda a infra-estrutura e os serviços sociais que facilitassem a instalação das famílias escolhidas (FABRIS, 2005).

No total foram implantadas 412 vilas rurais em todo estado, sendo atendidas aproximadamente 16 mil famílias (LERNER, 2004).

### **O caso da Vila Rural Gralha Azul**

A Vila Rural Gralha Azul localiza-se próximo à PR 182, que une o Sudoeste ao Oeste paranaense, a 18 km do perímetro urbano do município de Francisco Beltrão – PR. A referida vila é composta por setenta e nove lotes, sendo esta inaugurada há nove anos. Inicialmente, cada morador recebeu uma casa de alvenaria com 44,52m<sup>2</sup>, um paiol de 12 m<sup>2</sup> e um galinheiro de 9 m<sup>2</sup>, além de sistema sanitário, água encanada, energia elétrica, arruamentos, mudas de árvores frutíferas e curvas de nível onde fosse necessário. As casas foram diferenciadas apenas pela cor, as quais variava entre rosa, azul, verde, branca e amarela sobre um terreno em torno de 5 mil m<sup>2</sup> (1/2 hectare).

As casas familiares foram financiadas pela Companhia Paranaense de Habitação com parcelas mensais para 25 anos, tendo ainda 30 meses iniciais de carência. Atualmente a prestação varia entre 30 a 40 reais mensais, sendo que não houve participação de trabalho braçal dos vilienses e a construção levou cerca de quatro anos.

Em entrevistas informais feitas em setembro de 2009 com cinco moradores de diferentes famílias da Vila Rural Gralha Azul, constatou-se que a grande maioria destes são aposentados, fato essencial para a subsistência (ou permanência) dos mesmos na vila, visto que não há possibilidade econômica de sobreviver apenas com a produção animal e/ou vegetal dos agricultores. De acordo com os relatos, a produção é pequena e conseqüentemente há um reduzido excedente para comercialização, sendo que nestas condições os moradores efetuam trocas de produtos na tentativa de suprir suas necessidades.

Antes de residirem na vila rural, todos os moradores entrevistados afirmaram que eram residentes no próprio município de Francisco Beltrão em casas cedidas por amigos e/ou familiares. As moradias antigas estavam em péssimo estado de conservação e a maioria destes tinha por ocupação o trabalho

"bóia-fria", ou seja, prestavam serviços de roçadas, plantio de mudas florestais, capinas, entre outros serviços braçais. A decisão de morar na vila rural é justificada pelos entrevistados principalmente pelo fato de antes não possuírem casa e de ver cumprido o sonho de trabalhar e possuir sua própria residência, a busca por uma vida mais tranqüila e sem rotinas, assim como aproveitar a natureza. Apesar de todos os entrevistados afirmarem que estão satisfeitos, reclamações constantes pairam pela vila rural, tais como o fato de não possuírem assistência médica no local, não possuírem transporte público, ruas sem calçamento, ausência de escola, terreno insuficiente para o plantio e subsistência própria e ausência de centro de lazer (mais especificamente um centro de convivência para idosos). Um outro aspecto citado por todos os moradores entrevistados é a falta de segurança, visto que a marginalidade é grande no local.

Geralmente as famílias conseguem cultivar em seus terrenos alimentos de subsistência como mandioca, milho, feijão, batata-doce, alface, abóbora, amendoim, entre outros, além de criar alguns animais como vacas, porcos, galinhas e coelhos. Porém existem famílias que receberam casas construídas em terrenos de várzea, portanto com excesso de umidade e baixa produtividade.

Mesmo assim, desde a criação da vila rural (em 2000) até hoje (2009) os moradores se dão por satisfeitos por já terem conseguido iluminação pública e um telefone público, porém reclamam de viverem sob uma aparência miserável e aspecto de abandono e desinteresse político.

## **CONCLUSÃO**

Embora a modernização da agricultura tenha proporcionado uma substantiva elevação da produção agrícola, esta favoreceu muito mais os detentores do capital, levando os pequenos agricultores e trabalhadores volantes do campo à exclusão. No Brasil, as conseqüências deixadas por esse processo imposto pela elite acabou levando à uma migração em massa para as cidades, inchando os grandes centros e piorando a vida a cada dia, inclusive para a própria elite que ditou as regras. Segundo Cavalcanti (2001), no campo a situação também não era agradável. Visto que algo precisava ser feito, então o ex-governador Jaime Lerner criou o programa intitulado "Vilas Rurais", programa este com base nas idéias da "Rurbanização", a qual também é representada por Gilberto Freyre.

O intuito do Programa Vilas Rurais era atenuar as desigualdades sociais, ou seja, corrigir um problema causado pela modernização da agricultura. Todavia observa-se que os lotes pertencentes aos entrevistados não comportam um potencial produtivo sustentável, pois o tamanho do lote é impraticável para até mesmo para a agricultura de subsistência.

A realidade da Vila Rural Galha Azul no Município de Francisco Beltrão – Paraná não é otimista, tampouco agradável. Os muitos problemas advindos da grande rotatividade dos moradores e a instabilidade (resultado da alta inadimplência das prestações dos lotes e dos sonhos não realizados) não refletem a esta vila rural um exemplo de assentamento que procura minimizar a pobreza no campo, mas sim, camuflá-la. Apesar do contentamento dos entrevistados, observa-se que o nível de vida dos entrevistados melhorou apenas sensivelmente se comparado com suas antigas vidas.

Analisando os conceitos de desenvolvimento e sustentabilidade em comparativo ao prático das vilas rurais, observa-se que ainda há uma grande disparidade entre estes. Os maiores problemas constatados nas entrevistas são os aspectos econômicos e sociais, já que os roubos são comuns e o principal rendimento, que é a aposentadoria, possui valor baixo.

Conclui-se também que, para a resolução de toda essa problemática advinda da má distribuição de terras aliada à modernização e mecanização da agricultura, faz-se necessário uma reforma agrária, em que possa haver uma redistribuição de terras de maneira eqüitativa e onde os pequenos agricultores venham desenvolver-se de forma sustentável.

## REFERÊNCIAS

BATALHA, Mário Otávio. **Gestão Agroindustrial**. Atual editora: Atlas São Paulo, 3ª Edição, 2008

BRANDENBURG, Aloísio; ET AL. Agricultura e Políticas Socioambientais Rurais. In RUSCHEINSKY, A (org). **Sustentabilidade - Uma paixão em movimento**. Editora Meridional: Porto Alegre, 2004, p. 62-77.

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio. Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável: perspectivas para uma Nova Extensão Rural. **Revista Extensão Rural e Desenvolvimento Sustentável**, nº 1, p. 16-37, Porto Alegre, 2000. Disponível em: <[http://www.emater.tche.br/docs/agroeco/revista/n1/05\\_artigo\\_agroeco.pdf](http://www.emater.tche.br/docs/agroeco/revista/n1/05_artigo_agroeco.pdf)>. Acesso em: 17 mar. 2008.

CAVALCANTI, Afonso de Souza. Vilas rurais no Paraná: forma de assentamento em busca de um teto e de uma propriedade. **Revista Akropolis**, Umuarama, n<sup>o</sup>4, v.9, out/dez. 2001. Disponível em: <revistas.unipar.br/akropolis/article/view/1841/1605>. Acesso em: 11 set. 2009.

DELGADO, G. C. Expansão e modernização do setor agropecuário no pós-guerra: um estudo da reflexão agrária. **Estudos avançados**, vol.15, n.43, p. 157-172, 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v15n43/v15n43a13.pdf>>. Acesso em: 08 set. 2009.

EHLERS, Eduardo. **Agricultura sustentável**: origens e perspectivas de um novo paradigma. Livraria e editora Agropecuária: Guaíba, 1999, 157 p.

ESSER, Jovir Vicentini; ET AL. As vilas rurais na região oeste do Paraná: uma política pública de desenvolvimento e seu impacto na vida dos trabalhadores rurais volantes. **Revista Paranaense de desenvolvimento**, n. 110, p. 91-112, jan/jun., Curitiba, 2006. Disponível em: <http://www6.ufrgs.br/pgdr/arquivos/600.pdf>. Acesso dia 09 de setembro de 2009.

FABRIS, Diuslene Rodrigues. Vilas rurais: espaço de ressignificação do ideário liberal. *In*: SEMINÁRIO NACIONAL ESTADO E POLÍTICAS SOCIAIS NO BRASIL, 2, 2005, Cascavel. Disponível em: <[http://cac.php.unioeste.br/projetos/gpps/midia/seminario2/trabalhos/servico\\_social/MSS38.pdf](http://cac.php.unioeste.br/projetos/gpps/midia/seminario2/trabalhos/servico_social/MSS38.pdf)>. Acesso em: 3 set. 2009.

FLOEHLICH, José Marcos. Gilberto Freyre: a história ambiental e a rurbanização. **Revista História Ciências- Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 2, jul –out. 2000. Disponível em: <<http://www.ufsm.br/desenvolvimentorural/textos/22.pdf>>. Acesso em: 11 set. 2009.

LERNER, Jaime. Jaime Lerner - Governador do Paraná. *Jaime Lerner*, todos os direitos reservados, 2004. Disponível em: <<http://www.jaimelerner.com/governador/governador.asp#>>. Acesso em: 11 set. 2009.

MARQUES, Marta Inês Medeiros. O conceito de espaço rural em questão. **Revista Terra Livre**. São Paulo, n. 19, p. 95-11, jul./dez 2002. Disponível em: <<http://www4.fct.unesp.br/nera/usorestrito/MARTA.pdf>>. Acesso em: 07 set. 2009.

ROSA, Antônio Vitor. **Agricultura e meio ambiente**. Atual Editora: São Paulo, 1998, 95 p.

RUSCHEINSKY, A. No conflito das interpretações: o enredo da sustentabilidade. *In* RUSCHEINSKY, A (Org). **Sustentabilidade - Uma paixão em movimento**. Editora Meridional: Porto Alegre, 2004, p.15-33.

SECRETARIA DE ABASTECIMENTO DO PARANÁ. Paraná 12 meses, uma política de desenvolvimento rural sustentável. *Governo do estado do Paraná*, slides explicativos, 2001. Disponível em:

<[www.microbacias.sc.gov.br/visualizarArquivo.do?entity...1...](http://www.microbacias.sc.gov.br/visualizarArquivo.do?entity...1...)>. Acesso em: 08 set. 2009.

SHINIK, S. Alguns elementos para debate: Desenvolvimento local sustentável. In: **Sustentabilidade- Uma paixão em movimento**. Porto Alegre: Meridional, 2004, p. 79-87.

SILVA, José Graziano da. **A modernização dolorosa** - estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. Editora Zahar: Rio de Janeiro, 1992, 34 p.

SIMEP- SISTEMA DE MONITORAMENTO DA EXECUÇÃO DO PROJETO. **Projeto Paraná 12 meses**. Governo do estado do Paraná, 2009. Disponível em: <<http://www.simep.seab.pr.gov.br/pr12meses/institucional/mapasite.do>> Acesso em: 08 set. 2009.

SOUZA, Marcelino de. **Atividades não-agrícolas e desenvolvimento rural no estado do Paraná**. 2000. 304 f. Dissertação (doutorado)- Setor de Engenharia Agrícola, Área de Concentração em Planejamento e Desenvolvimento Rural Sustentável. Unicamp, Campinas, 2000. Disponível em: <<http://libdigi.unicamp.br/document/?code=vtls000217764>>. Acesso em: 07 set. 2009.

TEIXEIRA, Olívio Alberto; LAGES, Vinícius Nobre. Do produtivismo à construção da agricultura sustentável: duas abordagens pertinentes à questão. **Caderno de Ciência e Tecnologia**, v.13, n.3, p.347-368, Brasília, 1996. Disponível em: <<http://webnotes.sct.embrapa.br/pdf/cct/v13/cc13n304.pdf>>. Acesso em: 14 set. 2009.

## **A CIDADE E SEUS TERRITÓRIOS: CAMPOS DE BATALHAS DES-RE-TERRITORIALIZANTES<sup>1</sup>**

**Luiz Carlos Flávio<sup>2</sup>**  
UNIOESTE (Campus Francisco Beltrão-PR)  
lucaflavio@gmail.com

### **INTRODUÇÃO**

Mediante quais elementos teóricos podemos caracterizar os territórios de uma cidade? Quais questões são importantes abordar para definirmos as múltiplas faces (polifônicas e poliorâmicas) que nela tomam parte?

Estas são questões que embasam este artigo. Buscamos discutir a produção da cidade em seu movimento: unidade que representa uma pluralidade concreta; que se transforma à luz dos hibridismos, contradições e tensões as quais lhe fornecem os processos e dinâmicas de transformação, as mutações das formas socioespaciais nela erigidas.

As relações que configuram os seus territórios são eminentemente, relações de poder construídas nas ações e disputas por espaços que, uma vez dominados, controlados pelos diversos atores, atuam imprimindo formas e funções aos lugares-territórios.

A dominação territorial significa relação de inclusões-exclusões em relação aos usos e apropriações da cidade. Valor de uso e valor de troca se embalam, embatem-se, sobrepõem-se, articula-se.

A cidade se torna, assim, um universo de ordenamentos, normatizações, regimentos e controles de espaço pelo capital-mercado, numa relação de valorizações onde o Estado detém papel importante.

Ao mesmo tempo, o valor de uso disputa espaços, conflita ou se sobrepõe ao valor de troca. Há contraposições e tensionamentos que remam em busca de liberdades e contrapoderes capazes de transpor as imposições e limites da

---

<sup>1</sup> A presente temática vem sendo desenvolvida pelo autor no Geterr (Grupo de Estudos Territoriais) da Unioeste de Francisco Beltrão e em pesquisa de doutorado em geografia efetivada pela Unesp de Presidente Prudente.

<sup>2</sup> Professor da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE (Campus de Francisco Beltrão-PR) e Doutorando em Geografia pela Universidade Estadual Paulista - UNESP (Campus de Presidente Prudente-SP).

cidade para o capital, ao passo em que se buscam embasar práticas que engendram o direito à cidade.

## **A CIDADE COMO HÍBRIDO: TERRITÓRIOS MULTIDIMENSIONAIS E RELAÇÕES DE PODER**

Amorim e Oliveira (2003, p. 14), abordando a cidade de São Paulo pelo prisma das condições socioeconômicas, sugerem que as paisagens dos diversos territórios da cidade se comparam a uma colcha de retalhos com formas circulares, tecida em diferentes cores, condições desiguais de renda, educação, violência, desemprego, analfabetismo, entre outros fatores.

Os territórios da cidade não se restringem aos aspectos econômicos. Traduzem-se, antes, como fruto dos mais variados traços humanos, cujas relações econômicas, políticas e culturais se inscrevem no espaço mediante interfaces materiais e simbólicas.

O espaço urbano e a cidade contêm aspectos multifacetados definidos pelas formas e sentidos de apropriações de espaços pelas variadas frações de população e atividades econômicas, políticas e culturais. Uma vez que os espaços sejam dominados, controlados, tornam-se território apropriado

Em linhas gerais, *a cidade* expressa-se como valor de uso e valor de troca. A expansão do valor de troca (relações capitalistas) tece uma cotidianidade revestida de complexificação e diversificação nas *relações homens-cidade-mundo*.

Ou então os objetos e ações se aproximam da apreensão do espaço como valor de uso: das convivências, da festa, da solidariedade e vínculos afetivos e convivialidades humanas.

Vale lembrar um importante ensinamento de Ítalo Calvino (QUAINI, 2009). Para ele, a cidade põe-se como um conjunto de muitas coisas: de memórias, desejos, signo linguagem; lugar de troca, como explicam os manuais de economia. Entretanto, estas trocas não são somente trocas de mercadorias. São trocas de palavras, desejos, recordações, as quais fazem com que seu livro se abra e se feche com imagens de cidades felizes que continuamente ganham forma e desaparecem, escondidas nas cidades infelizes.

Para Olgária Matos

único campo válido da experiência moderna, a cidade é corpo onde se inscrevem emoções e paixões, experiências intransmissíveis e singulares que o poeta-alegorista canta. A cidade é um mundo em miniatura – mônada da modernidade, e como toda mônada benjaminiana é cristalização de tensões: passagens de um espaço flutuante entre o interior e o exterior das Passagens, o real e o irreal, a desvalorização mercantil de tudo e a nova aura do imprevisto<sup>3</sup>

Já Swyngedouw (2001) toma a cidade como âmbito ou teatro onde atuam forças ininterruptas, as quais são natural e artificialmente engendradas pela cultura. As múltiplas interações inscrevem linhas fronteiriças entre os diversos objetos e ações que a compõem. Ela comporta a vida do povo e açambarca os processos socioecológicos (físicos, químicos, biológicos) contando diversos espaços de privilégio e exclusão, de participação e marginalidade, de estratégias do capital e de incorporadores do solo, dos conhecimentos que se embatem forjando múltiplas histórias e facetas que permitem pensar a cidade como híbrido.

Vista como híbrida, a cidade tem como uma de suas premissas o acolhimento de objetos, movimentos, mobilidades e sentidos polissêmicos. Ou, como quer Carlos (2001), dinâmicas que acenam para a realidade polifônica e poliorâmica, de vez que caracterizada por *múltiplas* territorialidades e temporalidades que se abraçam, negociam ou se repelem.

*Uma vez que sua paisagem heterogênea é fruto de distintas temporalidades, porta marcas de construções pretéritas, cujas disputas de pessoas, grupos, classes, etnias etc., foram se inscrevendo nos diferentes modos de ser, (co)habitar, subsistir, viver condicionados e condicionantes de esquemas de produção de diferenças, sobreposições e conflitos entre o velho e o novo que se rebatem nas ambiguidades e convivências socioespaciais*

Assim, a cidade é uma unidade que aglutina contradições e tensões. Segundo Marx, (s/d, p. 111) a análise das lutas e antagonismos (de classes, de visões, de componentes econômicos, ideológicos) são elementos fundantes de toda a história social. Onde as tensões fazem aflorar os combates que permeiam a cidade. Afinal, como quer Goethe, "ser homem é combater" (GOULIANE, 1969, p. 39). A cidade é, portanto, lugar e território privilegiado do combate.

Componente essencial da multidimensionalidade relacional que governa a cidade são as relações de poder. O poder é elemento central para se compreender os territórios, uma vez que estes são tecidos pelos diversos atores

---

<sup>3</sup> Citada em Montenegro (1994, p. 27).

*sintagmáticos* da sociedade, os quais entram em luta toda vez que alguém ou alguma instituição (como o Estado, por exemplo; bem como firmas, grupos sociais ou as pessoas comuns, em suas relações cotidianas) tenta dominar alguém, informações etc. com o fito de dominar, subverter para si ou ainda manter sob sua influência um determinado espaço (RAFFESTIN, 1993).

Todas as relações e lugares presentes na cidade são expressões de (ou contêm) relações de poder: a fábrica, a casa, a rua, a escola, o campo de futebol, o boteco, as igrejas, as festas, os movimentos sociais... Ou, dito de outro modo, todas as relações sociais, em seus polimorfismos e hibridismos, traduzem formas e conteúdos de poder.

As relações de poder estabelecidas nos embates e trocas que estabelecem a cidade como obra humana e como mercadoria dão os contornos de seu *processo civilizatório*. A partir das ações de homens, grupos, classes, Estado, firmas, etnias, raças, gêneros, religiosidades e instituições por eles criadas, ou seja, suas estratégias e intencionalidades, tecem-se engajamentos em disputas por conquistar um espaço próprio.

As lutas, conflitos, contradições cotidianamente criadas (pelos sujeitos, classes, capital, trabalho, Estado etc.) renovam a cidade. São forças que se inserem, obedecem e se contrapõem na efetivação dos espaços-tempos próximos e distantes, de redes locais-globais em interações: das produções, trocas, circulação e fluxos de informações, trabalho, capitais, mercadorias, dinheiro, idéias etc.

Os combates estabelecidos interferem nas convivências, sociabilidades e movimentos de homens, instituições e ordens de coisas. Contribuem para reestruturar as texturas territoriais e seus legados históricos.

As relações de poder (locais, que se tecem em redes globais) fundamentam as ações dos "atores da cidade"; definem as fronteiras que permitem (ou não) acessos, apropriações, valorizações das complexas fragmentações da cidade.

Assim, a cidade se constrói como grande *campo de batalha*, onde as forças *materiais e simbólicas* informam, reformam, deformam, e transformam os movimentos históricos e as relações sociais que reproduzem a vida humana.

## OS TERRITÓRIOS DAS CORPORAÇÕES: A PARTICIPAÇÃO DO ESTADO

A cidade é considerada território por excelência das corporações. São múltiplos os aspectos nela presentes que garantem amarrações com os interesses do capital, a começar pelas articulações que possibilita se efetivarem entre cidade e campo, de que ela serve como eixo de realização.

Ela exerce papel de ponte de relações entre o campo, sua hinterlândia e a economia global. É articulação que contempla uma simbiose e interdependência. A cidade é utilizada como nó estratégico que, ao mesmo tempo que se beneficia das produções obtidas no agro, também media os fluxos a serem expedidos para ou recebidos de outras partes da economia mundial (CORRÊA, 1989; SASSEN, 1998).

Este papel acirra a participação da cidade na rede urbana e instiga relações de trocas locais-globais. Nesse sentido, é espaço de múltiplas territorializações: edificações, comunicações, financiamentos, oferta de trabalho, moradias, comércio, serviços etc. Todos estes elementos (fixos e fluxos) produzem ali territórios específicos peneiras de hierarquizações e coesões de negócios.

Além disso, em seu âmbito também se dá a articulação com o rural, a indústria ou o setor terciário, no que tange a ser porta de entrada-passagem das modernizações e acessos ao meio técnico-científico e informacional. Estes implicam na participação da cidade nos movimentos-mobilidades multisetoriais do capital, que busca matérias-primas, força de trabalho e mercado consumidor a fim de alcançar sua reprodução e acumulação.

Com efeito, segundo Santos (1996), desde o avanço da sociedade urbana e industrial, a cidade tem sido em grande medida comandada pelas firmas poderosas. Benjamin (1987, p. 94-97) é também um dos autores que analisa profundamente a cidade capitalista burguesa. Ela é, para ele, gerenciada para servir aos interesses hegemônicos. Tem uma sucinta e eloqüente frase a seu respeito: "La ciudad no se visita, se compra." Colares, quadros, cervejas e até mesmo arquiteturas, paisagens, o espaço aéreo ou ainda o *cosmos* viram coisas, mercadorias da *indústria*. Sob o "espírito da técnica", domina-se a natureza e tudo é gerido com vistas a se controlar as relações humanas, postas como forças produtivas que agreguem lucros às classes dominantes.

Para Arantes (2000), a cidade tem sido posta em função do triunfo do mercado. No processo de intervenções urbanas, os planejamentos, o "novo" urbanismo tem assumido essencialmente um espírito gerencial capitalista. Enquanto a cidade expede controles sobre os cidadãos comuns, para as corporações diminuem as restrições e aumentam os incentivos (como os fiscais).

Assim, a cidade tem se transformado em *máquina de produzir riquezas*. Como vitrine de especulações, os senhores do capital contam com subsídios do Estado e a participação interessada de diversos outros agentes:

No coração de coração dessas coalizões, a classe rentista de sempre, hoje novamente na vanguarda dos 'movimentos urbanos', incorporadores, corretores, banqueiros etc., escorados por um séquito de coadjuvantes igualmente interessados e poderosos, como a mídia, os políticos universidades, empregos esportivos, câmaras de comércio e, enfim, nossos dois personagens desse enredo de estratégias: os planejadores urbanos e os promotores culturais.

A autora demonstra com fartos argumentos como as coalizões de elites garantem a cidade como negócio. Negócio em que as zonas mais favoráveis são incorporadas como território mercantil, geralmente contando com as infra-estruturas e outros apoios à valorização de áreas anexadas com o sentido de *especulação por antecendência*, pelas firmas e grupos capitalizados.

Enquanto isso, as populações mais pobres amargam localizações destituídas de infra-estrutura urbana ou equipamentos como saneamento, escolas, posto de saúde, áreas de lazer, cinemas, teatros, etc. Os "territórios" ou bairros dos pobres parecem nem pertencer à cidade (SANTOS, 1993).

## **TRANSFORMAÇÕES E ESTRANHAMENTO**

No âmbito mais genérico, o rol de transformações ocorridas na cidade capitalista condicionam a existência de elementos de des-re-territorializações.

A expansão da divisão do trabalho (crescimento e complexificação da cidade) traz novas oportunidades e necessidades, a diminuição (ou aumento) dos limites de movimentos e de relações que antes marcavam a vida social. É enorme agora a mobilidade e a agitação (SIMMEL, 2005, p. 584).

A fragmentação e a alienação humana passam a ser componentes nela presentes, tanto quanto a formação de novas identidades. Para Carlos (2007, p. 47-8):

As formas cambiantes da grande cidade que se expressam nas interdições e transformações, nos usos dos lugares, cria, portanto, um processo de "estranhamento/reconhecimento". A transformação na grande cidade é marcada pela queda dos referenciais, pelo desaparecimento das marcas do passado histórico lido na paisagem, presenciada na vida cotidiana (que ocorre com a destruição dos bairros, com a construção das vias de trânsito rápido, com a produção de edifícios) como aponta Baudelaire. As formas urbanas se transformam, redefinindo os passos, criando ausências, revelando-se enquanto negação da identidade em função das destruições dos referenciais urbanos que sustentam a vida e a memória. Presenciamos, com isso, o processo de constituição de uma sociedade marcada pelo distanciamento do homem com o outro através da dissolução das relações sociais de vizinhança, o distanciamento da natureza, o esfacelamento das relações familiares, a mudança das relações dos homens com os objetos, a perda do conteúdo do trabalho, posto que a produção do cotidiano no mundo moderno vincula-se à ampla difusão do consumo que criou o reino da mercadoria penetrando na esfera doméstica, domesticando a vida. Deste modo, a paisagem urbana revela um 'fazer-se incessante' que tende a aniquilar o que está produzido criando sempre novas formas, marcando o processo de estranhamento do indivíduo, habitante da grande cidade. Isto porque o tempo da transformação modifica a duração da forma e os processos de transformação da cidade se aceleram causando a idéia de destruição, que aponta a quebra dos referenciais urbanos que sustentam a vida cotidiana dando-lhe sentido.

Face aos inumeráveis novos eventos, fixos, fluxos, movimentos de população, a *cidade do capital* experimenta a *chegada de estranhos*: novas coisas edificações, habitantes. Estranhos que põem muitas vezes em cheque as identidades dos lugares, suas regras de pertencimento, bem como transformações nos objetos que ocupavam suas paisagens. As identidades tradicionais locais sofrem mutações (SENNETT, 1978, p. 64).

Dentre inúmeros desdobramentos pertinentes à cidade capitalista esfacelada, Salgueiro (1998) chama a atenção para a idéia de que na cidade atual: "pessoas se dessolidarizam". Prova disso é que segmentos com posses fogem das zonas onde os mais pobres vivem. Buscam habitar espaços onde haja condições mais seguras e próximas de sua estatura social. Há então uma "desordem espacial das posições sociais", como diz Donzelot. Como desdobramentos, temos a fragmentação.

Assim, aliados a diversas práticas de isolamento das pessoas (em seus automóveis, na comunicação via internet, e por mecanismos eletrônicos), vemos recrudescer nas cidades brasileiras o que Gomes (2006, p. 184-6) denominou movimentos de "emuralhamento da vida social".

Para Benjamin (1987, p.34), a perda de calor das relações humanas, na cidade, faz com que no lugar do homem autêntico brote o homem ambíguo,

passível de ser vitimado por coações e restrições de movimento pela arquitetura de que é feito o urbano. A insegurança assume em grande medida a vida do habitante da cidade.

## O COTIDIANO E O DIREITO À CIDADE

A cidade capitalista apresenta fisionomias de envilecimento e degradação que se apresentam sob várias ordens de problemas: forças de mendicância, *sujidade*, fome e muros construídos dividindo territórios como que por "mãos invisíveis", como assevera Benjamin (1987, p. 29-30).

Entretanto, há que se atentar para outras possibilidades de participação e construção de avanços sociais conquistados pelos indivíduos e coletividades submetidas à pobreza e ao estranhamento. Pois as pessoas-grupos suportam tais condições até o momento em que se acenam outras possibilidades. Além disso, ao identificar vindo em sua direção traços de humilhação, estas populações podem externar em suas práticas rastros de rebeldia.

Como afirmam Gomes e Costa (1988, p. 50-1): "No espaço estão os signos da permanência e da mudança, e são vividos os ritos da ordem e do caos, da disciplinarização e dos desregramentos. Seus múltiplos sentidos são vivenciados, a cada instante, nos mais diferentes lugares do planeta."

Ou, nos termos de Castoriadis (1987), a sociedade é algo instituída, mas também instituinte. As práticas estabelecidas tanto entram em coesão com o sistema do capital, tanto quanto a ele se opõem.

Para Sassen (2003, p. 109) "[...] son las practicas sociales las que constituyen las nuevas formas de ciudadanía y que la ciudad es un lugar clave para esta tarea política, que en parte está siempre constituida por elementos dinâmicos".

Dentre outros aspectos, os grupos excluídos (ou precariamente incluídos) arquitetam suas estratégias de sobrevivência na *cidade do capital*. Diante, por exemplo, da carência de moradias, as pessoas agem, individual ou coletivamente, construindo em lugares alternativos, que fogem à lógica mercantil, tais como alagados e encostas, onde nada precisam pagar. Também ocupam cortiços, onde os preços de aluguel são baixos. Ou podem mesmo ocupar terrenos públicos ou privados e construir mediante mutirões e regimes de autoconstrução. Outra alternativa praticada tem sido a inserção em movimentos sociais que exigem a

participação do poder público na resolução de seus problemas. Os sem-teto são exemplo disso (CORRÊA, 2002).

Em muitas cidades brasileiras pessoas e grupos vinculados às classes populares têm se inserido também nos âmbitos de participação política. Assim, buscam se integrar em atividades partidárias e de representações políticas em cargos eletivos públicos. A imersão e coesão de grupos, famílias, profissionais funcionalmente vinculados, ou a interação com movimentos da sociedade organizada têm permitido ações de defesa de seus interesses diante do coletivo (LIMA, 2007, p. 111).

As organizações populares, vinculadas ou não a entidades como igrejas, universidades, organizações não governamentais ostentam prolíficos exemplos de como grupos socialmente marginalizados vêm fazendo a história, ao invés de esperar acontecer. Dentre outros, podemos citar a ação da Pastoral da Criança nos meios sociais de condições de vida precária. Simples trabalhos que realizam, como passar informações sobre alimentos (ou sobre aproveitamento de partes deles, costumeiramente dispensados, como as folhas de mandioca), ensinando sobre suas propriedades, têm disseminado formas de alimentação mais saudáveis e ricas entre famílias e segmentos pobres. Territórios da fome e da subnutrição encontram no trabalho voluntário das muitas pessoas envolvidas com a pastoral saída para seus problemas.

Mesmo as Universidades podem dar sua contribuição na transformação de realidades precárias. De 2002 a 2006, Professores e alguns acadêmicos da Unioeste (Francisco Beltrão), aliando-se com algumas entidades e sindicatos, estiveram desenvolvendo o Projeto Vida no Bairro (PVB), no do bairro São Francisco. Dentre outras ações efetivadas pelo PVB houve a reivindicação, ao poder público, junto com a Associação de Moradores, de melhorias de condições em termos de: calçamentos de ruas; melhoria nos horários e itinerários de ônibus coletivos; de local para edificação de sede para a Associação de Moradores e também para área de lazer. Além disso, também se fez solicitação de que a Prefeitura Municipal providenciasse que o bairro constasse no mapa da cidade e a identificação das casas, já que isso impedia que os moradores não fossem localizados por correios, mercados, etc. E foram realizados também cursos (relacionados a pratos com alimentos; artesanatos; violão; consciência ambiental) e a participação do bairro no rádio, discutindo problemas urbanos, entre outros.

Muitas das ações reivindicadas foram exitosas, o que contribuiu para melhorar em parte as condições de existência dos moradores do bairro (PACÍFICO, FLÁVIO, SAQUET, 2005).

Muitos são os segmentos populares e grupos sociais ditos excluídos que acham soluções em seu cotidiano, muitas vezes inventando alternativas. Como assevera Certeau (2002, p. 38; 40): "O cotidiano se inventa com mil maneiras de caça não autorizada". O autor mostra que procedimentos populares "[...] jogam com os mecanismos da disciplina e não se conformam com ela a não ser para alterá-los".

Assim vemos que, no cotidiano, as pessoas criam contrapoderes, "roubando" espaços negados: pelo poder público ou Estado e pelos "donos do pedaço" (proprietários, firmas etc.).

A cidade contempla diversos exemplos de territórios identitários (tribos urbanas), de solidariedades, da festa, da religiosidade (como os reizados) etc. construídos por práticas pautadas ou situadas para além das disputas e imposições decorrentes da propriedade privada ou da lógica racional capitalista.

Ou seja, as práticas sociais nos apresentam experiências comuns de *histórias e criações solidárias compartilhadas* que intuem criar *espaços felizes* ligados a vínculos comunitários, como poderíamos dizer com Bachelard (2005), demonstrando que a cidade, povoada de sonho, utopias, desejos, imaginação, é a "rede do possível e impossível", como sugere Ítalo Calvino (QUAINI, 2009).

Para finalizar nossa exposição, citamos Lefebvre (2001, p.138). Este autor nos ensina que cabe ao filósofo, ao pesquisador, indagar e questionar os sentidos das produções atuais, buscando *realizar a filosofia*, contrapondo-se às dominações e apropriações que cerceiam as liberdades humanas.

## REFERÊNCIAS

AMORIM, Ricardo Luiz Chagas, OLIVEIRA, Claudia Maria Cirino de. Abandono e esperança na cidade: o processo de exclusão e a estratégia paulistana de inclusão social. In: POCHMANN, Márcio (Org). **Outra cidade é possível: alternativas de inclusão social em São Paulo**. São Paulo: Cortez, 2003.

ARANTES, Otília Beatriz Fiori. Uma estratégia fatal: a cultura nas novas gestões urbanas. In: ARANTES, Otília Beatriz Fiori, VAINER, Carlos, MARICATO, Hermínia. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis: Vozes, 2000.

BACHELARD, Gaston. **A poética do espaço**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

BENJAMIN, Walter. *Dirección única*. Madrid: Ediciones Alfaguara, 1987.

CARLOS. Ana Fany Alessandri. A metrópole polifônica, poliorâmica. In: SPOSITO, Maria E. B. Sposito (Org). **Urbanização e cidades: perspectivas geográficas**. Urbanização e cidades: perspectivas geográficas. Presidente Prudente: GASPPER/FCT/UNESP, 2001.

\_\_\_\_\_. **O espaço urbano: novos escritos sobre a cidade**. São Paulo: Labur Edições, 2007, 123p.

CASTORIADIS, Cornélius. Poder, política, autonomia. In: **O mundo fragmentado. As encruzilhadas do labirinto**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, PP. 121-150, 1987.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

CORRÊA, Roberto Lobato. *CORRÊA, Roberto Lobato. A rede urbana*. São Paulo: Ática, 1989, (série Princípios).

\_\_\_\_\_. **O espaço urbano**. 4. ed. São Paulo: Ática, 2002.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **O que é a filosofia?** Rio de Janeiro: Editora 34, 1992. (Col. TRANS).

GOMES, Paulo César da Costa. **A condição urbana: ensaios de geopolítica da cidade**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

GOULIANE, C. I. **A problemática do homem: ensaio de uma antropologia filosófica**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

KOSELLECK, Reinhart. **Temps et histoire**. *Romantisme*, v. 17, n. 56, p. 7-12, 1987.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

LIMA,IVALDO. Da representação do poder ao poder da representação: uma perspectiva geográfica In: SANTOS, Milton, BECKER, Bertha K. **Território, Territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. 3ª. Ed., Rio de Janeiro: Lamparina Editora, 2007, p. 109-121.

MARX, K. **A miséria da filosofia: resposta à filosofia da miséria de Proudhon**. Trad. Paulo Roberto Banhara. São Paulo: Escala, s/d. (Col. Grandes obras do pensamento universal, 77).

MONTENEGRO, Antonio Torres. **História oral e memória: a cultura popular revisitada**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 1994.

PACÍFICO, Jucelí, FLÁVIO, Luiz Carlos, SAQUET, Marcos Aurélio. **Cidade, organização popular e desenvolvimento:** a experiência do projeto vida no bairro. Francisco Beltrão: Unioeste, 2005.

QUAINI, Massimo. As cidades invisíveis de Ítalo Calvino. Uma lição de geografia. In: SAQUET, Marcos Aurélio, SPOSITO, Eliseu Savério (Org.). **Territórios e territorialidades:** teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder.** São Paulo: Ática, 1993.

SALGUEIRO, Teresa Barata. Cidade Pós-moderna: espaço fragmentado. In: **Território**, Rio de Janeiro: Garamond, LAGET, UFRJ, ano III, n. 04, jan/jun, 1998.  
SANTOS, Milton. A urbanização brasileira. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

\_\_\_\_\_. **Espaço e método.** 4. ed. São Paulo: Nobel, 1997. (Col. Espaços).

SASSEN, Saskia. **As cidades na economia mundial.** São Paulo: Nobel, 1998 (Col. Megalópolis).

\_\_\_\_\_. **Contrageografías de la globalización.** Género y ciudadanía en los circuitos transfronterizos. Madrid: Traficantes de Sueños. 2003.

SENNETT, Richard. **El declive del hombre público.** Barcelona, Ediciones Peninsula, 1978.

SIMMEL, George. **As grandes cidades e a vida do espírito.** Rio de Janeiro: Mana, v.11, n. 2, Outubro, 2005.

## DEFINIÇÃO DE ÁREAS PRIORITÁRIAS PARA INVESTIMENTOS SOCIAIS POR PARTE DO PODER PÚBLICO, ATRAVÉS DO GEOPROCESSAMENTO, NA CIDADE DE FRANCISCO BELTRÃO-PR<sup>1</sup>

**Danielli Batistella Saquet**

(Mestranda em Geomática pela UFSM)  
danisaquet@hotmail.com

**Rosilâne de Lourenço Lorenzoni**

(Mestranda em Geomática pela UFSM)  
an1nh2@hotmail.com

**Vera Regina Pontrémoli Costa**

(Mestranda em Geomática pela UFSM)  
pontremolicosta@yahoo.com.br

**José Américo de Mello Filho**

(Professor Titular da UFSM)  
americo@ccr.ufsm.br

O poder público municipal necessita seguidamente de informações sobre a situação das áreas em que administra, porém, nem sempre é possível obter essas informações de maneira precisa através de dados oficiais. Com o avanço das geotecnologias nos últimos anos, tem sido possível realizar esses diagnósticos socioeconômicos de área com maior facilidade. As ferramentas do geoprocessamento são direcionadas para o tratamento de informações coletadas sobre objetos ou fenômenos geográficos.

O geoprocessamento representa qualquer tipo de processamento de dados georreferenciados, através de tecnologias que envolvem a coleta e o tratamento das informações espaciais, buscando uma representação simplificada do mundo real e generalizando suas características e relações para um objetivo específico (CIRILO; MENDES, 2001).

Para Xavier (2001, p.2), o geoprocessamento é:

[...] um conjunto de técnicas computacionais que opera sobre a base de *dados* (que são registro de ocorrências) georreferenciados, para transformá-los em *informação* (que é um acréscimo de conhecimento) relevante, deve necessariamente apoiar-se em estruturas de percepção ambiental que proporcionem o máximo de eficiência nesta transformação.

<sup>1</sup> Trabalho apresentado à disciplina de Geoprocessamento aplicado à análise ambiental, no programa de pós - graduação em Geomática, da Universidade Federal de Santa Maria-RS.

A estrutura do geoprocessamento é derivada de uma visão sistêmica, composta por entidades físicas ou virtuais, onde os sistemas se organizam através de diversos tipos de relacionamentos.

A ferramenta do geoprocessamento para conhecimento do espaço territorial visa assegurar qualidade de vida aos cidadãos com ações embasadas em aspectos técnicos e sociais, precisos e atualizados, é operacionalizado através dos Sistemas Geográficos de Informação (SGI). Estes sistemas suportam a integração e a manipulação de informações de fontes distintas, pois quando utilizada pode assegurar qualidade de vida.

Para Xavier (2001), os Sistemas Geográficos de Informação – SGIs têm a capacidade de analisar diferentes relações espaciais entre variáveis e entre localidades constantes da sua base atualizável de dados georreferenciados. Este apresenta-se cada vez mais como uma ferramenta eficaz no estudo e avaliação das desigualdades sócio-espaciais.

Os Sistemas Geográficos de Informação, além de modelos ambientais, são ao mesmo tempo, modelos conceituais, metodológicos e tecnológicos. Eles respeitam e integram algumas características fundamentais dos dados ambientais, como:

- a) Os dados ambientais são extremamente numerosos.
- b) São variados e de diferentes fontes.
- c) Os dados são sujeitos à classificações que podem ser abandonadas e têm graus variados de complexidade e aplicabilidade.
- d) Possuem localização geográfica e podem ser geocodificados.

Os Sistemas Geográficos de Informação mostram e analisam a territorialidade dos fenômenos neles representados, sendo crescente o uso para a representação de ambientes.

Os Sistemas Geográficos de Informação (SGI) são programas computacionais que processam dados gráficos e não gráficos (alfanuméricos), unindo a base espacial de referência (mapa) e as informações (banco de dados) em torno de objetos geograficamente representados no mapa. Desta forma, o SGI é o sistema que executa atividades que envolvem o geoprocessamento para cada aplicação, isto é, para cada interpretação da realidade.

Todo dado geográfico possui dois componentes essenciais: uma localização no espaço geográfico e um ou mais atributos característicos desta

localização. Objetos geográficos do mundo real possuem duas formas de representação computacional em um SGI: a representação “vetorial” e a representação “*raster*”.

Na representação vetorial o espaço é considerado contínuo, ou seja, como um fenômeno em que se focaliza uma característica fundamental comum, sendo a realidade expressa por vetores, ou seja, pontos, linhas e polígonos, permitindo representações com maior precisão. A representação *raster* constitui-se de um espaço discreto, ou seja, um espaço representado por elementos separados e distintos, que não estão em continuidade com a vizinhança, segmentado em células em um arranjo ordenado de linhas e colunas.

Em um contexto de busca de maior eficiência na gestão municipal, administrativa e tributária, onde o sucesso do alcance das metas sociais que competem à municipalidade depende, além da receita, do domínio das informações precisas e atualizadas, o geoprocessamento é ferramenta indispensável por permitir o tratamento de dados espacializados no território municipal.

Sobre os limites entre planejamento e gestão, acreditamos que o primeiro ocorra em maior escala temporal e espacial, enquanto o segundo traduz o acompanhamento da dinâmica urbana nos processos de transformação em menor escala. Para Souza (2002, p. 46), planejar remete ao futuro, à compreensão e previsão de processos, enquanto gestão indica o presente, e significa administrar uma situação.

É a modelagem do SGI que permitirá integrar as diversas fontes de dados próprias do cadastro técnico municipal e as dos demais dados referente à saúde, educação, segurança pública, entre outros. Desta forma, confere-se o cadastro um caráter multifinalitário, permitindo ao gestor público planejar o uso do território com base em dados precisos e integrados, e monitorar os resultados das ações implementadas (SOUZA, 2002).

Assim, a aplicação do geoprocessamento na análise do ordenamento territorial visa oferecer subsídios, principalmente ao planejamento urbano, de áreas complexas dentro do tecido urbano (SILVA, 1993).

## METODOLOGIA

O presente estudo teve como base o tratamento dos dados por setores censitários provenientes do levantamento feito pelo IBGE no ano 2000. Este instituto disponibiliza os dados gratuitamente no site, de municípios que possuem acima de 20.000 habitantes. Para exemplificar, utilizamos como referência o município de Francisco Beltrão, localizado no Sudoeste do Paraná, que conforme as estimativas possui atualmente 72.409 pessoas.

A base digital dos 54 setores de Francisco Beltrão foi obtida em formato *shape*, sendo os atributos trabalhados no banco de dados do programa Arcgis 9.1.

Para o desenvolvimento do trabalho foi elaborada a seguinte metodologia: montagem de uma rede de análises caracterizada como “*Árvore de Decisões*” (MOURA, 2003) método que tem como finalidade a compreensão das variáveis espaciais contidas na área e a suas interrelações. Foram definidos quatro objetivos e uma síntese final nesta árvore de decisões.

Dentre os dados analisados, tabulamos informações referentes aos homens chefes de família com renda inferior a um salário mínimo, pessoas não alfabetizadas, domicílios sem banheiro e domicílios improvisados permanente, no qual se apresentam como indicadores sociais relevantes. Esses dados foram transformados em percentuais em relação ao número total por setor censitário. Assim, pode-se obter uma consulta espacial através do banco de dados, de forma que não mascarasse a realidade.

Conforme Pereira Junior et. al (2008), a metodologia aplicada caracteriza-se pela estratificação das informações em níveis ou camadas distintas, os quais são denominados de planos de informação. Isso permite flexibilidade de combinações e eficiência de acesso a qualquer localização geográfica da base de dados.

Obtido os quatro planos de informação, os mesmo foram exportados em formato tiff, 256 dpi, sendo em seguida, aberto no programa SAGA – Sistema de Análise Geo-ambiental. Nesse, foram atribuídos peso 25 para cada tema, e notas de 1 a 10 para as classes do tema. As áreas com maior precariedade foram dadas notas maiores e as áreas de menor incidência dos casos, deu-se notas menores. Essa avaliação é obtida a partir da seguinte fórmula:

$$MP_n = \frac{\sum_k^n [P_k (N_k)]}{\sum_k^n P_k}$$

**MP<sub>n</sub>** = media ponderada a ser atribuída a cada unidade de resolução espacial;

**P<sub>k</sub>** = peso atribuído ao plano de informação "k";

**N<sub>k</sub>** = valor representativo de uma classe do plano de informação "k", admitida a restrição da ocorrência de apenas uma classe em cada unidade territorial de discretização adotada (unidade de resolução espacial, que, neste procedimento avaliativo, pode ser denominada unidade territorial de integração de dados);

*n* = número de planos de informação (e classes) envolvido no cômputo. (Xavier, 2001).

Como resultado dessa integração dos planos de informação, obtivemos um mapa final de Áreas Prioritárias para Investimento por parte do Poder Público.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Através do banco de dados do Arcgis 9.1, com as consultas espaciais, obtivemos os planos de informações dos temas escolhidos. Assim, visualizamos com a graduação de cores, as áreas que apresentam os menores e maiores percentuais, como mostra a Figura 1.

O resultado dessa análise aponta para a necessidade do tratamento de diversos problemas por parte dos governos, através da definição de políticas públicas que efetivamente possam contribuir para uma melhor atuação nas áreas de atenção especial.

A praticidade e proveitos propiciados pelo geoprocessamento podem facilitar as tomadas de decisões, permitindo apoio geoespacial e gerencial para as decisões estratégicas de planejamento urbano, além de promover a difusão do uso das geotecnologias em vista de um conhecimento mais abrangente, aprofundado e preciso sobre a área em questão.

Com a integração temática no programa SAGA, obtivemos as áreas de atenção especial, e para conseguir uma melhor localização, inserimos os limites de bairros sobre o mapa final.

Assim, conseguimos demonstrar a distribuição espacial das áreas prioritárias para investimento por parte do poder público, na cidade de Francisco Beltrão-PR (Figura 2).



De acordo com o mapa final apresentado, as áreas de altíssima prioridade de investimento em educação, saneamento, moradia e emprego, estão localizadas nos bairros Água Branca, e parte dos bairros Miniguaçu, Jardim Seminário, Padre Ulrico e São Miguel.

Essa investigação apresentou as áreas de atenção especial por parte do poder público, com o intuito de contribuir para a melhoria de vida da população e manter um banco de dados cadastrais a serviço dos órgãos públicos.

O resultado desse estudo aponta para a detecção de regiões onde há áreas de altíssima prioridade de investimento em educação, saneamento, moradia e emprego, sendo que sua monitoração poderá se dar de forma temporal com imagens de satélites ou visitas de campo.

## **CONSIDERAÇÕES**

Considera-se que o uso do Geoprocessamento torna-se uma constante nos estudos que englobam as diferentes áreas do conhecimento geográfico.

De acordo com o foi demonstrado na pesquisa, diversas técnicas de geoprocessamento podem ser utilizadas na definição e monitoramento de diversos problemas urbanos. Nesse sentido, procura-se contribuir para o planejamento urbano à medida que foram apresentados os resultados do mapeamento e formação do banco de dados das áreas de interesse.

Conforme as atuações desempenhadas pelo software Arcgis e SAGA, entende-se que o mesmo constitui um instrumento importante para o mapeamento e monitoramento dos diversos espaços públicos urbanos para identificar as áreas prioritárias para investimentos sociais por parte do poder público. A este SGI podem ser associados os dados que forem mais convenientes para a formação do banco de dados do usuário assim como os dados disponíveis podem ser atualizados constantemente. Ao poder público cabe a função de propiciar infra-estrutura urbana suficiente e adequada para garantir o bem-estar da população que reside e utiliza o espaço da cidade de Francisco Beltrão – Paraná.

O geoprocessamento constitui-se em uma importante ferramenta para auxiliar nos planos diretores dos municípios para o crescimento urbano. Possibilita a compreensão das variáveis que podem definir as regiões de crescimento de áreas residenciais, podendo assim identificar onde há maior

carência de investimentos nas áreas de educação, saneamento, moradia e emprego. Permite ainda verificar a possibilidade de expansão industrial e outros benefícios para a população.

É importante ressaltar a potencialidade do geoprocessamento como recurso para a produção, organização, tratamento, integração, gerenciamento e acesso das informações a respeito de fenômenos onde a localização geográfica é um elemento fundamental para os processos de organização, consultas, análise e decisão. O mesmo ainda pode contribuir para o desenvolvimento de novos conhecimentos, habilitações e competências para o avanço da produção do conhecimento e o aprimoramento da atuação do poder público.

## REFERÊNCIAS

CIRILO, J.A.; MENDES, C.A.B. **Geoprocessamento em Recursos Hídricos: princípios, integração e aplicação**. Porto Alegre: ABRH, 2001.

MOURA, Ana Clara Mourão. **Geoprocessamento na gestão e planejamento urbano**. Belo Horizonte: Ed. da autora, 2003.

PEREIRA JUNIOR et al. Geoprocessamento aplicado à fiscalização de áreas de proteção legal: o caso do município de Linhares-ES. In: XAVIER; ZAIDAN (Org.) **Geoprocessamento e Análise Ambiental**. 2.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

PRONI, D., WEISMAN, T. **THE VR WORX: Integrated Authoring Environment for QuickTime VR**. Pittsburgh: VR Toolbox Inc, 1999.

SILVA, J. Xavier da; FILHO, L. M. Carvalho. Sistemas de informação geográfica: uma proposta metodológica. **Anais da IV Conferência Latinoamericana sobre Sistemas de Informação Geográfica**. São Paulo, 1993. p. 609-628.

SOUZA, M.L. **Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e a gestão urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

XAVIER DA SILVA, Jorge. **Geoprocessamento para a Análise Ambiental**. 1. ed. Rio de Janeiro: D5 Produção Gráfica, 2001. Disponível em: <<http://www.lageop.ufrj.br/>>

XAVIER DA SILVA, J. Geoprocessamento em estudos ambientais: Uma perspectiva sistêmica (Cap. 1). MEIRELLES, M. S. P.; CAMARA G.; ALMEIDA M. **Geomática: modelos e aplicações ambientais**. Brasília, DF: EMBRAPA Informação tecnológica, 2007. 593 p. p. 21 -53.

## GLOBALIZAÇÃO E CONTEMPORANEIDADE NA QUESTÃO CENTRO E CENTRALIDADE<sup>1</sup>

**Adir Silvério Cembranel**  
UNIOESTE (Campus Francisco Beltrão-PR)  
adirsilverio@yahoo.com.br

O processo de constituição de novas centralidades é um fenômeno que atingem não somente grandes metrópoles como pequenas cidades, no processo de desenvolvimento econômico, a procura de novos espaços tira do centro algumas formas de centralidade.

Para Corrêa (1999), o processo de organização espacial desigual é característica do capitalismo, no processo de formação da sociedade. O processo espacial é a expressão utilizada para descrever o que ocorre com o espaço ao longo do tempo, que são responsáveis também para o processo de formação do centro e centralidade. A globalização como consequência da expansão do capitalismo, principalmente no período pós Segunda Guerra Mundial, liderada por grandes corporações, é responsável pela reestruturação da rede urbana, excluindo algumas centralidades do centro. A globalização causa grande impacto na esfera econômica, social, política e cultural que reflete diretamente na organização espacial, gerando a reestruturação espacial que recria a diferença entre centros urbanos. A rede urbana é afetada pela globalização tanto na criação de recentes áreas urbanas quanto na refuncionalização dos centros preexistentes, influenciadas ou não pelas corporações globais.

Segundo Correa (1999), grandes proprietários industriais e grandes empresas comerciais, em razão de sua dimensão, necessitam de grandes espaços, terrenos amplos e baratos, sendo assim grandes modificadores do espaço, contribuindo para a formação de novas centralidades fora dos centros. A globalização se manifesta de diferentes modos por intermédio de diversos agentes sociais, como a industrialização, a urbanização, a industrialização do campo, o aumento do consumo, utilização de novas áreas nos processos construtivos, reestruturação organizacional de empresas mudanças no setor de distribuição atacadista e varejista.

---

<sup>1</sup> Trabalho vinculado à disciplina "A Questão Urbana na Geografia", do Mestrado em Geografia da UNIOESTE de Francisco Beltrão.

A demanda gerada pela globalização se manifesta de acordo com as demandas e não exclusivamente pelas grandes corporações, criando novos núcleos urbanos em áreas que passam a integrar o espaço globalizado.

Para Corrêa (1999), a globalização atua de duas maneiras. A primeira é a perda, relativa ou absoluta, de centralidades acompanhadas, em muitos casos, pelo desenvolvimento de novas funções não centrais. Esta refuncionalização deriva das manifestações da globalização alterando o processo produtivo. A segunda é a transformação de pequenos núcleos a partir de novas atividades influenciadas por eventos internos ou externos gerando a especialização produtiva ao núcleo preexistente, criando as centralidades que, ao que tudo indica, pode ser ampliada.

Para Santos (2005), o espaço é a sociedade, e não existe sociedade aespacial. A base para explicar a formação econômica, social e espacial é o trabalho do homem e sua capacidade de transformar. Ele defende que não existe somente a formação econômica, social ou espacial, mas sim que todos estes fatores estão ligados ao trabalho desenvolvido pelo homem.

Conforme Tourinho (2005), centro e centralidade são temas recentes e passam a ter seu conceito questionado a partir da década de 1950 e mais intensamente em 1970. Entre 1960 a 1970 começou a se falar em centralidade, com a polarização de certas áreas fora dos centros tradicionais, que apareciam ou eram projetadas com características similares às do centro. Nesta época a centralidade entendida como atributo primordial do centro, começava a ser questionada. Em 1980 novas discussões surgiram sobre o valor das áreas centrais, esta situação levou, nos anos de 1980 e 1990, ao surgimento do tema chamado "novas centralidades", que se conceituava como a dispersão das atividades das metrópoles. Desta forma cria-se uma indefinição sobre o conceito de centro e centralidade, uma vez que a centralidade deixou de ser característica exclusiva do centro, criando duas grandes áreas de atividades. Quando o centro deixou de ser área exclusiva de centralidade, perdendo sua principal função, mas mantendo o principal significado.

A diferença entre lugares são resultado dos diferentes modos de produção, o valor de cada local depende do modo de produção de maneira qualitativa e quantitativa. O modo de produção é apresentado pela rivalidade entre os modos de produção, o novo e o velho, quando o novo procura impor-se, porém não pode

totalmente e o velho modo de produção ainda resiste em algumas formas sociais (SANTOS, 2005).

Para Tourinho (2005), o centro caracteriza-se não só pelo aspecto funcional, mas principalmente pelo fator simbólico e pela sua referência como cidade, com características histórica, arquitetônica, urbanística, política e econômica complexas, de difícil apropriação, resistente a qualquer tipo de uniformização. Não se pode dizer que o centro é um lugar democrático, pois não é um espaço homogêneo. O centro é criado pela miscigenação, contraposições, erros e acertos de diferentes ações e sociedades, lutas, vitórias e derrotas, é um espaço rebelde, não dominado, diversificado e não igualitário. Ele não é um espaço democrático, é realmente o espaço do conflito.

Segundo Tourinho (2005), as centralidades competem muitas vezes com o centro por recursos. Normalmente essas áreas, por sua constituição recente, em uma regulamentação mais flexível, estão bem preparadas para receber investimentos necessários, já o centro possui dureza nesses aspectos. O centro já deteve o grau máximo de centralidade, mas hoje a centralidade está distribuída. Contudo, nas últimas décadas, o centro perdeu centralidades para as chamadas "novas centralidades", uma vez que não consegue continuar comandando, só ele, o complexo processo. Dessa forma, a centralidade tornou-se independente do centro, distanciou-se dele, conceitual e fisicamente falando.

A necessidade de desenvolvimento começa a criar novas áreas independentes do centro, para onde se direcionam novas organizações, com grande potencial de modificação do espaço e de criação de novos segmentos organizacionais. O desenvolvimento do capitalismo e a expansão da globalização geram a necessidade de novos espaços que já não eram mais disponíveis em áreas centrais, onde a densidade de urbanização e o alto valor territorial surgem com limitantes. Surgem, assim, diferentes áreas que atraem investidores, formando novas sociedades, novas necessidades e centralidades fora do centro.

## REFERÊNCIAS

- CORREA, Roberto Lobato. **O espaço Urbano**. São Paulo: Ática, 1999.  
SANTOS, Milton. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: USP, 2005.  
TOURINHO, Andréa de Oliveira, O Centro e a centralidade: uma questão recente  
In CARLOS, Ana F. A.; OLIVEIRA, Ariovaldo U. de. **Geografia de São Paulo**:  
Hucitec, 2005.

## **A FORMAÇÃO SUL-BRASILEIRA: OCUPAÇÃO PORTUGUESA, REDUÇÕES JESUÍTICAS E IMIGRANTES<sup>1</sup>**

**Leandro Oliveira**

UNIOESTE (Campus Francisco Beltrão-PR)  
leandroliver\_@hotmail.com

### **APRESENTAÇÃO**

"Vim, vi e venci". Assim supostamente o general e cônsul Júlio César escrevera ao senado romano referindo-se a conquista de um território e alertando-os de sua força militar e política.

As migrações, as ocupações e conquistas dos espaços na formação territorial são constantes e não diferentes da formação territorial sul-brasileira. Dessa forma, consideramos a apropriação do território, a desapropriação e novamente a apropriação, ou seja, a desrreterritorialização. Esses movimentos exercem e recebem influências da geografia, do trabalho construtor e transformador da natureza e do espaço, das tecituras das redes geopolíticas. Enfim, de todos os elementos que constroem um território.

As condições e os meios de produção são muito importantes na ocupação e fixação de uma população em um território. A falta de ferramentas, moinhos etc, dificultou bastante a ocupação do Sul-brasileiro, o qual inicialmente foi ocupado de forma bastante esparsa por latifúndios para garantir a posse do território.

No princípio não foi nada fácil, muito menos sem sacrifícios e derramamento de sangue, assim foram colonizadas as terras da Região Sul do Brasil. Os Estados Sul-brasileiros possuem vários elementos que contribuíram para a formação do seu território, entre eles está o elemento histórico e o material.

---

<sup>1</sup> Artigo apresentado como trabalho curricular no ano de 2009, pelo acadêmico Leandro Oliveira do curso de Geografia Licenciatura da UNIOESTE-FBE.

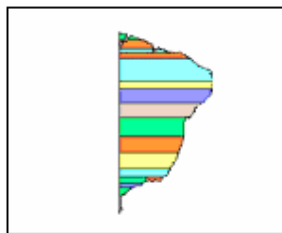
Este trabalho foi realizado parte com pesquisas em referências bibliográficas, parte a campo. Campo realizado em julho de 2009 na rota por Santa Maria-RS, destacando a Universidade Federal de Santa Maria – UFSM – e a apropriação e colonização da cidade, fundado entre 1777 a 1800, e desta região. Continuou-se por Vale Vêneto, terras que pertenceram a 4º colônia da imigração italiana. Destaca-se também a formação geomorfológica do RS, realçado em Vale Vêneto e Santa Maria pelo rebordo Serrano. Vemos nitidamente a separação entre a Serra, terreno ocasionado pelos derrames basálticos, e a Campanha, anterior aos derrames, terreno mais antigo e não encoberto, aplanado, denominado arenito. Passando pela cidade da Mata, onde árvores da ordem das coníferas, no processo do tempo geológico, fossilizaram-se por mineralização e são encontradas por escaparem do soterramento dos derrames basálticos. Para encerrar o campo, visitamos as ruínas de São Miguel das Missões, sede dos Sete Povos das Missões. "Uma flor que floresceu na primavera da humanidade", uma idealização que foi concretizada pelo povo indígena e pelos padres Jesuítas.

## OCUPAÇÃO PORTUGUESA

Com as grandes navegações, houve uma intensificação do comércio e conseqüentemente um acúmulo maior de capital. Espanha e Portugal que lideraram essa corrida para as grandes navegações do século XV e XVI, logo, incentivam e investem na procura de novas mercadorias. Com isso revelam a existência de um Novo Mundo, a América.

De acordo com Saquet (2009), o Tratado de Tordesilhas, 1494, é a primeira divisão e compartimentação geopolítica do espaço conquistado, especialmente na América do Sul, por forças sociais européias, definindo uma pequena parcela de terras sob o domínio do reino de Portugal e outra, com uma extensão bem maior, sob o controle do reino da Espanha. Esta divisão corresponde a um dos principais marcos da formação da América Latina e, evidentemente, do Sul do Brasil.

### Pequena parcela de terras – capitânicas hereditárias a partir de 1534



Fonte: Google imagens.

As terras que cabiam a Portugal já não estavam mais tão secretas assim, havia a necessidade de povoação e de defesa do novo espaço conquistado, então Dom João III, rei de Portugal, optou por adotar o mesmo método utilizado nas ilhas Madeira, Açores e em outras colônias onde obtiveram sucesso: as capitânicas hereditárias.

O regime das Capitânicas não resultou no que se esperava, nem todos os donatários iniciaram a colonização de suas terras. Um naufrágio fez ser em vão os esforços dos contemplados com as Capitânicas do Maranhão e do Rio Grande (do Norte). A hostilidade manifestada pelos indígenas inutilizou os esforços dos mais persistentes, incluindo roubos para arruiná-los.

Mesmo a fronteira, o meridiano de Tordesilhas, definindo uma estreita parcela de terras sob o domínio dos portugueses sabemos que não eram tão

poucas terras assim, era uma grande porção de terras, maior que a maioria dos países da Europa. Era uma estreita parcela de terras se comparada às dimensões da América.

Com a União Ibérica (1580-1640), apesar dos domínios ultramarinos continuarem separados teoricamente, é certo que tanto espanhóis entravam sem grandes problemas em territórios portugueses, quanto os lusitanos entravam em terras espanholas se estabelecendo e com isso obtendo títulos de propriedade que seriam respeitados pela diplomacia posterior.

De acordo com Saquet (2009), com o descobrimento de minas de ouro e prata no México, no Peru e na Bolívia pelos espanhóis a partir do século XVI, logo, acirram-se os conflitos geopolíticos na América Latina. Entre 1580 e 1640 os portugueses ultrapassam seus limites procurando metais preciosos, diamantes e indígenas para escravizarem. Como deveriam estar restritos a uma pequena parcela de terras em comparação ao restante que podiam explorar, acabaram invadindo terras espanholas e aumentando seus domínios territoriais além do meridiano de Tordesilhas, fundando, por exemplo, em 1680 a Colônia do Sacramento nas margens do Rio da Prata e bem próxima de Buenos Aires.

## **REDUÇÕES JESUÍTICAS**

Esse movimento de apropriação e expansão territorial intensificou os conflitos entre os portugueses e os espanhóis por vários anos, o que foi agravado pela constituição e pelo fortalecimento das Missões (reduções jesuíticas), como possibilidade para a formação de um Estado teocrático independente na América Latina. Esta iniciativa preocupava e aguçava as lideranças de cada país, Espanha e Portugal, a ponto de financiarem o massacre dos indígenas e a destruição de quase todas as reduções até a metade do século XVIII (SAQUET, 2009, p.4).

A religião foi à razão da fundação das reduções. Com a intenção de catequizarem índios, oferecendo ensinamentos diversos voltados à Cristianização e sobrevivência – como plantação, manejo de animais, arte e muito mais – os jesuítas vieram às Américas. Aqui criaram uma comunidade que conheceu a organização – obtendo certo grau de urbanização, localizadas hoje em território brasileiro, eram conhecidas por Sete Povos das Missões, São Miguel Arcanjo (sede), São Nicolau, São João Batista, São Lourenço Mártir, São Luiz Gonzaga, Santo Ângelo Custódio e São Borja –, o sentimento de união, o compromisso de aperfeiçoamento, a idéia de coletividade que tornava tudo comum e abundante,

chegando a conquistar excedentes que eram vendidos em outras regiões da América e na Europa.

Pelo Tratado de Tordesilhas, 1494, todas as terras das reduções jesuíticas pertenciam à coroa espanhola. Lá conviveram 30 povos, por 160 anos, chegando a agrupar até 100 mil indígenas em torno de uma sociedade altamente desenvolvida nos mais variados aspectos.

O primeiro Estado industrial, militar e cultural da América Latina construído em plena floresta. Considerada uma república-modelo, reconhecida por Voltaire e Montesquieu, que creram que as Missões eram um lugar onde a utopia do cristianismo se convertera em realidade.

Segundo Saquet (2009), os conflitos acabaram levando a outro tratado, o de Madri, em 1750, estabelecendo novas fronteiras (privilegiando a utilização de rios e montanhas para demarcação dos limites, o diploma consagrou o princípio do direito privado romano do *uti possidetis, ita possideatis*; como possuías, assim possuas; delineando os contornos aproximados do Brasil de hoje): os portugueses cederam a Colônia de Sacramento – e as suas pretensões ao estuário da Prata – e receberam as Missões dos espanhóis – os atuais estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul; onde inicialmente fundou-se a Capitania D'El Rey de São Pedro do Rio Grande do Sul –. Foi como se decretasse, a milhares de quilômetros, a aniquilação de milhares de indígenas e a destruição das construções edificadas sob orientação e ordenamento dos padres jesuítas espanhóis – que provocou a reação indígena guarani, com o cacique Sepé Tiaraju e seu brado “esta terra tem dono!”, surgindo a Guerra Guaranítica (1752-1756). Sepé foi morto três dias antes da última batalha, a de Caibaté, onde morreram combatendo mais de 1700 índios pela imensa diferença de armamento. O golpe final que levou o projeto ao extermínio, foi a expulsão dos jesuítas em 1786. Porém, as indefinições continuaram e os conflitos permaneceram. Dessa forma, assinou-se, em 1777, o Tratado de Santo Ildefonso, que reforçou a dominação espanhola na Bacia da Prata e demarcou a ampliação do território português na América do Sul.

Segundo Saquet (2009), precisavam alterar-se as relações produtivas, o mercado de trabalho livre e tentar definir a ocupação das terras do Sul, disputadas entre portugueses e espanhóis e mais tarde entre brasileiros e argentinos.

Uma região em disputa inclusive pelos guaranis que habitavam as Reduções, na qual construíram uma sociedade organizada, onde o modo de produção para a época era único e nunca experimentado por nem outra sociedade até então; mas percebe-se que analisando por outro aspecto, sem o tratado de Madri, talvez não existisse hoje o Sul do Brasil.

Saquet (2009), citando as abordagens de Andrade explica que para o Brasil Colônia a demarcação dos limites entre os domínios da Coroa portuguesa e espanhola foi fundamental o emprego do chamado princípio *Uti Possidetis*, pelo qual se aumentou consideravelmente a área do Brasil em direção a Oeste, ocupando-se terras que oficialmente pertenciam à Espanha. Os limites representavam os projetos estratégicos de dois Estados imperiais em expansão, como espaço a ser ocupado e comandado pela força militar em meio ao desenvolvimento mercantilista a plano global.

### **OCUPAÇÃO PORTUGUESA NA FORMAÇÃO SUL-BRASILEIRA**

Para a região mais disputada, o Sul, houve um movimento migratório de origem e influência portuguesa, casais de açorianos provenientes da ilha dos Açores em 1746, para garantir a posse do terreno. Era uma nova forma de colonização preconizada, através de famílias que produzissem, sem precisar de escravos. Os primeiros sessenta casais fundaram o Porto dos Casais, mais tarde Porto Alegre (1751). A imigração açoriana também está associada à base da fundação de Rio Pardo, Mostardas, Santa Amaro, Triunfo e Taquari.

Durante o século XVIII, também ocorreu à instalação de muitos oficiais militares e soldados provenientes das Capitânicas de São Paulo e Minas

Gerais, através da concessão de grandes parcelas de terras, as **sesmarias**. Isto possibilitou a expansão da ocupação, embora de maneira ainda dispersa, em direção ao Sul do Rio Grande do Sul (Camaquã e Bagé) e a Oeste (São Sepé, São Gabriel e Santa Maria), facilitando a apropriação territorial pelos grupos dirigentes portugueses que, historicamente, forçaram a expansão territorial de seus domínios (SAQUET, 2006, p.7).

Apesar de as sesmarias representarem as divisões das Capitânicas em doações aos seus titulares, ainda assim representava grandes parcelas de terras, o que caracterizava latifúndios.

Segundo Saquet (2009), no final do século XVIII (1777 a 1800), criaram-se vários vilarejos, dispersos, mas com fundamentos militares, administrativos e religiosos importantes, como aconteceu em Pelotas, Rio Grande, Santa Maria, Bagé, Alegrete, Livramento, Porto Alegre, Rio Pardo e Piratini. Obviamente, Tratados como os de Madri e o de Santo Ildefonso foram muito importantes, acarretando conflitos e redefinindo demarcações fronteiriças impostas por grupos sociais europeus dirigentes.

Há uma conjugação de fatores e processos geopolíticos, militares, econômicos e culturais que estão na base de formação territorial do Sul do Brasil, desde os primórdios da ocupação efetivada pelos europeus provenientes de Portugal e outros países. Este movimento, porém, até o final do século XIX, não rompeu com a rudimentaridade das forças e relações produtivas predominantes. O comércio era incipiente; a organização política era bastante frágil; as condições sanitárias e médicas, mesmo nas cidades, eram muito precárias; utilização do trabalho escravo; precariedade das vias e meios de transporte e comunicação (SAQUET, 2009, p.7): "Ora, no começo do século XX, os imigrantes alemães, como os gaúchos, dispunham somente de cavalo de cela, da carreta a bois e a mulas, e do barco a remo ou à vela" (ROCHE citado por SAQUET, 2009, p.7).

No Sul do Brasil, durante a ocupação portuguesa, a população sulina vivia basicamente da criação de gado. Estrategicamente, para ocupação, expansão e apropriação das terras, por grupos sociais portugueses dirigentes. O que resultou numa região ocupada esparsa e estrategicamente dominada por portugueses até o desligamento político do Brasil em relação a Portugal em 1922.

"Contraditoriamente, isto não impediu a formação de alguns nós e de algumas redes desde o final do século XVII possibilitando a substantivação dos primeiros fluxos e tramas no território" (SAQUET, 2009, p.7). Segundo Saquet havia um povoamento esparso, mas havia ligações entre eles, mesmo com todos os problemas encarados no dia-a-dia, o que se tornava mais complexo no passar do século XIX, sobre tudo coma a intensificação da ocupação do espaço por

imigrantes europeus de origem de alemães, de italianos e de eslavos. Até a década de 1920, havia algumas ferrovias no Sul do Brasil com destaque para as redes de Porto Alegre-Uruguaiana e Santa Maria-Marcelino Ramos.

## **Imigrantes**

Com esse processo imigratório no Brasil, simultaneamente deu-se o fortalecimento do cultivo de café para exportação, setor mais dinâmico da economia brasileira no século XIX e o incremento do processo de institucionalização da unidade produtiva agrícola familiar, voltada para a produção de alimentos para exportação com base no trabalho assalariado em grandes lavouras, apropriação da terra em pequenas propriedades por meio de práticas da policultura e do trabalho familiar voltado ao mercado interno; geopolítica e definição de fronteiras; cobranças estrangeiras sobre a qualidade de vida dos imigrantes no Brasil e o branqueamento da população desejado pela classe hegemônica. Resumidamente a formação do Sul do Brasil está intrinsecamente correlacionada à formação do Estado brasileiro e ao movimento de expansão do capitalismo em nível internacional (SAQUET, 2009, p.6).

“Em 1851 era instalada a colônia alemã de Joinville; em 1854 a de Blumenau; e em 1860 a de Brusque. Posteriormente a colonização alemã expandiu-se pelo Vale do Itajaí catarinense” (ARBEX JR., 1995, pp. 21-22). Segundo Arbex Jr.(1995), esse fluxo diminui devido ao Rescrito de Heydt, que proíbe a saída de germânicos para o Brasil. Essa proibição está ligada à divulgação, na Alemanha, das más condições de vida a que estavam submetidos os colonos alemães que imigraram para o Brasil.

“Importante acontecimento nessa processualidade temporal especial na formação do território não somente no Sul, mas em todo o país, foi a instituição da lei de terras e colonização, criada em 1850 e implementada a partir de 1854” (SAQUET, 2009, p.9). Segundo Saquet (2009), estabelecia essa lei a obrigatoriedade da compra e venda das terras, atribuindo uma nova significação aos acordos efetivados até então na apropriação e definição das terras para os imigrantes estrangeiros e demais indivíduos, realizadas pelo Estado e empresas colonizadoras. Instituiu na expansão do Modo Capitalista de Produção no Brasil, a propriedade privada da terra e a renda territorial capitalizada.

“Tanto é que os imigrantes italianos, estabelecidos especialmente a partir dos anos de 1870 são condicionados a pagar os lotes de terras sejam eles urbanos ou rurais” (SAQUET, 2006, p.9). De acordo com Saquet (2006), ocorreu à cobrança nas colônias agrícolas instituídas em 1870 pelo Governo Provincial,

Conde d'Eu (atual Município de Garibaldi), e Dona Isabel (Município de Bento Gonçalves), transferidas ao Governo Geral em 1876, e nas demais construídas posteriormente. Em 1875, o Governo Imperial fundou Nova Palmira ou Caxias (atual Município de Caxias do Sul), todas as três Colônias localizadas no nordeste do Rio Grande do Sul.

De acordo com Saquet (2009), em 1878, com mesmo procedimento político de distribuição e ocupação de lotes de terras, entretanto situada na porção central da Província, em plena encosta e em terras 'devolutas', funda-se uma quarta colônia agrícola de imigração italiana: Silveira Martins.

A emigração regular dos descendentes de colonos do Rio Grande do Sul só começou, realmente, durante a Primeira Guerra Mundial, dirigindo-se, sobretudo, aos Estados brasileiros mais próximos, Santa Catarina primeiro e, mais tarde, Paraná. Desenvolveu-se depressa e nunca mais deixou de aumentar: depois de ter arrastados principalmente descendentes de italianos, abrange, agora, descendentes de alemães (ROCHE citado por SAQUET, 2006, p.11).

No Paraná, depois do desmembramento da Província de São Paulo, em 1853, há um movimento em favor da instalação de imigrantes europeus, principalmente alemães, poloneses e ucranianos, nas proximidades de Curitiba; Lapa (predomínio dos alemães), Castro (alemães), Prudentópolis (ucranianos), Ponta Grossa (alemães), e Palmeira (alemães) (SAQUET, 2009, p.11).

A concentração de terras nas mãos de uma elite de agricultores, a baixa industrialização e salários defasados produz uma taxa alta na população na classe da pobreza, inclusive uma evasão da população para centros urbanos ou cidades próximas procurando mais recursos para sua subsistência; o que nem sempre produz os efeitos desejados.

Temos como exemplo o Noroeste do Estado do Paraná que teve sua ocupação ligada a expansão cafeeira de São Paulo. Com a substituição do café na década de 1970 por outras culturas devido a queda nos preços desde 1929, exemplo o soja, e a mecanização; levaram grandes contingentes da população a migrarem para outras regiões. Segundo dados do IBGE, no censo do Noroeste do Paraná em 1980, a população era de 746.472. Já em 1991, havia 655.304 habitantes. Isso representa uma evasão de 13.2% da população.

No Sudoeste do Paraná, a ocupação sistemática e concomitante formação basilar do território atual ocorre a partir de 1943, por meio da instalação da Colônia Agrícola Nacional General Osório (CANGO) pelo Governo Federal e da promoção da migração de descendentes de alemães, italianos e poloneses do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. A sede da CANGO foi estabelecida em Marrecas, atual

Francisco Beltrão, a Oeste de Bom Retiro (atual Pato Branco, 1918) (SAQUET, 2009, p.12).

A partir daí formam-se várias vilas e pequenas cidades na faixa de fronteiras entre o Brasil, a Argentina e o Paraguai, como Realeza, Ampère, Flor da Serra do Sul, Pranchita, Capanema, Pato Branco, Dois Vizinhos, Toledo, Palotina, Medianeira, Cascavel, Marechal Cândido Rondon e tantas outras, todas formadas basicamente por gaúchos e catarinenses. No Oeste e no Norte do Paraná há intensa atuação de companhias particulares de colonização, fundando colônias e cidades importantes atualmente, como Londrina (1929) e Maringá (1945-47) através da miscigenação de grupos sociais: italianos, alemães, japoneses e luso-brasileiros como nordestinos e mineiros (SAQUET, 2009, p.12).

O Sudoeste do Paraná é a região que tem sua ocupação efetivada mais recentemente e as últimas terras do Sul a serem apropriadas e povoadas a partir da década de 1940 pela instalação da CANGO. Povoadas com mais intensidade durante os Governos Militares nas áreas de fronteiras com a Argentina e o Paraguai.

Podemos, didaticamente resumir esse movimento migratório ocorrido no Sul do Brasil da seguinte maneira:

- a) 1684-1780: fase da expansão portuguesa com a fundação de vilas e/ou acampamentos militares dispersos;
- b) 1824-1889: período de intensa imigração estrangeira realizada com alemães, italianos e poloneses, principalmente no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina;
- c) 1890-1939: fase de expansão da colonização efetiva no Noroeste-Norte do Rio Grande do Sul, Oeste de Santa Catarina e Sudeste do Paraná;
- d) 1940-1960: período de intensa ocupação do Sudoeste, Oeste e Norte do Paraná. (SAQUET, 2009, p.11).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os benefícios, os serviços que desfrutamos hoje são construções processuais, sócio-históricas, isto é, construídas pelo trabalho social num processo acumulativo no espaço no decorrer do tempo. Logo, espaço e tempo não se separam, "os tempos e os territórios da imigração no Sul do Brasil são diferentes e marcados por relações espaço-tempo também distintas". Mesmo a cultura, nosso modo de viver atual, alimentação, vestimenta, enfim, revela muito das construções sociais espaço-tempo dos ascendentes de nossa origem.

Nessa condição, surge uma dúvida, será que haveria a possibilidade de estarmos aqui se não fosse o trabalho e as construções sócio-históricas, espaço-tempo dos ascendentes de nossa origem? Com certeza, não!

As fronteiras são uma criação social, com interesses geopolíticos, culturais, econômicos no espaço-tempo. Nas definições de fronteiras do Sul do Brasil, houve territorialização, desterritorialização e reterritorialização, conduzidas por forças geopolíticas internas e externas. Percebe-se um contínuo processo de construções e desconstruções do território não apenas no Sul do Brasil, mas em todo o Brasil, para definir suas linhas fronteiriças, ora por vontade interna, ora por pressões externas.

## REFERÊNCIA

SAQUET, Marcos Aurélio. **O(s) tempo(s) e o(s) território(s) da imigração no Sul do Brasil** (artigo, 2009).

ARBEX JR., José. E OLIC, Nelson B. **A hora do Sul: o Brasil em regiões**. São Paulo: Moderna, 1995.

IBGE. Censo demográfico regional de 1980 e 1991. Rio de Janeiro: IBGE, 1991.  
<http://www.saomiguel-rs.com.br/>

<http://images.google.com.br/images?hl=ptBR&um=1&sa=1&q=forma%C3%A7%C3%A3o+do+territ%C3%B3rio+brasileiro&aq=2&oq=forma%C3%A7ao+>

## OS DESCENDENTES DE POLONESES EM PATO BRANCO (PR): MIGRAÇÃO E IDENTIDADE<sup>1</sup>

**Michele Briskievicz**

UNIOESTE (Campus Francisco Beltrão-PR)  
mixi.cheli@hotmail.com

**Marcos Aurélio Saquet**

UNIOESTE (Campus Francisco Beltrão-PR)  
saquetmarcos@hotmail.Com

### RESUMO

Apresentamos alguns resultados obtidos em pesquisas de iniciação científica desenvolvida no âmbito do Grupo de Estudos Territoriais (GETERR). Tendo como objetivo principal estudar a diáspora de descendentes de poloneses para o município de Pato Branco (PR), visando compreender esse processo entre os anos de 1940 até os dias atuais, evidenciando os fatores da migração e suas principais atividades cotidianas atuais, econômicas e culturais, através da coleta de dados do IBGE, da pesquisa bibliográfica, no arquivo da paróquia da igreja matriz de Pato Branco e por meio da realização de entrevistas. Também objetivamos compreender as principais abordagens de migração, identidade e territorialidade como processos sociais e territoriais de organização da vida cotidiana.

**Palavras chave:** Identidade. Territorialidade. Migração.

### APRESENTAÇÃO

Propomos o estudo da migração de descendentes de poloneses para o município de Pato Branco (PR) para compreender as suas principais contribuições na economia e na cultura deste município a partir dos anos de 1940 até os dias atuais. Ao mesmo tempo, estamos desvendando os fatores da migração e os lugares de origem das famílias. É um estudo do processo histórico de migração e das principais características atuais dos descendentes de poloneses, a partir de uma abordagem territorial histórica e relacional.

Assim, é importante entender que a migração corresponde ao movimento da população *no* e *pelo* espaço, através de um processo de transformações econômicas, políticas e culturais que ocorrem em diferentes lugares e períodos históricos. Estamos fazendo o mapeamento da mobilidade espacial estabelecida dos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná para Pato Branco,

---

<sup>1</sup> Projeto de Iniciação Científica e tema da monografia do curso de Bacharelado em Geografia – 2009.

verificando, ao mesmo tempo, se essas famílias ainda mantêm traços das suas identidades de origem.

Sabe-se que ocorreu um intenso processo de migração *gaúcha* e catarinense para o Sudoeste do Paraná, a partir dos anos 1940, com incentivo da operação "Marcha para Oeste", do Governo de Getúlio Vargas e com a criação da Colônia Agrícola Nacional General Osório (CANGO), em 1943, que influenciou de forma efetiva na consolidação da colonização do Sudoeste do Paraná. Porém, há poucos estudos sistemáticos e coerentes sobre o tema. Essa situação é agravada pela carência de debates e pesquisas sobre a migração de descendência polonesa. É por isto que nos propomos a estudar a temática em questão como um processo de des-re-territorialização de *gaúchos*, catarinenses e paranaenses para o Sudoeste do Paraná e, mais especificamente, para o município de Pato Branco.

Nossa pesquisa está em andamento e, desde o princípio, envolve os seguintes procedimentos: pesquisa bibliográfica; coleta de dados na Prefeitura Municipal de Pato Branco (comércio, indústria e agroindústrias familiares); coleta de dados do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social; coleta de dados no arquivo da Paróquia São Pedro; seleção e tabulação de dados do IBGE e, mais recentemente, a realização de entrevistas com alguns sujeitos estudados (a escolha das famílias deu-se pela importância econômica e pelo tamanho). Todos os dados coletados estão sendo atentamente tabulados e analisados.

Trabalhamos com a "família" porque entendemos que esta é o núcleo básico da migração e da construção das identidades. A realização de entrevistas com famílias de migrantes é fundamental, pois permite a apreensão de sutilezas que os dados mais gerais não permitem compreender. Procuramos, dessa forma, conhecer melhor suas práticas cotidianas, tanto econômicas como culturais bem como, o local de origem e as razões da migração. Ao mesmo tempo, estamos gerando documentos cartográficos (mapas temáticos) para representar as informações referentes aos processos estudados.

É importante destacar que utilizamos como referências para o trabalho de campo as metodologias utilizadas por Wachowicz (1987) e de Roche (1969). A técnica de Roche foi coletar todos os dados dos registros de casamento, dos cartórios do Rio Grande do Sul, extraindo informações do local e Estado de

nascimento dos conjugues. Ele optou por retirar as informações dos cartórios pelo fato de serem mais completos, abrangendo todas as religiões, assim foi possível obter informações sobre a procedência da população. Ruy Wachowicz utilizou a mesma técnica para estudar o Sudoeste do Paraná. Os dados obtidos foram retirados em períodos de dois anos, para que fossem diminuídas as maiores oscilações e para transformar os números obtidos em porcentagens.

Desse modo, passamos a compreender as principais abordagens dessas noções e o movimento de des-re-territorialização de *gaúchos*, catarinenses e paranaenses para Pato Branco, evidenciando suas principais atividades cotidianas, e suas principais contribuições na economia e cultura desse município.

## **TERRITORIALIDADE E IDENTIDADE**

Claude Raffestin, desde os anos 1970, constrói uma argumentação em favor de uma concepção multidimensional do território e da noção de territorialidade. O território e a territorialidade ocorrem através da atuação do Estado, porém, acontecem também através de outras ações sociais, efetivadas por empresários, organizações políticas e indivíduos. É uma concepção que consideramos renovada, histórica, crítica e eminentemente reticular.

Claude Raffestin (1993), se dedicou muito a estudar o conceito de território, determinou a *T-D-R*: territorialização-desterritorialização-reterritorialização. Para ele a concepção de território pode ser definida como o conjunto de relações efetivadas pelos indivíduos que pertence a um certo grupo social.

O território corresponde a um reordenamento do espaço, no qual existe um sistema informacional utilizado pelo homem com uma cultura. No território há informação e comunicação que comandam nos nossos dias e as relações sociais do processo de territorialização-desterritorialização-reterritorialização.

A identidade ocorre no processo de migrações e outras transformações territoriais, ou seja, ela se efetiva quando acontecem mudanças sociais que podem ser simplificadas no processo de desterritorialização e reterritorialização, havendo uma interligação e complementaridade, conforme verificamos estudando a migração gaúcha dos descendentes de poloneses em Pato Branco e em todo o Sudoeste paranaense, onde há mudanças sociais no mesmo ou em diferentes lugares, elementos que são reproduzidos, surgindo novas territorialidades e identidades através da incorporação de novos elementos.

No Brasil, segundo Haesbaert (1997), a distinção entre território como instrumento do poder político e território como espaço de identidade cultural, instrumento de um grupo cultural e/ou religioso, é fundamental no mundo contemporâneo dentro do debate entre universalistas e multiculturalistas. Há uma junção entre processos simbólico-culturais e político-administrativos.

Dessa forma, Haesbaert identifica diferentes abordagens conceituais de território em três vertentes, que são as seguintes: a jurídico-política, na qual o "território é visto como um espaço delimitado e controlado sobre o qual se exerce um determinado poder, especialmente o de caráter estatal" (1997, p.39). A outra é a culturalista que "prioriza sua dimensão simbólica e mais subjetiva, o território é visto fundamentalmente como produto da apropriação feita através do imaginário e/ou da identidade social sobre o espaço" (p.39); e a última é econômica, minoritária que destaca "a des-territorialização em sua perspectiva material, concreta, como produto espacial do encontro entre classes sociais e da relação capital-trabalho" (p.40).

Para esse autor, o território envolve sempre, ao mesmo tempo, mas em diferentes graus de correspondência e intensidade, uma dimensão simbólica-cultural, através de uma identidade atribuída pelos grupos sociais sobre o espaço onde vivem, e uma dimensão mais concreta, de caráter político-disciplinar, a ordenação do espaço como forma de domínio e disciplinarização dos indivíduos. Enfim, Rogério Haesbaert, na sua concepção, prioriza o caráter político-cultural no estudo do território e da identidade.

Como a identidade territorial é intercalada por várias outras, e seu conteúdo simbólico pode mudar rapidamente no tempo e nunca pode ser vista como unitária, as alteridades sempre adquirem caráter defensivo, transformando-se em vítimas do sistema dominante, adotando definições exclusivas de suas identidades, separando uns dos outros dependendo de cada situação histórica. Esse processo identifica e diferencia as pessoas e os lugares. Os símbolos que compõem uma identidade não são construções totalmente eventuais, mantendo sempre vínculos com a realidade concreta.

Embora Haesbaert enfatize o processo de desterritorialização, os vários conflitos pela defesa de fronteiras, demonstram que permanecem relevantes as referências espaciais para a definição ou o fortalecimento de identidades. A própria memória de uma cultura precisa de uma referência territorial. Assim, o que

forma a identidade é a força política e cultural dos grupos sociais que se reproduzem no espaço e sua capacidade de produzir uma determinada escala de identidade, territorialmente mediada.

Cabe ainda destacar que, em Saquet (2003/2001), há a elaboração de uma abordagem histórica, relacional e multidimensional do território, da territorialidade e da identidade, eminentemente material, mas considerando a correlação de unidade objetividade-subjetividade. A partir dessa concepção, estamos compreendendo a noção de territorialidade como um processo de relações sociais, tanto econômicas, como políticas e culturais de um indivíduo ou de um grupo social.

A noção de territorialidade significa um processo de relações sociais e a territorialidade é consequência das relações das atividades diárias que os homens têm com a natureza e na sociedade. É o resultado do processo de produção de cada território, sendo fundamental para a construção de uma identidade e organização da vida no dia a dia. E esse caráter histórico envolve elementos e processos culturais, econômicos e políticos, que são visíveis no município de Pato Branco.

Alguns autores trabalham com o conceito de identidade, como Woodward (2000), para esse autor as identidades possuem um sentido por meio da linguagem e dos sistemas simbólicos, pelo qual são representadas. Essa representação simbólica é importante para classificar o mundo e as relações que possui nele. A identidade é relacional e marcada pela diferença, mas possui alguns problemas, como o fato da diferença ser sustentada pela exclusão, também é marcada por meio de símbolos nos quais existe uma associação entre a identidade da pessoa e as coisas que ela usa, algumas consequências materiais como conflitos, guerras, desgraça social e econômica nos mostra o que as diferentes identidades causam ou podem causar na sociedade. Assim, a construção da identidade é simbólica e também social.

As identidades nacionais são historicamente específicas e estão localizadas em algum ponto específico do tempo através dos antecedentes. Os povos tentam reafirmar as suas identidades que foram de alguma forma perdidas, produzindo outras identidades, assim, a redescoberta do passado é um dos processos de reconstrução da identidade.

Um fator importante colocado por Woodward (2000), é o fato de que a globalização pode diluir os traços identitários, podendo levar a perda da identidade, de características culturais, mas, por outro lado, ela também pode possibilitar o fortalecimento de algumas identidades. Com a globalização, houve a intensificação das migrações e em termos de desenvolvimento essa migração é um processo que caracteriza as desigualdades, essas dispersões de pessoas para diferentes lugares do mundo criam novas identidades podendo perder sua cultura ou sua identidade de origem. Assim, as mudanças e transformações da globalização na economia e em estruturas políticas colocam em destaque várias questões de identidade e lutas pela afirmação e manutenção das identidades nacionais e étnicas.

Outro ator importante, Hall (2000), afirma que existem duas formas diferentes de identidades culturais. Uma ocorre quando determinada comunidade busca recuperar o seu passado de uma história e de uma cultura partilhada que podem ser representadas, reforçando e reafirmando a identidade. A outra concepção é aquela que vê como uma questão de tornar-se e de ser, reconhecendo e reivindicando-as, reconstruindo e transformando o passado, com novas características identitárias. Já Woodward (2000), apresenta várias visões de identidade. Por um lado, a identidade é vista como tendo um núcleo essencial que distingue um grupo de outro. Por outro, a identidade é vista como contingente, ou seja, como um produto de uma intersecção de diferentes componentes de discursos políticos e culturais e de histórias particulares.

A identidade é construída historicamente com o passar do tempo, sendo formada, transformada e perdida continuamente. Exatamente aconteceu com os descendentes de poloneses, ao migrarem possuíam uma identidade que foi sendo modificada por outros sistemas culturais que as rodeavam e faziam com que se adaptassem a uma nova vida.

Hall (2001), coloca em destaque alguns aspectos que respondem e definem as identidades de cada povo. Primeiramente, cada nação possui sua história, seus cenários, eventos, símbolos e rituais nacionais representando as experiências e acontecimentos de cada lugar. Em segundo, é dada ênfase para as origens, continuidades, tradições, e mesmo que alguns aspectos da identidade nacional sejam esquecidos com as mudanças que possam ocorrer sempre irá existir elementos que são unificados.

Um terceiro aspecto, coloca em destaque a estratégia de invenção da tradição que significa:

Conjunto de práticas..., de natureza ritual ou simbólica, que buscam inculcar certos valores e normas de comportamentos através da repetição, a qual, automaticamente implica com um passado histórico adequado. (Hobsbawn e Ranger, 1983,p.1, *apud*. Hall, 2001,p. 56).

As pessoas, muitas vezes tentam voltar ao passado para restaurar suas identidades de origem. Isso leva a passar a cultura para as gerações seguintes, vivendo em um mundo moderno, mas sem perder as tradições culturais de seus povos.

As identidades culturais estão em todas as partes, apesar da globalização reter alguns aspectos de dominação global do ocidente. Como exemplo desse fato é a migração, o movimento de pessoas de lugares mais precários para espaços que possam favorecer esses migrantes, dando maiores chances de sobrevivência. Como aconteceu com os alemães, italianos, poloneses, entre outros, que muitas famílias foram impulsionadas a migrar para fugir da guerra, da pobreza, da seca, e do subdesenvolvimento econômico. Todos esses fatos levaram o Brasil e outros países, a uma "pluralização", ou seja, uma diversidade das identidades culturais nacionais.

Haesbaert *et al* (2001), trata da importância do caráter simbólico da identidade, as múltiplas culturas, tornando esse processo da construção da identidade sempre relacional, marcado pelas relações de poder simbólico, políticos, econômicos e culturais. E ainda coloca que com a globalização, aparecem várias formas de resistência, como, movimentos sociais ou identitários que tem objetivos de reconstruir ou assegurar suas características, para que sejam preservadas.

De acordo com Haesbaert *et al* (2001), toda identidade deve ser contextualizada, o que significa ter um espaço e tempo de referência. Muitos autores que trabalham com a abordagem identitária acreditam que as identidades "estão entrando em crise", sendo fragmentadas ou perdidas no decorrer do tempo em determinados espaços. Dessa forma, as identidades estão criando novos aspectos plurais e móveis, relacionados a sua identificação, ou seja, estão inserindo vários traços identitários que são reconstruídos historicamente, juntamente com a inserção de novas tecnologias.

Como ocorre com os migrantes descendentes de poloneses, muitos procuram reproduzir seus traços identitários de origem e ao mesmo tempo inserir-se a cultura de um novo território, pela necessidade de interagir com os membros desse novo território, com costumes diferenciados, o qual, os migrantes passam a ter contato no seu dia-a-dia.

Buchmann (1995), se preocupa com a produção da identidade sociocultural de um certo grupo social. Há uma certa contradição em relação à identidade que são geradas pelas tradições, regras, interesses e pela história que são diferenciadas em cada grupo social.

Assim Buchmann coloca:

[...] possuímos uma identidade, uma série de singularidades: crenças, idéias, comportamentos e afetos que nos diferenciam dos outros. Se identidade significa diferença, identificar significa encontrar semelhança em relação ao outro. É a diferença que surge da semelhança, é o específico que emerge do comum. É o indivíduo que se torna único no social.(Buchmann, 1995, p. 24).

A constituição da identidade de um indivíduo ou de um determinado grupo social é caracterizada pela cultura, pela nacionalidade e pela tradição. É a identidade cultural de origem que une alguns grupos sociais, facilitando a adaptação e sobrevivência dos indivíduos ao migrarem para um novo território. Como no caso dos migrantes que vieram da Polônia e se instalaram no Brasil, procurando se relacionar com pessoas da mesma etnia, formando colônias e interagindo entre eles, facilitando a sobrevivência em novo território.

De modo geral, as identidades são produzidas em alguns momentos particulares do tempo. O processo de globalização tem grandes efeitos sobre a identidade cultural de um indivíduo ou grupo social, gerando resultados diversificados, produzindo possibilidades e novas posições de se identificar, tornando as identidades menos fixas e unificadas.

Existem algumas identidades que tentam reafirmar a tradição, tentando recuperar e preservar as identidades que foram ou estão sendo perdidas nesse processo do mundo global, como os movimentos sociais ou identitários. Entretanto, outros concordam que as identidades estejam sujeitas a mudanças, a história, política e representações, se tornando a cada vez mais diversificadas.

## **MIGRAÇÃO POLONESA PARA PATO BRANCO**

Para compreender o processo de migração dos descendentes de poloneses que vieram do Rio Grande do Sul, para o município de Pato Branco é preciso entender a migração como o resultado de um processo geral de mudanças econômicas, políticas e culturais. Nesse sentido, faremos alguns destaques sobre esse processo, buscando também ressaltar a importância da espacialização desses fluxos migratórios.

Souza (1998), vê as migrações internas como um processo social que resulta das transformações da estrutura de um determinado país, fazendo com que haja ou influencie o deslocamento de qualquer classe social e vê o migrante como um indivíduo que deixou seu território de origem para se fixar em um território praticamente desconhecido, caracterizado de identidades diferenciadas.

Já Singer (1987), fala das migrações internas, as quais, são historicamente condicionadas, sendo resultado de um processo geral de mudanças econômicas do qual elas não devem ser separadas. Colocando que o principal fator da migração é a industrialização, que além de se consistir na mudança técnica da produção e da diversificação maior dos produtos, também consiste numa profunda alteração da divisão social do trabalho.

As razões dessas migrações são variadas envolvendo pessoas de diferenciadas classes sociais, as pessoas acabam deixando os lugares de onde nasceram e vão se inserindo em outros mais propícios. Esse processo se desenvolve em um contexto social historicamente determinado.

O município de Pato Branco teve sua ocupação e formação efetiva a partir da guerra do Contestado. Sua formação inicial aconteceu em 1918, o Governo do Paraná criou a Colônia Bom Retiro, no interior do município de Clevelândia, para instalar os paranaenses que estavam em terras que pertenceriam para Santa Catarina. Em 1920, foi criado o povoado Vila Nova, fundado por autoridades de Clevelândia.

Com a necessidade de povoamento e desenvolvimento de áreas fronteiriças, o governo, em 1943, criou a CANGO (Colônia Agrícola Nacional General Osório), permitindo a ocupação sistemática e o desenvolvimento da região Sudoeste e principalmente o maior desenvolvimento de Pato Branco que teve sua emancipação em 1951. Esse fato intensificou a migração gaúcha e catarinense para o Sudoeste do Paraná, conforme demonstrou Wachowicz

(1987). Muitos descendentes de poloneses, italianos e alemães, colonizaram Pato Branco a procura de terras que não tinham donos e nem lei, motivados pela fertilidade do solo.

Como citamos anteriormente, utilizamos a metodologia adotada por Roche (1969) e Wachowicz (1987), ou seja, fizemos um levantamento no arquivo da Igreja da Paróquia São Pedro (Pato Branco) – registro dos casamentos, identificando a etnia e o local de nascimento dos descendentes de poloneses através da grafia do sobrenome. Isso significa que, os dados que apresentamos são uma aproximação da quantidade de pessoas que migraram, por ano e triênio. A partir do número de casamentos, deduzimos o aumento ou diminuição da migração em cada período para Pato Branco.

**Tabela 1-Número de pessoas descendentes de poloneses que casaram em Pato Branco por triênio e Estado de origem/nascimento**

Ano	RS %	PR %	SC %	Outros %	Total %
1944/46	34 (54%)	15 (24%)	12 (19%)	2 (3%)	63 (100%)
1947/49	57 (44%)	29 (23%)	35 (27%)	7 (6%)	128 (100%)
1950/52	71 (48%)	36 (24%)	33 (23%)	8 (5%)	148 (100%)
1953/55	66 (40%)	49 (30%)	45 (27%)	4 (3%)	164 (100%)
1956/58	53 (42%)	31 (25%)	31 (25%)	10 (8%)	125 (100%)
1959/61	69 (51%)	26 (19%)	31 (23%)	10 (7%)	136 (100%)
1962/64	41 (47%)	21 (24%)	18 (21%)	7 (8%)	87 (100%)
1965/67	27 (43%)	20 (31%)	11 (17%)	6 (9%)	64 (100%)
1968/70	20 (25%)	42 (53%)	15 (19%)	2 (3%)	79 (100%)
1971/73	13 (28%)	29 (61%)	3 (7%)	2 (4%)	47 (100%)
1974/76	14 (19%)	46 (62%)	11 (15%)	3 (4%)	74 (100%)
1977/80	21 (20%)	69 (64%)	11 (10%)	6 (6%)	107 (100%)

Fonte: Livros de Registros dos Casamentos – Paróquia São Pedro – Pato Branco, 2008.

Analisando a Tabela 1, foi possível verificar que, entre os anos de 1944/46 e 1947/49, ou seja, num período de cinco anos, a quantidade de gaúchos descendentes de poloneses que casou em Pato Branco aumentou 68%. Tanto no triênio 1944/46 como no 1947/49, os gaúchos foram predominantes, respectivamente, com 54% e 44% do total de indivíduos casados. Já entre o triênio 1947/49 e 1950/52, o número de pessoas que casaram aumentou cerca de 25%, diminuindo um pouco, a seguir, entre 1950/52 e 1953/55, aproximadamente 7% e, diminuindo novamente, entre 1953/55 e 1956/58, cerca de 20%. Nesse período, ou seja, entre 1950 e 1958, os gaúchos, apesar de diminuírem um pouco proporcionalmente, continuam predominando correspondendo a,

respectivamente, 48%, 40% e 42%. Isso revela um sinal claro da intensidade da migração dos descendentes provenientes do Rio Grande do Sul a partir da década de 1940, o que ocorre com os catarinenses, da mesma etnia, a partir de 1947. O número de pessoas gaúchas descendentes de poloneses que casaram em Pato Branco teve certa regularidade entre 1944 e 1958.

A quantidade de indivíduos catarinenses da mesma etnia, entre 1944/46 e 1947/49, teve um aumento intenso, atingindo 191%, justamente porque no primeiro triênio tinham casado apenas 12 pessoas descendentes de poloneses em Pato Branco. Já no triênio seguinte, entre 1947/49 e 1950/52, o número de pessoas diminuiu 6%, aumentando novamente, 36%, entre 1950/52 e 1953/55 e, depois, diminuindo outra vez, de 1953/55 para 1956/58, 31%, caracterizando um movimento com oscilações no número de catarinenses casados no período estudado o que, provavelmente, teve ligação direta com a irregularidade da migração catarinense para o Sudoeste do Paraná.

Já os nascidos no Paraná e casados em Pato Branco, entre os triênios de 1944/46 e 1953/55, tiveram um aumento constante na quantidade, processo normal diante da instalação e formação das famílias em Pato Branco: os recém-nascidos, filhos dos migrantes, eram registrados como nascidos no município. Isso também revela que vários migrantes e colonizadores de Pato Branco vieram de outros municípios do Paraná, conforme identificamos nos livros de registro mencionados anteriormente.

De maneira geral, aumenta constantemente o número de migrantes descendentes de poloneses envolvidos em casamentos em Pato Branco, entre 1944/46 e 1953/55. Os anos de maior quantidade de pessoas que casaram em Pato Branco dessa etnia são os seguintes: 1947, 1951, 1952, 1953 e 1960.

No período de 1956/58 a 1959/61, teve um aumento de 21% na quantidade de gaúchos descendentes de poloneses que casaram no município de Pato Branco. Já Santa Catarina diminuiu 8%, a mesma coisa aconteceu com os que nasceram no Estado do Paraná, diminuindo 24% no registro dos que casaram na Paróquia São Pedro. Em relação às pessoas que vieram dos outros Estados e casaram no município de Pato Branco teve uma diminuição de 12%.

A partir do período compreendido entre 1959/61 e 1962/64, o registro de casamentos dos descendentes de poloneses que vieram do Rio Grande do Sul diminuiu. Santa Catarina também teve uma pequena diminuição de 9% e apenas

o Estado do Paraná teve um aumento nos registros de casamentos, de 26%. Em relação aos outros Estados teve um aumento de 14% de pessoas que casaram no município de Pato Branco. De 1965/67 para 1968/70, teve uma significativa diminuição do Estado do Rio Grande do Sul, de 42%, ao contrário de Santa Catarina, que teve um aumento no registro de casamentos, de 71% em relação ao triênio anterior. Entre os triênios de 1962/64 e 1965/67, o Estado do Rio Grande do Sul continuou a diminuir, registrando 8%, já o Estado de Santa Catarina teve um aumento de 47% e os registros dos que casaram nesse período, nascidos no Paraná, diminuiu 29% no mesmo período. De 1965/67 para 1968/70, teve uma significativa diminuição dos casados provenientes do Estado do Rio Grande do Sul (42%), ao contrário de Santa Catarina que teve um aumento importante, 71% em relação ao triênio anterior. Já os casados e nascidos em municípios do Paraná aumentaram em 12% no mesmo período.

No triênio de 1968/70 para 1971/73, teve um aumento no registro de casamentos das pessoas que nasceram no Rio Grande do Sul de 12%; já os casamentos de descendentes de poloneses nascidos em Santa Catarina tiveram uma expressiva diminuição, 87%. Ao mesmo tempo, ocorreu um grande aumento dos casados nascidos em Pato Branco em municípios do Paraná, registrando mais de 100%. De 1971/73 a 1974/76, houve uma diminuição de 32% dos nascidos no Rio Grande do Sul descendentes de poloneses que casaram em Pato Branco. Santa Catarina, ao contrário ao triênio anterior, teve um aumento intenso, chegando a 114% e o Paraná continuou aumentando expressivamente. Já, no período entre os triênios de 1974/76 e 1977/80, ocorreu um pequeno aumento no número de casamentos que envolveram descendentes de poloneses vindos do Rio Grande do Sul (5%), diminuindo os casamentos com pessoas da mesma etnia provenientes de Santa Catarina (33%) e aumentando os de outros municípios do Estado do Paraná (3%).

Dessa forma, pode-se inferir que a migração de descendentes de poloneses do Estado do Rio Grande do Sul para Pato Branco passou a diminuir de forma significativa a partir de 1961, juntamente com os catarinenses da mesma etnia que, apesar de oscilar bastante até o início da década de 1960, teve uma queda nos registros de casamentos, ao contrário dos nascidos no Paraná que passaram a aumentar a partir desta década, a ponto de serem predominantes a partir de 1968, chegando a ter mais de 100% nos registros de casamentos dos

descendentes de poloneses em Pato Branco. Isso ocorreu porque, com o passar do tempo, as pessoas que se instalaram no Paraná passaram a constituir suas famílias: os filhos da primeira geração nascida neste Estado foram casando e também formando suas famílias.

Através da coleta de dados na Paróquia São Pedro, pode-se concluir que os municípios gaúchos que se destacaram na emigração de descendentes de poloneses para Pato Branco, entre 1944 a 1980, foram os seguintes: Erechim (149 pessoas), Getúlio Vargas (37), Passo Fundo (23), Lagoa Vermelha (14), Severiano de Almeida (17) e Campo Novo (10). Já os municípios catarinenses foram os seguintes: Canoinhas (39), Porto União (26), Itaiópolis (24), Órleans (21), Marcelino Ramos (15) e Florianópolis (8). Os municípios paranaenses que se destacaram foram: Pato Branco (182 pessoas), Malet (24), Cruz Machado (22), Palmas (18) e Paulo Frontin (17).

Também foram realizadas algumas entrevistas com as famílias de descendência polonesa. Dessa forma, pode-se notar que poucas pessoas das famílias ainda possuem traços de suas identidades de origem, na maioria são os mais idosos e principalmente os que vivem na área rural do município, já as famílias mais bem sucedidas que vivem na cidade perderam totalmente seus traços identitários.

O que mais se destacou na cultura de algumas famílias foi à culinária, as mulheres de idade mais avançada, ainda preparam pratos típicos, principalmente em datas comemorativas onde toda a família é reunida. O dialeto polonês também é praticado por alguns membros das famílias, os mais antigos não falam fluentemente, mais ainda sabem algumas frases, orações e músicas em polonês, já os mais jovens não tem nenhum conhecimento de suas identidades de origem e nem tem interesse em conhecer.

As identidades estão sempre sujeitas a mudanças. Através das entrevistas notamos que são poucos que seguem e dão valor a suas tradições de origem. A maioria perdeu e esta perdendo suas identidades culturais com o passar do tempo e acabam adquirindo outros costumes que são introduzidos no cotidiano com a modernidade e os avanços da tecnologia. Assim, a identidade se torna cada vez mais diversificada, ou seja, as pessoas estão adquirindo um caráter plurificado da identidade.

## CONCLUSÃO

A territorialidade é um processo de relações sociais, econômicas, políticas, culturais e afetivas de um indivíduo ou de um grupo social, fundamental para a construção da identidade e para a reorganização da vida cotidiana. As identidades são produtos dos processos históricos e são reproduzidas mesmo na migração, como ocorreu com os descendentes de poloneses em Pato Branco. Para compreender a identidade é necessário apreender o contexto histórico e a identidade como um componente do território. A identidade é renovada com o passar do tempo, como ocorre através das migrações: muitas pessoas, ao migrarem perdem alguns elementos de suas identidades e incorporam novos comportamentos, principalmente para quem vive na cidade onde as inovações tecnológicas se materializam mais intensamente. Isto contribui para tornar mais complexa a vida em sociedade, cada vez mais heterogênea e veloz.

Através da coleta de dados conseguimos identificar os principais municípios do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná que se destacaram no processo migratório estudado bem como os períodos de maior migração para Pato Branco (entre 1940 e 1960). As identidades são reproduzidas na migração, como verificamos através das entrevistas que realizamos até o momento, especialmente com as pessoas de idade mais avançada. Os jovens incorporam bem mais facilmente novos comportamentos e valores. Evidentemente, muitas pessoas, ao migrarem, perderam alguns elementos de suas identidades e incorporaram novos comportamentos, principalmente os que vivem na cidade, onde as inovações tecnológicas se materializam mais intensa e rapidamente.

Outra constatação importante foi à coerência da utilização dos conceitos de territorialidade, migração e identidade, compreendidos de maneira histórica e relacional. A migração é um movimento *no e pelo* espaço, de luta por um lugar de vida, como alguns entrevistados deixaram transparecer em seus depoimentos, e é composta por muitas relações econômicas, políticas e culturais que correspondem às territorialidades. As identidades são relações culturais, ou seja, territorialidades: algumas são reproduzidas e outras não; por isto, foi fundamental a consideração do processo histórico, para verificação das mudanças e permanências na vida dos membros do grupo social estudado.

## REFERÊNCIAS

HAESBAERT, Rogério. **Des-territorialização e identidade**: A rede "gaúcha no nordeste. Editora: EDUFF, 1997.

\_\_\_\_\_. Território, cultura e des-territorialização. In: ROSENDAHL, Zeny e CORRÊA, Roberto L. **Religião, identidade e território**. Rio de Janeiro: Ed.UERJ, 2001, p. 115-144.

HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na Pós Modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A,2001.

IBGE – CENSOS DEMOGRÁFICOS E AGROPECUÁRIOS.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu, HALL, Stuart; WOODWAR, Kathryn (Org.). **Identidade e diferença** – a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000, p.7-72.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

ROCHE, Jean. **A colonização alemã e o Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Globo, 1969.

SANTOS, Regina Bega. **Migração no Brasil**. São Paulo: SCIPIONE, n. 1, p. 5-16 e n. 3, 1994, p. 30-59.

SAQUET, Marcos. **Os tempos e os territórios da colonização italiana**. Porto Alegre: EST Edições, 2003 (2001).

SINGER, Paul. **Economia política da urbanização**. São Paulo: Brasiliense,1987, p.29-61.

SOUZA, Itamar. **Migrações internas no Brasil**. Petrópolis, Editora Vozes, 1980.

WACHOWICZ, Ruy Christovan. **Paraná, Sudoeste**: Ocupação e colonização. Curitiba: Vicentina, 1987.

## BRASIL – EQUADOR: FRONTEIRA POUCO CONHECIDA

**Ronaldo Pereira Gonçalves<sup>1</sup>**  
UNIOESTE (Campus Francisco Beltrão-PR)  
ronaldo.uruguay@yahoo.es

### RESUMO

O presente *paper* procura debater, em linhas gerais, os principais pontos de relacionamento entre os governos do Brasil e Equador. Apresenta-se algumas considerações sobre os possíveis limites Brasil-Ecuador, destacando-se o Tratado Tobar-Rio Branco de 1904 E, mostram-se algumas idéias sobre a integração regional desses dois países através de um corredor de exportação-importação articulado por hidrovias e rodovias entre as cidades portuárias de Manaus e Esmeraldas (Equador).

**Palavras-chave:** Brasil. Equador. Fronteiras. Geografia.

### CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

O espaço físico comum ao relacionamento entre Brasil e Equador está situado no norte da América do Sul, na região amazônica, por onde corre o Rio Amazonas com seus inúmeros tributários formando a maior bacia hidrográfica do mundo. Essa região corresponde a 47% do território brasileiro e, de modo semelhante, representa a metade do espaço físico da república do Equador. A singularidade dessa área natural é a presença de uma vasta floresta tropical em que predomina um clima quente e em geral úmido que, de quando em quando, cede terreno para outras formações vegetais como campos, várzeas e cerrados.

A principal via fluvial é o Rio Amazonas que, ao receber uma grande quantidade de afluentes tanto pela margem direita como pela esquerda, compõe um vasto conjunto de águas correntes que irrigam não só as terras do Brasil, mas também os territórios da Bolívia, Peru, Equador, Colômbia, Venezuela e Guianas. Este rio que nasce em terras peruanas e deságua no Brasil é o principal protagonista dos acontecimentos no Equador bem como movimenta sua política. Isto ocorre porque o Amazonas e seus afluentes são os principais meios de comunicação das regiões de Oriente não só do Equador, mas também da Bolívia, Peru, Colômbia e da Venezuela com o litoral Atlântico.

---

<sup>1</sup> Professor adjunto, docente da UNIOESTE FBE, Membro do "Grupo de Pesquisas em História e Epistemologia de Geografia".

Portanto, quaisquer estudos econômicos, políticos e geográficos - como os de Alexander Von Humboldt - sobre os países setentrionais da América do Sul forçosamente devem incluir o exame da calha amazônica. (HELFERICH, 2005 p.179). Isso porque os territórios desses países estão direta ou indiretamente relacionados com as águas que correm para esse grande rio.

Na vida econômica da Amazônia destacava-se principalmente o processo de vulcanização da borracha natural e a coleta dos produtos da floresta como o cacau. A borracha é muito procurada no mercado internacional, e as indústrias bélicas absorvem considerável parte da produção para equipar as forças armadas.

Igualmente avulta na economia amazônica a extração de madeira, a coleta de frutas e o cultivo de produtos agrícolas, ademais da obtenção de óleos vegetais. Porém, a fonte econômica regional de maior valor constitui-se na grande produção brasileira de soja, cujo valor somente é suplantado pela exportação do petróleo equatoriano extraído. principalmente, na província de Sucumbios.

Na Amazônia brasileira também foram feitas prospecções minerais e constatou-se a existência de lençóis petrolíferos em vários locais, entretanto a produção comercial ainda é pouco rentável devido, principalmente, a grande profundidade em que se encontra esse produto.

Passando ao exame da sociedade internacional, os estudos sobre política e poder, de acordo com Wight (1978 p.125) têm demonstrado que *as potências são hostis quando vizinhas territorialmente* e amistosas quando não fazem limites, sendo esse último caso, a situação Brasil-Ecuador.

As análises sobre política, na Amazônia internacional, devem levar em consideração o acesso fluvial das regiões de Oriente dos países ribeirinhos ao Amazonas brasileiro, que desemboca no Oceano Atlântico; isso porque o principal fator político na Amazônia é o grande rio que não faz fronteira com nenhum Estado, mas que, junto com seus afluentes, atravessa sucessivamente vários países tornando-se, por assim dizer, uma via de comunicação permanente às isoladas e remotas regiões da Bolívia, do Peru, da Colômbia, do Equador e da Venezuela com o litoral Atlântico.

A questão do acesso ao Amazonas é para o Equador, tão importante que assume foro de questão nacional, pois quase a metade da superfície do governo de Quito, situa-se em terras de Oriente, fechadas pela Cordilheira dos Andes, à ocidente, causando-lhe dificuldades tanto para as comunicações como para o desenvolvimento econômico das diversas comunidades aí localizadas. Por essa razão, no Oriente equatoriano, uma saída para o Rio Amazonas (Marañon) por intermédio do Rio Napo ou mesmo pelo Rio Putumayo, é uma necessidade para o desenvolvimento do país.

É importante ressaltar que as relações do Brasil com o Equador são movidas pelo mesmo eixo de interesse político, ou seja, pelo direito de acesso à navegação amazônica, constituindo-se este o cenário das aspirações, interesses e manifestações da política equatoriana. Muito embora a Amazônia seja um elo comum entre os governos de Brasília e Quito a vinculação destes dois países nunca passou por uma linha de fronteira de fato, não existindo divisa física entre brasileiros e equatorianos, conquanto tenha sido celebrado o Tratado condicional Tobar-Rio Branco em 1904.

De forma análoga, o domínio das bocas dos rios amazônicos é entendido como um objetivo estratégico, pois controla a entrada e saída da navegação interior. De modo específico, este era o caso da Bolívia, Peru e Colômbia com relação ao Brasil. Estes três países, para desenvolverem suas regiões de Oriente necessitavam que seus navios sulcassem o Amazonas, carregados com produtos de trocas comerciais.

Quanto ao Equador, o seu território Oriental, além de isolado, esta pouco desenvolvido em relação ao resto do país; isso porque não tem nenhuma saída fluvial direta, ou soberana, em direção ao Amazonas e a bocas dos seus rios da vertente ocidental situavam-se no Peru que por motivos políticos, não lhe concede direito de trânsito fluvial. Com essa situação, os territórios equatorianos, de Oriente, só podem comunicar-se com a vertente do Pacífico através da Cordilheira dos Andes, o que significa transpor altitudes que causam dificuldades para o transporte rodoviário e encarecimento dos fretes para as populações equatorianas da região.

Carlos Caminha, (1983, VIII, p7) observando os percalços para uma embarcação sair do Brasil e chegar ao Equador, afirmou que, na década de 1940, os Estados Unidos estavam mais próximos do Brasil do que o Equador pois

qualquer navio com direção ao porto de Guayaquil tinha de cruzar o Canal do Panamá ou atravessar o estreito de Magalhães.

### **QUESTÕES DE LIMITES BRASIL-EQUADOR**

A primeira noção dos possíveis limites geográficos entre o Brasil e o Equador deve ser buscada na suposta extensão da Audiência Real de Quito, criada em 1563 por uma Cédula Real da Coroa espanhola. Ao menos nominalmente e de acordo com os mapas da época, os territórios atribuídos a essa Audiência seguiam o vale do Rio Amazonas até o encontro com os limites (nunca demarcados) do Tratado de Tordesilhas.

Uma situação mais definida sobre os limites territoriais Brasil-Equador (Quito) é encontrada no século XVIII, quando a Coroa espanhola emitiu a Cédula Real de 1739 restabelecendo o Vice-Reino de Nova Granada, incluindo nessa circunscrição territorial a Audiência de Quito com todas suas terras. Logo após, o governo de Madrid preocupou-se em fixar os limites entre os Vice-reinados do Peru e de Nova Granada e, para tanto, emitiu a Cédula Real de 1740 que estabelecia do modo mais claro possível, para a época, a linha divisória entre essas duas possessões espanholas.

Como a Audiência de Quito conformava a parte meridional do Vice-Reino de Nova Granada; era por suas terras que corria a linha divisória com o Vice-Reino do Peru estendendo-se tal delimitação com o Brasil. Portanto é necessário esclarecer que no período colonial, Brasil e Equador (Audiência de Quito) confrontavam-se no Rio Japurá. Quito (Equador) era, então, uma circunscrição colonial espanhola que possuía uma saída fluvial para o Rio Amazonas.

Outra foi a situação geográfica do Equador, no século XIX, pois, após sofrer sucessivas perdas territoriais para os países limítrofes, deixou de ter acesso ao Amazonas. Por esse motivo principal, a chancelaria do Império manteve-se atenta às fronteiras dos ribeirinhos do Amazonas. Como consequência dessas *demarches* Brasil e Peru celebraram um polêmico acordo internacional de ampla repercussão junto aos governos de Quito e Bogotá.

Sobre este assunto, diz Euclides da Cunha (1975 p.124):

O Tratado de limites de 1851 entre a República do Peru e o Império do Brasil [...] fortaleceu as pretensões peruanas que se estendiam até o Javari. [...] As vantagens conseguidas pelo Peru foram enormes [...] apropriou-se de 509.430 quilômetros quadrados ou sejam dois terços do Equador.

Na década de 1830, a intervenção imperialista anglo-americana promoveu a disputa pela livre navegação do Alto Amazonas e seus tributários, pois havia o interesse de grandes capitalistas explorarem o comércio e a navegação nessa vasta região sul-americana. O Equador, país pequeno e sem recursos, não dispunha de maiores alternativas econômicas e possuía dois problemas fundamentais na sua política externa: a disputa com o Peru pelos territórios de Maynas e a "dívida inglesa" ou de independência. Tal situação favorecia a ideologia liberal-democrata de Londres e Washington que propunham o princípio da livre navegação dos rios.(MEDINA, 1968 p.309).

Paulino José Soares de Sousa, então ministro das Relações Exteriores do Império, preocupado com o avanço do imperialismo anglo-americano nos países do norte da América do Sul, fato esse que significava uma ameaça aos direitos de soberania brasileira no Rio Amazonas, tomou a iniciativa de nomear Miguel Maria Lisboa, em 1852, ministro em Missão especial às Repúblicas da Venezuela, Nova Granada e Equador para negociar convenções fluviais, tratados de limites e acordos de extradição com os governos dessas nações.(SOARES, 1972 p.140)

A esse ambiente de inquietação sul-americano chegou o diplomata do Império em junho 1853, rumando para Santa Fé de Bogotá, onde foi recebido pelo chefe de governo, em audiência pública. As difíceis negociações que, então, foram ajustadas, levaram à subscrição do Tratado de Limites Brasil-Colômbia, no qual o governo granadino aceitou a linha Tabatinga-Apapóris, já negociada com o Peru. Entretanto o Senado colombiano não ratificou esse convênio, alegando que tal reconhecimento de fronteiras comprometia os direitos do país no seu pleito de limites com Peru e Equador (VIANNA, 1958 p.246).

Pouco mais de um par de meses depois, Miguel Lisboa seguiu para Quito, onde apresentou suas credencias José Maria Urbina, chefe

de Estado do Equador. Esse acontecimento assinalou o início oficial das relações Brasil-Ecuador e essa primeira missão diplomática brasileira visava principalmente estabelecer a segurança das fronteiras do Império na Amazônia ocidental. Em Quito, Miguel Lisboa ofereceu ao ministro e secretário de Estado equatoriano, Theodoro Gomes de la Torre, dois projetos. Um deles tratava sobre extradição e o outro versava sobre limites e navegação fluvial (MRE, 1947 p.46), ficando claro, que uma fronteira representa não só o limite físico, mas também e principalmente uma ideologia do Estado (no caso o Império), pois representa as relações de Poder. (RAFFESTIN, 1993, p.165).

Após examinar o projeto de Tratado de Extradição, o governo do Equador aprovou-o com breves alterações na redação do texto, tendo sido trocadas as ratificações, em 1854, na cidade de Paris (AHI Rel.1854,k,2) Quanto ao projeto do Tratado de limites e navegação fluvial, o mesmo não prosperou devido ao teor do Art 4º, em se dizia que a *navegação do Amazonas e seus tributários pertencem exclusivamente aos Estados ribeirinhos*, situação essa que contrariava a posição do Equador, favorável à livre navegação dos rios. Não havendo ajuste sobre limites e navegação, lavrou-se um Protocolo de negociações do tratado entre Brasil e Equador sobre extradição, compreendendo as questões de navegação fluvial e limites de que fora Miguel Maria Lisboa (AHI Rel. 1854,k,20).

Pelo que foi acordado entre os representantes dos dois países, ficou estabelecido, no Tratado de Extradição, que o princípio jurídico do *uti possidetis* seria invocado quando se oportunizasse o debate sobre a delimitação das fronteiras Brasil-Ecuador; <sup>2</sup> outrossim, estipulou-se que o assunto limítrofe seria examinado por um ministro plenipotenciário do Equador que, oportunamente, viajaria ao Rio de Janeiro onde celebraria um tratado com o Império. (AHI Rel 1855,k,20). Contudo, o governo de Quito não pode concretizar a sua idéia inicial e, dos trabalhos de Lisboa, no Equador, apenas resultou aprovado o citado Tratado de Extradição.

---

<sup>2</sup> O sentido dado pelo Brasil ao *uti possidetis* era o de posse real e efetiva. Significa o reconhecimento da soberania de um Estado sobre as terras por ele ocupadas até onde se estende a ocupação no momento da negociação.

Miguel Lisboa, seguindo instruções do ministro Paulino Soares (Negócios Estrangeiros), viajou para a Venezuela, onde desenvolveu importantes negociações com o governo daquele país; posteriormente voltou a Colômbia onde deu continuidade as negociações sobre as fronteiras do Império com essa nação, permanecendo até agosto de 1854, quando então, recebeu novo encargo diplomático na Europa e, terminando a sua Missão especial junto aos governos de Caracas, Bogotá e Quito.

Não é intuito entrar nos pormenores do acordo Brasil-Colômbia de 1869, mas isso é imprescindível ao entendimento das questões que versam sobre os possíveis limites entre Brasil e Equador. Por esse motivo, examina-se também a Missão do ministro brasileiro Joaquim Maria Nascentes de Azambuja, que reabriu a questão de limites amazônicos com o governo de Bogotá, obtendo-se de prático a publicação do Protocolo de intenções sobre a fronteira Brasil-Colômbia (SOARES, 1972, p.362).

Em vista dessa negociação entre os governos do Rio de Janeiro e Bogotá, a chancelaria do Equador encaminhou ao governo do Brasil, em janeiro de 1870, um protesto contra os eventuais efeitos da demarcação entre Brasil e Peru, definidos nos acordos com a Colômbia; isto é, a chancelaria de Quito, protestava contra a linha que ficava estendida entre Tabatinga e o Rio Japurá, confinante com a foz do Apapóris, porque feria supostos direitos territoriais da antiga Audiência de Quito, citados na Cédula Real de 1739 que recriava o Vice-Reino de Nova Granada.

A nota diplomática o governo do Equador dizia:

Não reconhecerá, [o Equador] nenhum dos actos, estipulações, títulos ou efeitos derivados d'aquella demarcação, naquilo em que entenderem com os territórios orientais do Equador, ou com qualquer das prerrogativas, que, segundo as suas leis e o direito internacional, emanem do domínio que a república tem nas terras e águas de sua propriedade (AHI Rel, 1871,ex,26).

A reclamação do Equador, não era clara quanto à localização e descrição dos territórios a que se referia. A chancelaria do Império, contudo, entendeu como a linha de fronteiras Brasil-Peru, referida no

Tratado Herrera-Ponte Ribeiro, de 1851, e respondeu ao governo de Quito enviando-lhe nota diplomática e documentação relativa à discussão sustentada pelo conselheiro Azambuja, com a chancelaria da Colômbia, sobre esse mesmo assunto.

Em resposta ao Equador, o Império, argumentou que:

Se a República do Equador tem direito a territórios que a descrição da fronteira deixou ao Perú, não compete ao abaixo assinado entrar na apreciação dos títulos em que se possa fundar-se esse direito. O governo do Brasil, tratou com quem estava de posse daqueles territórios e o fato e se reclamarem simultaneamente as Repúblicas do Equador e de Colômbia e de serem controvertidos os títulos de ambos pela do Peru justifica as cláusulas dos Protocolos assinados por parte do Império com o Equador em 3 de Novembro e com os Estados Unidos da Colômbia em 12 de julho de 1853, nas quais ressaltou-se o resultado que possam ter as negociações entre as três repúblicas sobre o ajuste final de suas respectivas fronteiras. (AHI Rel. 1867, ex, 21)

O protesto do governo equatoriano encaminhado ao Brasil, em janeiro de 1870, constitui-se uma importante peça no contexto das relações entre Brasil, Equador, Colômbia e Peru. Tal documento comprova a disputa de territórios na Amazônia pelos governos do Rio de Janeiro, Quito, Bogotá e Lima durante o século XIX.

### **O TRATADO DE LIMITES BRASIL-EQUADOR DE 1904**

Cabe recordar que a dissolução da Grã-Colômbia em 1830, fez com que os territórios do Departamento do Sul constituíram um Estado independente, o Equador, com a capital em Quito e jurisdição sobre os territórios compreendidos entre a vertente do Pacífico e as selvas de Oriente, por onde, de modo nominal, estendiam-se as posses da Audiência de Quito.

Também não é demais lembrar que as possíveis fronteiras entre o Brasil e o Equador foram discutidas pela primeira vez em 1853, quando Miguel Maria Lisboa propôs ao governo de Quito, como já foi dito, dois projetos de tratados. Esses esboços de limites interessavam ao governo equatoriano porque, de acordo com os documentos coloniais, (Cédulas Reais de 1503, 1739 e 1740) o seu território confinava com o Brasil. Verificou-se, portanto, o interesse dos governos do Brasil e Equador em celebrar um convênio de fronteiras. (CARVALHO, 1959, p.238).

Em 1879, tendo em visto os interesses sobre o salitre, irrompeu uma luta armada entre Chile e Peru, da qual também participou a Bolívia como aliada desse último. O governo de Santiago venceu essa contenda, e dois anos mais tarde quando a sorte das armas era adversa ao Peru, o Equador, motivado pelos *santiaguianos* (chilenos) estabeleceu guarnições militares em alguns locais dos Rios Pastanza e do Napo, chegando neste último até a boca do Rio Coca. Enquanto isso se passava na Amazônia, nas chancelarias do Peru e do Equador, a tentativa de entendimento sobre as questões de limites pendentes, conduziu ambos governos a solicitarem ao rei da Espanha que procedesse a uma arbitragem sobre o objeto da disputa.

Porém a demora em se determinar a fronteira Peru-Ecuador, gerou incidentes e dificuldades na região Oriental, ocorrendo confrontos de gravidade como o combate de Angoteros, no qual, uma tropa peruana de quase uma centena de combatentes desalojou os equatorianos aí estabelecidos, matando alguns e prendendo outros. Além desse violento episódio os peruanos praticaram outras ações de guerra como o foi o bloqueio dos Rios Aguarico e Curarai. Surgiu assim, na Amazônia, próximo a fronteira brasileira um clima de tensões que envolviam também o governo de Bogotá. Não havia dúvida que o Chile armava o braço do Equador, seu aliado estratégico, pois havia uma intensa rivalidade peruano-chilena devido a "Guerra do Pacífico" e nesse contexto, Quito era um centro de ação dos santiaguinos; completava esse quadro de forças, a posição de Buenos Aires que se opunha ao governo do Chile.

Sem dúvida, esse quadro geopolítico sul-americano era acompanhado com preocupação pelo Itamaraty para quem não passava despercebida a inconveniência e os perigos de uma fronteira amazônica não demarcada com qualquer um dos países envolvidos no limites ocidentais. E, no intuito de evitar qualquer contratempo na Amazônia, o barão de Rio Branco, (ministro das Relações Exteriores) tomou a iniciativa de formular uma política de aproximação com o Equador, visando a segurança das fronteiras brasileiras em meio ao tumulto da controvérsia Peru-Ecuador. O primeiro passo da estratégia de Rio Branco foi instalar um representante diplomático brasileiro em caráter permanente junto ao governo do Equador, e para tanto, nomeou, em abril de 1904, Graccho de Sá Valle, como ministro residente em Quito. Após esse ato, subscreveu no Itamaraty, junto com o plenipotenciário equatoriano Carlos Tobar, em 5 de maio

de 1904, um secreto Protocolo de Aliança (Correa, 1966 p.7) aprovado e ratificado nesse mesmo ano, além de um condicional Tratado de Limites celebrado no Rio de Janeiro, com o mesmo plenipotenciário em 7 de maio de 1904 (MRE, 1947, 51)

O Tratado de Limites 7 de maio de 1904, entre Brasil e Equador, dizia:

#### ARTIGO I

A República (sic) dos Estados Unidos do Brasil e a República (sic) do Ecuador (sic) concordam em que, terminando favoravelmente para o Ecuador (sic), como esta República (sic), espera, o litigio (sic) que sobre limites existe entre o Ecuador (sic) e o Perú (sic), a fronteira ente o Brasil e o Ecuador (sic) seja, nas partes em que confinem, a mesma estipulada no Artigo VII da Convenção celebrada em Lima pelo Brasil e pelo Perú (sic) aos 23 de Outubro de 1851, com a modificação constante do accordo(sic), tambem(sic) assignado (sic) em Lima, de 11 de Fevereiro de 1874, para a permutação de territórios (sic) na linha do Içá ou Putumayo, isto é, que a fronteira seja, - no todo ou em parte, conforme o resultado do sobredito litigio (sic), - a linha geodesica (sic) que parte da bocca (sic) do igarapé Santo Antonio (sic), na margem esquerda do Amazonas, entre Tabatinga e Leticia (sic), e termina na confluencia (sic) do Apaporis (sic) com o Japurá ou Caquetá, menos na secção do rio (sic) Içá ou Putumayo cortada pela mesma linha, onde o alveo (sic) do rio, entre os pontos de intersecção, formará a divisa.

#### ARTIGO II

As duas Altas partes contractantes (sic) declaram que celebrando o presente tratado, não têm a intenção de prejudicar qualquer direito que possam provar em tempo as outras nações visinhas (sic), isto é, que não têm a intenção de modificar as questões de limites pendentes entre o Brasil e a Colombia (sic) e entre o Equador, a Colombia (sic) e o Perú (sic), proposito (sic) que o Brasil tambem (sic) não teve quando negociou com o Perú (sic) a convenção de 23 de Outubro de 1851. (MRE, 1947, p.51)

### **SUPRESSÃO DO LIMITE BRASIL-EQUADOR**

Como é sabido, o território da Audiência de Quito ter-se-ia se estendido até o vale dos Rios Putumayo e Caquetá. Porém o desenvolvimento do processo de delimitação das fronteiras colombo-equatorianas, que tem início com a independência dos dois países, levou o governo de Quito a celebrar vários acordos com Bogotá, sendo o mais importante deles, o Tratado Muñoz Vernaza-Suárez de julho de 1916. Por meio desse convênio, o Equador cedeu à Colômbia um amplo setor de 186.600 quilômetros quadrados compreendidos entre os Rios Caquetá e Putumayo que haviam pertencido à Audiência de Quito e estendiam-se até a fronteira com o Brasil. Em contrapartida, a Colômbia

concedia ao Equador um acesso ao Rio Putumayo e devolvia pequenas áreas territoriais obtidas nos convênios de 1908 e 1910.

Como principal consequência dessas negociações, a Colômbia passou a ser ribeirinha do Rio Amazonas e o Equador, como diz Oscar Efrén Reyes, (1960) perdeu seus contatos territoriais com o Brasil, que haviam sido matéria de um tratado – o Tratado Tobar-Rio Branco - subscrito em 6 de março de 1904, na cidade do Rio de Janeiro.

## **INTEGRAÇÃO BRASIL-EQUADOR**

A globalização da economia mundial e a crescente busca da qualidade e maior produtividade dos itens de exportação forçam uma maior aproximação dos países sul-americanos na busca de complementarem suas economias. Em tal circunstância encontram-se Brasil e Equador que buscam novas que buscam novas formas de intercâmbio comercial e, com isso emergem os estudos sobre os meios de transporte que permitam uma redução dos custos finais dos produtos transportados entre os diversos mercados dos dois países.

A realidade das relações Brasil-Ecuador, mostra a existência de trocas comerciais de pequeno vulto, com a balança bastante favorável ao Brasil apesar das compras de petróleo pela campanha estatal brasileira desse setor para abastecer a refinaria de Manaus. Por outro viés, o governo de Quito, oferece ao Brasil a possibilidade de uma alternativa de saída comercial ao Pacífico através de Esmeraldas, um porto de porte médio localizado na costa norte do Equador. Sem dúvida essa possibilidade vem de encontro a necessidade brasileira de facilitar o escoamento das safras das áreas de fronteiras agrícola da Amazônia, que possuem, para exportarem, uma volumosa produção de grãos, tornando o produto do Brasil mais competitivo no mercado internacional.

Examinando esse assunto sob outro ponto de vista, uma saída comercial do Brasil ao Pacífico, através do Equador, exigirá mudanças no sistema de transporte bem como poderá reduzir em até 7400 quilômetros a distância percorrida por produtos brasileiros para alguns destinos asiáticos. Neste caso, vários itens da pauta de exportações brasileiras que são embarcadas nos portos de Santos, Rio de Janeiro e Vitória, poderão ser direcionadas para um corredor internacional na Amazônia, cruzando o Equador e, embarcadas no citado porto de Esmeraldas para os importadores asiáticos. Nesse caso, vários itens da pauta de

exportações brasileiras que são embarcadas no porto de Santos poderão ser direcionadas para o corredor internacional Manaus-Esmeraldas, e serem embarcados nesse citado porto equatoriano para os importadores asiáticos.

Com relação o possível estabelecimento de um corredor modal Brasil-Ecuador, cabe dizer que a Empresa brasileira de planejamento e transportes (GEIPOT) fez estudos sobre uma rota comercial hidrorodoviária entre Manaus e Esmeraldas que poderá, em futuro, ser realidade desde que sejam providenciadas obras no Rio Putumayo e em algumas rodovias do Ecuador.

A ligação Brasil-Ecuador, através de um corredor modal articulado com vias navegáveis e rodoviárias pode ter seu marco inicial em Manaus seguindo águas acima do Rio Solimões por Tefé e Fonte Boa até a localidade de Santo Antonio do Iça, no foz do Rio Iça; e navegando por esse mesmo até Vila do Rio Branco, na fronteira do Brasil com a Colômbia. Esse trecho de 1080 quilômetros apresenta boa navegabilidade no Iça para embarcações com calado variável em torno de quatro metros.

De Vila Rio Branco, esse corredor prossegue águas acima do Rio Putumayo (que faz a fronteira Peru-Colômbia) até a cidade colombiana de Puerto Lequizano que conta com uma base naval. Prosseguindo águas acima do Putumayo o corredor, ainda em território colombiano, passa em Puerto Asis (cidade com mais de 50 mil pessoas) chegando em Puerto el Carmen del Putumayo, no Ecuador, que possui uma plataforma metálica flutuante de 30 metros de comprimento sobre o Putumayo que aqui possui um canal navegável de 3 metros de profundidade. De Puerto el Carmen em diante, o corredor percorre 680 quilômetros de rodovias que cruzam por Nueva Loja, Baeza, Quito, Rosa Zárate e Esmeraldas. Esta rota terrestre apresenta condições operacionais adversas, pois apenas 345 quilômetros são pavimentados (Esmeraldas – Baeza) e deve-se transpor a Cordilheira dos Andes.

A rota Brasil-Ecuador possui uma extensão de 3611 quilômetros e oferece vantagens tanto ao Brasil (que pode utilizar o porto de Esmeraldas tanto para exportação como importação) e ao Ecuador, carente de uma saída ao Amazonas para levar o desenvolvimento a sua região de Oriente. Entretanto os projetos apresentados até o momento para a melhoria da navegabilidade do Putumayo e as obras rodoviárias entre Puerto El Carmen e Nueva Loja, não são suficientes para implantar este corredor.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS SOBRE AS RELAÇÕES BRASIL-EQUADOR**

No remate deste estudo sobre as fronteiras e relações do Brasil o Equador, assume importância a indagação de quando têm início esse relacionamento. E, tratando-se de geografia e relações internacionais, é aconselhável seguir os ensinamentos de Aron, (1971, p. 52) para quem “não importa muito saber onde começam e onde terminam as relações internacionais [...] o importante é determinar o centro de interesse [...] ou dos componentes que o constituem”.

Apresentada essa consideração inicial, examinou-se o território do relacionamento brasileiro-equatoriano e sua dinâmica, ficando evidenciado que o centro de interesse, inequivocamente, é o Rio Amazonas com seus afluentes. Por essa perspectiva, a histórica viagem de Pedro Teixeira, em 1637, inaugurando as comunicações entre a colônia brasileira e a Audiência de Quito, assinalaram as primeiras relações entre Brasil e Equador, podendo-se, portanto, tomar essa data como referência para o início da convivência Brasil-Equador.

Deve ser dito, contudo, de acordo com o que foi registrado em vários documentos do Itamaraty que as relações do Brasil com o Equador até 1940, mostram poucos acontecimentos significativos e as trocas comerciais caracterizaram-se por movimentação financeira sem maior vulto. Isso ocorreu principalmente devido ao fato de não haver uma faixa de fronteira entre brasileiros e equatorianos.

Deve-se considerar, contudo, a importância das questões de navegação fluvial para o Equador, pois o principal objetivo da política externa do governo de Quito era uma saída livre e soberana para o Rio Amazonas e deste ao Atlântico. Convém recordar que esse objetivo equatoriano coincidia com os propósitos da política externa da República do Peru, país vizinho que lhe obstaculiza a saída ao Rio Amazonas. Neste particular, cabe lembrar que a concessão de navegação, nas seções dos rios internacionais que atravessam o Brasil, é um direito que assiste exclusivamente ao governo brasileiro.

E, só a ele compete, quando lhe parecer oportuno, celebrar convênios de navegação com os países ribeirinhos. Pelo que foi examinado, nesta investigação, conclui-se que a doutrina brasileira vem sendo aplicada desde 1851, não tendo sido diferente das propostas

formuladas pela missão diplomática de Manuel Maria Lisboa, em 1863, junto ao governo de Quito. É importante lembrar que a missão Lisboa, outrossim, estabeleceu com o Equador o *uti possidetis facto* como princípio jurídico para um futuro e possível deslinde de fronteiras. Igualmente importante para as relações Brasil-Ecuador foi o tratado condicional de limites, subscrito em maio de 1904, pois, na ocasião o Brasil estabelecia uma linha de fronteira ainda não definida entre Ecuador, Colômbia e Peru. Concluiu-se, igualmente, através de exame do teor da documentação consultada, que a possível navegação equatoriana no Amazonas nunca foi descartada pelo governo do Brasil, fato esse comprovado em 1940, quando Getúlio Vargas, em Manaus, sugeriu uma conferência dos países amazônicos.

Além disso, nos dias atuais as relações Brasil-Ecuador, vem se estreitando devido aos dois países manterem um sistema de trocas comerciais bem como aos estudos para a implantação de um corredor de exportação e importação entre Manaus e Esmeraldas.

E, fechando este estudo conclui-se que o Brasil, em suas relações com Quito e demais países amazônicos, sempre manteve os mesmos princípios, ou seja, ajustes de fronteira, regidos pelo princípio jurídico do *uti possidetis facto* e celebração direta de convenções fluviais com cada um dos países ribeirinhos do Amazonas incluindo-se o governo de Quito.

## REFERÊNCIAS

AHI **Relatórios da Repartição dos Negócios Estrangeiros**. Rio de Janeiro, 1827-1888.

AHI **Relatórios do Ministério das Relações Exteriores**. Rio de Janeiro, 1889-1950.

ARON, Raymond. **Paz e Guerra entre as nações**. Brasília: Ed. UnB, 1979

BRASIL Ministério dos Transportes. GEIPOT. **Corredores bioceânicos**. Brasília, 1966.

BRASIL, Altino. **Viagem pelo Amazonas**. Porto Alegre: Cisne, 1986.

BENAVIDES CORREA, Alfonso. **Sepultando ilusión**. Lima: G. San Marquina, 1965.

CAMINHA, João Carlos. **Delineamento estratégico**. Rio Janeiro: Ed. Exército, 1982, 3v.

CARVALHO, Carlos. **História diplomática do Brasil**. São Paulo: Nacional, 1959.

CUNHA, Euclides. **Peru versus Bolívia**. São Paulo: Cultrix, 1975.

EFREN REYES, Oscar. **Resumen histórico del Ecuador**. Quito: Jodoco Rieche, 1960.

HELPERICH, Gerald. **O cosmos de Humboldt**. Rio de Janeiro: Obejetiva, 2005.

MEDINA CASTRO, Manuel. **EUA y América Latina**. La Habana: Casa de América, 1968.

MRE **Questões de limites**. v.V. (Barão do Rio Branco). Rio de Janeiro: MRE, 1947.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

SOARES, Álvaro Teixeira. **História da formação das fronteiras Brasil**. Rio Janeiro: CFC, 1972.

VIANNA, Hélio. **História diplomática do Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. Exército, 1958.

VICUÑA, Jorge. **Comisión Francesa**. Guayaquil: Universidad Guayaquil, 1986.

## **ASPECTOS DA FORMAÇÃO TERRITORIAL DO SUL DO BRASIL<sup>1</sup>**

**Ana Paula Claro**

UNIOESTE (Campus Francisco Beltrão-PR)

annyclaru@hotmail.com

### **INTRODUÇÃO**

Este trabalho é um resumo das observações feitas através do trabalho de campo realizado no Rio Grande do Sul, nas cidades Santa Maria, Mata e São Miguel das Missões e do Distrito de Vale Vêneto. Estas observações no proporcionaram um melhor entendimento quanto às diferentes fases da ocupação e desenvolvimento do Sul do Brasil.

Para Saquet (2009), [...] "a construção do espaço e do território é processual e relacional.[...] a apropriação, produção e dominação do espaço, historicamente, gera o território. [...] Através das relações sociais (econômicas, políticas e culturais) . Isto explica as fases de ocupação do sul do país que deu origem ao território que conhecemos nos dias atuais".

Faremos assim uma breve análise quanto à contribuição dos colonizadores portugueses e da imigração estrangeira, fundamentais na transformação deste espaço, em território ocupado.

### **HISTÓRICO DA FORMAÇÃO TERRITORIAL DO RIO GRANDE DO SUL, SANTA CATARINA E PARANÁ**

Para iniciarmos esta reflexão, é importante que façamos uma breve retrospectiva quanto ao histórico da formação destes três estados que compõe a Região Sul do Brasil. Para tanto destacamos a importância deste território por estar geograficamente situado em uma área que no período colonial fazia fronteira com as áreas de domínio espanhol. Por se tratar de uma área recém 'descoberta' apesar de alguns acordos realizados pelos reinos de Portugal e Espanha estas áreas de limites eram sempre alvo de disputas geopolíticas, pois os dois reinados queriam ampliar a extensão do território em seu domínio.

O governo português tinha interesse em povoar estas áreas a fim de

---

<sup>1</sup> Trabalho vinculado a disciplina de Geografia Regional do Curso de Geografia licenciatura.

estabelecer domínio permanente sobre este espaço. Os primeiros acampamentos e vilas que se formaram no séc. XVII e séc. XVIII, no Rio Grande do Sul tinham caráter militar, no qual militares recebiam do governo um pedaço de terra a fim de fixarem residência nas áreas de limite com o reino espanhol. Por este motivo as cidades mais antigas do Rio Grande do Sul são oriundas destas bases militares fundadas pelos portugueses.

No início do século XIX o governo passa a promover a vinda de imigrantes para o Brasil.

[...] tanto a imigração alemã (1824) como a italiana (1870), no extremo sul do Brasil, foram promovidas como um conteúdo complementar na economia brasileira, porque havia a necessidade de satisfazer as cobranças externas sobre a situação dos imigrantes no Brasil e de produzir alimentos para o mercado interno. [...] fomentar mudanças nas relações produtivas e o mercado de trabalho livre e, ao mesmo tempo definir a ocupação das terras do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina(SAQUET, 2009,p.5).

## **SANTA MARIA-RS**

O local onde hoje encontramos o município de Santa Maria, era onde, no Brasil colonial de acordo com o tratado de Santo Ildefonso de 1777, limitavam-se as áreas de domínio português e espanhol. Este território foi naquela época dividido em sesmarias a fim de ocupar esta área de fronteira. Está situado junto da Serra Geral.

Segundo dados da Prefeitura Municipal de Santa Maria (2009),este

município é um dos primeiros no Rio Grande do Sul. Em 1857 Santa Maria foi elevada a condição de vila, separando-se de Cachoeira do Sul. O Município foi criado em 16 de dezembro de 1857. (Fonte: [www.santamaria.rs.gov.br/?secao=perfil\\_historia](http://www.santamaria.rs.gov.br/?secao=perfil_historia) Acesso em: 29 de julho de 2009).

A paisagem predominante é característica do pampas gaúchos com predomínio de planícies, áreas de banhado utilizadas no cultivo do arroz e áreas de pastagens onde criam-se ovelhas e gado.

Santa Maria Possui também a Universidade Federal de Santa Maria que é referência em ensino superior em toda a região sul, assim como o Hospital Universitário que atende a pacientes de toda a região e funciona dentro do campus da universidade.

## **VALE VÊNETO**

O distrito de Vale vêneto pertence ao município São João Polêsine no Rio Grande do sul. Destaca-se por ser a representação da história dos imigrantes italianos que chegaram aquela região por volta de 1878 em decorrência da expansão da Quarta Colônia de Imigração Alemã, Silveira Martins.

Os imigrantes que povoaram esta região são oriundos do Norte da Itália, região do Vêneto, de onde também se origina o nome 'Vale Vêneto', em 1881, foi proposto o nome de "Val Vêneta", por ser um bonito vale, com clima mais ou menos parecido com o da região de origem dos

imigrantes, mais tarde foi o nome foi traduzido para o português ficando assim Vale Vêneto.(RIGHI, on-line,2009).

Vale Vêneto possui um museu histórico considerado o maior acervo histórico e cultural Italiano do Rio Grande do Sul. Este museu possuiu acervo de mais de três mil peças, como objetos de Lavoura, móveis da época, roupas e outros utensílios de históricos. Esse material foi doado e é mantido pela Associação Cultural do Imigrante.

## **MATA-RS**

O município tem origem nas aldeias indígenas que pertenciam à Redução Espanhola de São José no séc. XVII. Em 1836 essas terras foram doadas pelo governo imperial como sesmarias e fim de povoar e colonizar a região. Em 1885 esta região recebeu imigrantes alemães que fixaram-se e juntamente com a construção da ferrovia originaram o atual município em 1964.

Na região de Mata existe o maior sítio arqueológico de madeiras fossilizadas do mundo, motivo este do slogan "Cidade de pedra que foi madeira". Visto de longe os troncos parecem de madeira comum, mas ao tocá-los percebemos a estrutura petrificada. Esse processo se deu a mais de 200 milhões de anos em que a sílica, popularmente conhecida como areia penetrou em todo o corpo da árvore e vitrificou sua estrutura impedindo-na de apodrecer.

## **SÃO MIGUEL DAS MISSÕES-RS**

Teve origem nas reduções jesuíticas, quando em 1632 foi fundada a Redução de São Miguel Arcanjo as quais contavam com infra-estrutura de vilas, eram instaladas na floresta subtropical, possuíam igreja, que era o centro, hospital, asilo, escolas, casa e comida para todos e, oficinas e até pequenas indústrias.

Em 1750 com o Tratado de Madri, ocorreu grande conflito entre Portugal e Espanha, com milhares de mortos, especialmente de índios, as reduções foram destruídas, expulsando os jesuítas e deixando os guaranis sem qualquer coordenação.

Hoje no local existe chamado de Ruínas de São Miguel considerado como Patrimônio Mundial pela Unesco, um dos principais vestígios do período das Missões Jesuíticas em todo o mundo.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A histórica formação territorial do Sul brasileiro nos permite compreender as diferenças quando a comparamos com o restante das regiões do país. Como bem destaca Saquet (2009) os negros e índios "são envolvidos e excluídos social e territorialmente. Suas características culturais, econômicas e políticas, assim, foram tornadas quase invisíveis [...]".

Passamos assim a perceber claramente a origem de toda esta cultura tão

semelhante á europeia apesar de tão distante. Desta forma entendemos o porque desta tão pouca heterogeneidade racial e valorização de sobrenomes não tão comum no restante do país.

A imigração europeia foi determinante para a formação de cidades que dela se originaram e que se tornaram turísticas, por trazer para dentro do nosso país a possibilidade de conhecermos a cultura europeia através das construções, culinária, roupas, ideologias, religião e dialetos que deram origem ao 'sotaque do sul'.

Assim as características culturais sociais e políticas, da região sul do Brasil, são refletidas nesta organização espacial e territorial, devido ao processo histórico originário que relatamos ao longo deste trabalho.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, Manuel C. de. **Geopolítica do Brasil**. São Paulo: Ática, 1989.

BARRETO, Abeillard. **Bibliografia sul-riograndense**: a contribuição portuguesa e estrangeira para o conhecimento e a integração do Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1976.

PRADO Jr., Caio. **História Econômica do Brasil**. SP: Brasiliense, 1987.

PREFEITURA Municipal de Santa Maria: Disponível em < [www.mata.rs.gov.br](http://www.mata.rs.gov.br)>. Acesso em : 28 de jul. 2009.

RIGHI, Adriano Zavareze. História de Vale Vêneto. Disponível em: <[www.valeveneto.net/index.php?secao=historia](http://www.valeveneto.net/index.php?secao=historia)>. Acesso em: 29 jul. 2009.

SAQUET, Aurélio Marcos. **O(s) Tempo(s) e o território da imigração no sul do Brasil**. [ s.l.,s.n], 2009.

## UMA ABORDAGEM SOBRE GEOGRAFIA CULTURAL

**Andréia Savoldi**

UEPG (Ponta Grossa-PR)  
andrea.savoldi@bol.com.br

Os grupos humanos transformam os meios naturais onde se instalam, os homens vivem em lugares que não desenharam, as sociedades inscrevem-se em espaços cujos traços são herdados de ancestrais fundadores ou de dominações estrangeiras. O papel da cultura é então de reinterpretar o espaço do que a de desenhá-lo. A reintegração do ambiente realiza-se através de cerimônia cujo papel é o de revelar o que habitualmente é escondido.

A geografia cultural pode se entendida como um ramo de Geografia que se preocupa com destruição espacial das manifestações culturais, tudo o que é resultado de uma criação ou transformação homem sob a natureza, ou das relações com espaço. "Em 1978, Cosgrove previa a cooperação vantajosa entre a geografia cultural humanista e a geografia social marxista, através da investigação sobre o mundo do homem e as geografias da mente" (COSGROVE, 1997).

Os temas da Geografia Cultural fornecem uma moldura para a compreensão dos elementos culturais da geografia mundial. A explicação do presente, porém, só é possível através do entendimento do algo do passado. O estudo das origens culturais e da difusão de inovações fornece chaves de identificação das relações entre a geografia do presente e a geografia do passado.

Uma possível definição dessa "nova" geografia cultural seria: contemporânea e histórica (mas sempre contextualizada e apoiada e apoiada na teoria); social e espacial (mas não reduzida a aspectos da paisagem definidos de forma restrita); urbana e rural, atenta à natureza contingente da cultura, às ideologias dominantes e às formas de resistência. Para essa nova geografia cultural não é uma categoria residual, mas o meio pelo qual a mudança social é experienciada, contestada e constituída. (CORREA; ROSENDAHL, 2003).

A geografia Cultural atual representa apenas um ponto de contínuas mudanças que começaram com as mais antigas modificações humanas sobre o ambiente. O conhecimento sobre eventos e processos que auxiliaram a modelar o

mundo de hoje indicam algo da natureza, da extensão e do ritmo de mudança que está constantemente remodelando o mundo.

Os detalhes sobre as primeiras mudanças nos ambientes do passado, associadas aos primitivos habitantes do mundo, são apenas parcialmente compreendidos, devido a sua grande antiguidade.

Na geografia cultural podemos destacar a identidade cultural como rendimento de identidade de um grupo ou cultura, ou de um indivíduo, na medida em que ele é influenciado pela sua pertença a um grupo ou cultura. Todos nós nascemos com uma identidade própria, a identidade do gênero, ou seja, masculino e feminino, que possui uma característica própria e incontestada.

Podemos dizer que a identidade cultural é a influência do meio que modifica totalmente um ser já que nosso mundo é repleto de inovações e características temporárias. No passado as identidades eram mais conservadoras devido à falta de contato entre culturas diferentes, porém com a globalização isso mudou fazendo com que as pessoas interagissem mais entre si e com o mundo ao seu redor. "Os estudos culturais contemporâneos nos ensinaram a reconhecer acima de tudo, que as culturas são contestadas politicamente. A visão unitária da cultura dá lugar à pluralidade de culturas, cada uma com suas especificidades de tempo e lugar" (CORRÊA; ROSENDAHL, 2003).

## **REFERÊNCIA**

COSGROVE, D. E.; JACKSON, P. Novos rumos da Geografia Cultural. In: CORRÊA, Roberto, Lobato; Rosendhal, Zeni. 2003, p.134-146.

## TROPEIRISMO

**Ronaldo Pereira Gonçalves<sup>1</sup>**  
UNIOESTE (Campus Francisco Beltrão-PR)  
ronaldo.uruguay@yahoo.es

O estudo do tropeirismo no Brasil deve ser visto no contexto da expansão pecuária cujos inícios situam-se nos primeiros tempos da organização colonial. De fato em 1549 já se têm notícias de que com a chegada do primeiro governador geral da Colônia, também vieram algumas cabeças de gado bovino. Outros lotes vieram posteriormente e deram origem a grandes rebanhos no nordeste do Brasil o que impulsionou a territorialização da colônia.

Muito embora a pecuária tenha sido o suporte da penetração portuguesa em grandes extensões da colônia, a criação de animais constituiu-se nos primeiros tempos, uma atividade econômica secundária. O gado, nas propriedades agrícolas era utilizado como fonte alimentar e transporte principalmente.

Na região Sul, nos domínios da Coroa espanhola, onde hoje é o Rio Grande Sul, Uruguai, Argentina e Paraguai a criação de mulas foi estimulada para suprir as necessidades de transporte das atividades de mineração na Bolívia e Peru. E assim, tanto para levar mercadorias como para trazer minérios das minas de Potosi e embarcá-las para a Espanha, no porto de Buenos Aires ou Montevideu, utilizou-se grande quantidade de mulas. Interessa saber também, que no século XVII, chegaram a esses domínios da Espanha, mais particularmente aos pampas (região com pequenas elevações recobertas de gramíneas) os padres Jesuítas que fundaram missões ou aldeamentos de indígenas. Nesses locais os religiosos introduziram a pecuária extensiva que muito prosperou. Posteriormente a cobiça de interesseiros e bandeirantes que desejavam apressar o gado e os índios levou a muitos conflitos a essa região resultando a expulsão dos Jesuítas dos territórios espanhóis no ano de 1759. Em tal situação o gado procriou-se solto pelos campos do Rio Grande.

---

<sup>1</sup> Professor adjunto, docente da UNIOESTE FBE, Membro do "Grupo de Pesquisas em História e Epistemologia de Geografia".

No Brasil-colônia do século XVII o grande produto de sustentação econômica era o *plantation* da lavoura de cana-de-açúcar. Em fins desse mesmo século, porém, os bandeirantes começaram a encontrar minas de ouro em uma região que por isso mesmo passou a ser conhecida como Minas Gerais. Ainda que o processo de exploração desse mineiro tenha sido através dos faiscadores, a quantidade de pessoas envolvidas na busca do ouro não tardou em modificar de modo acentuado o sistema produtivo e a vida econômica da Colônia. Assim, pois o abastecimento da região das Minas Gerais (ferramentas, alimentos e vestuário) inicialmente feito pelo braço escravo teve que ser alterado. A viagem de São Paulo até as Minas Gerais, durava quatro meses sendo muito penosa, ocasionando a morte de muitos cativos que custavam dinheiro. A partir de então buscou-se uma alternativa que constituiu-se nas tropas de mulas.

Tinhas-se conhecimento, através dos bandeirantes, da grande quantidade de gado na região dos "Campos de Viamão" e nas "Missões". Já em 1679 o bandeirante Guilherme Dias Cortes fez uma incursão de Curitiba por terras abaixo nomeando os locais por onde passou, entre eles os "Campos de Curitiba". Alguns anos depois, em 1728, o sargento-mor Francisco Souza e Faria junto com um grupo de bandeirantes deu início ao registro de um caminho que ligou o Sudeste com o Sul do Brasil e, que passou a ser chamado de "Caminho de Viamão". Embora houvesse outros caminhos, essa "estrada" cujo ponto de convergência eram os "Campos de Curitiba" foi a mais utilizada em todo o ciclo do tropeirismo desde 1733, quando Cristovão Pereira de Abreu e mais uma centena de tropeiros passaram pelos "Campos de Curitiba" com uma tropa composta por mais de três mil muare. Essa estrada, começava nos "Campos de Viamão", atravessa os "Campos de Vacaria", ainda no Rio Grande do Sul, prosseguia por Lages, Curitiba, Rio Negro, Palmeira, Castro, Jaguariava e Itararé, até Sorocaba, onde havia uma grande feira na qual os tropeiros comercializavam as tropas de mulas trazidas do Sul.

O tropeirismo, não se pode negar, foi o suporte do ciclo do ouro e mais tarde, da mesma forma, do café pois foi nas bruacas colocadas no lombo dos muare que a carga extraída dos garimpos era transportada para vários destinos. E, também foram os muare que carregaram os gêneros alimentícios que garantiram a permanência dos garimpeiros nas minas e do braço trabalhador nos cafezais.

A grande contribuição do tropeirismo foi sem dúvida a de garantir a unidade do Brasil com o resto do país e manter a comunicação com várias regiões em uma época em que Espanha e Portugal rivalizavam pelo controle hegemônico da América latina. Também deve ser lembrado que devido ao tropeirismo temos hoje uma cultura e um linguajar distinto da língua portuguesa falada em Portugal. O contato com o meio geográfico brasileiro e a necessidade de nomear locais e situações inerentes a atividade tropeira forjaram a necessidade de um léxico de palavras e expressos que atenderam as necessidades locais.

Ao longo do "Caminho de Viamão" surgiram numerosos núcleos populacionais que posteriormente se transformaram em importantes cidades tanto no Rio Grande como em Santa Catarina e no Paraná. Entre essas localidades, cabe citar, Curitiba cuja localização geográfica tornou-a um ponto de convergência dos caminhos de tropas.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, Manuel. **A questão do território no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1998.

CALDEIRA, Jorge. **História do Brasil**. São Paulo: Companhia Das Letras, 1999.

CURITIBANOS, **Museu histórico**. Prefeitura Municipal, 2009.

DINIZ, João Maria. **Tropeirismo**. Castro: Museu do Tropeirismo [1990].

MORAES, Adair. **História de Curitiba**. Curitiba: Prefeitura Municipal, 2008.

STRANFORINI, Rafael. **No caminho das tropas**. São Paulo: Linc, 1990.

## POSSIBILIDADES E LIMITAÇÕES DA RELAÇÃO SOCIEDADE, MEIO AMBIENTE, E UNIDADES DE CONSERVAÇÃO<sup>1</sup>

**Beatriz Rodrigues Carrijo<sup>2</sup>**

UNIOESTE (Campus Francisco Beltrão-PR)  
biacarrijo@gmail.com

**Ivanir Ortega Rodrigues da Silva**

UNIOESTE (Campus Francisco Beltrão-PR)  
ivaortega@yahoo.com.br

### INTRODUÇÃO

Ao longo de sua história evolutiva a humanidade vem se relacionando com a natureza de diferentes formas. Ora com caráter exploratório, ora com maior intensidade, o homem sempre buscou os recursos naturais para sobreviver. Num primeiro momento objetivou sua subsistência. Posteriormente, com objetivo de acumulação de capital, o homem intensificou a apropriação dos recursos naturais, culminando na crise ambiental que hoje é pauta dos debates nas mais diferentes esferas.

Como conseqüência do uso irracional dos recursos naturais pode-se citar a perda de biodiversidade da flora e da fauna e, de modo geral, o comprometimento quantitativo e qualitativo (em diferentes escalas) dos recursos naturais. Para amenizar essa situação foram desenvolvidas estratégias de manejo e conservação dos recursos naturais, dentre elas a criação das Áreas Naturais Protegidas.

O termo *Áreas Naturais Protegidas* é amplamente utilizado tanto na Europa como na América do Norte. No Brasil a referência a estas áreas é feita pela denominação de *Unidades de Conservação*, porém, como a literatura utiliza a referência mais amplamente utilizada, adotaremos a designação "*Áreas Naturais Protegidas*".

---

<sup>1</sup> Texto subsidiado pelo Trabalho de Conclusão de Curso "Educação Ambiental do Parque Alvorada" de autoria de Ivanir Ortega, sob orientação de Beatriz R. Carrijo, defendido em 2007, no Curso de Bacharelado em Geografia – Unioeste / Campus de Francisco Beltrão.

<sup>2</sup> Professora do Curso de Geografia da UNIOESTE (Campus de Francisco Beltrão-PR), Doutoranda em Geografia pela UFPR e Membro do GETERR/ UNIOESTE (Campus de Francisco Beltrão-PR).

O objetivo desse texto é tecer algumas considerações acerca da percepção do homem em relação à natureza e às áreas naturais protegidas, uma vez que na maioria delas existem grande restrições de uso e manejo.

O texto traz um resgate sobre como o homem se relaciona com a natureza ao longo dos principais momentos da história da humanidade, tendo como base a abordagem da Percepção no contexto da Geografia. A partir da sociedade moderna, enfocaremos essa percepção em relação às áreas naturais protegidas, contextualizando histórica e tecnicamente os elementos relativos à estes espaços. Por fim pretendemos fazer algumas apreciações sobre a crise ambiental atual, os novos paradigmas socioambientais emergentes e sua relação com estas áreas.

## **A PERCEPÇÃO DO HOMEM EM RELAÇÃO ÀS ÁREAS NATURAIS PROTEGIDAS**

Para entender o modo com que o homem vem se relacionando com seu meio é necessário resgatar sua trajetória no planeta, tendo como marco inicial o período Paleolítico. É nessa fase que os seres humanos com sua capacidade de raciocínio passaram a acreditar no seu domínio sobre o meio ambiente. Nele descobriram as suas casas, utilizando-se das cavernas e dos alimentos, mas quando a escassez alimentícia chegava estes habitantes obrigavam-se a procurar novos lugares para se proteger do frio, dos animais, das chuvas e principalmente ir à busca de mais alimentos. Seus instrumentos de trabalho utilizados nas constantes mudanças eram as pedras e os ossos.

Assim Lima afirma que:

O homem paleolítico era hábil artesão, conhecem-se mais e cem tipos de instrumento e de ferramenta de pedra que eles confeccionaram, incluindo furadores, buris, pontas de lança, propulsores para lança, flechas, arpões e agulha. (LIMA, 2005, p.20)

Nesta época a humanidade não pensava em adquirir roupas ou alimentos nem se quer imaginavam acumular capital, pois a preocupação existente naquele momento era retirar da natureza o necessário para a sobrevivência.

Mais tarde na fase do Mesolítico veio a descoberta do fogo e um maior aperfeiçoamento das ferramentas de trabalho. Com o calor do fogo descobriu-se que poderiam coser seus alimentos ao invés de ingeri-los crus, essa descoberta

proporcionou maior comodidade a espécie humana que tem por interesse facilitar a sua vida utilizando-se dos meios oferecidos pela natureza.

O progresso para a época foi tanto que houve também um grande desenvolvimento na agricultura e na domesticação dos animais, mas é na fase do neolítico que o homem passa a utilizar-se do plantio em larga escala para suprir a necessidade alimentícia de uma população que vinha aumentando gradualmente.

Desta forma, houve o interesse da população em armazenar os alimentos, pois o conhecimento humano sobre as condições naturais passou a ser tão grande que conheciam o momento de plantar e o que plantar em determinada época do ano. As condições impostas pela natureza passaram a ser muito estudadas e com o avanço tecnológico as alterações no meio natural aumentaram (CIDADE, 2001)

Em povos primitivos distinguem-se as sociedades agrícolas e sociedades caçadoras nômades. Considera que as sociedades agrícolas eram bem planejadas e administradas, havia grandes cidades e ao mesmo tempo tecnologia agrícola. Em contraste, as sociedades caçadoras nômades seriam constituídas de invasores e conquistadores, experientes no uso de armas. Esses povos não eram igualitários, estabelecendo-se competição devido ao meio muito severo. (SAHTOURIS apud CIDADE, 2001, p. 103)

Para Sahtouris apud Cidade (2001), as visões de mundo e ideologia dessas sociedades agrícolas seriam caracterizadas pela parceria, as sociedades caçadoras nômades adoravam um "Deus-pai". Esses diferentes contextos materiais e ideológicos teriam rebatimento em distintas visões da natureza.

Sahtouris apud Cidade (2001), também argumenta que as sociedades agrícolas consideravam a natureza uma grande mãe, viva e em transformação. As pessoas eram parte desse 'ser'. Já para as sociedades caçadoras nômades, a natureza estaria separada tanto dos deuses como das pessoas. A natureza teria sido criada por um Deus exterior a ela; significava uma dádiva para ser usada e explorada. Os homens e seus deuses desfrutariam uma posição externa e superior à natureza.

A partir de tal análise pode-se observar duas concepções distintas de natureza. Uma vê o homem como um ser integrante e interagente do meio onde vive. Em contrapartida, há também uma separação entre a sociedade e a natureza. Sendo assim, na atualidade observam-se valores distintos, opostos.

Portanto, pode-se perceber que algumas características atuais na concepção de natureza têm origens históricas bastante antigas, principalmente o conceito que analisa a natureza como um elemento "distante" do homem.

Mais tarde, por volta dos séculos VII antes de Cristo até o século IV depois de Cristo, as visões de mundo, assim como de natureza, seriam diferenciadas em vários aspectos. Segundo Sahtouris apud Cidade (2001), os filósofos viam a natureza como um ser vivo em constante transformação. Também, a natureza se apresentava imperfeita porque as pessoas não conseguiam ver sua perfeição. Os filósofos descobriram que a natureza possuía leis regulares e permanentes, cujos efeitos poderiam ser modificados pela técnica. Haveria uma estrutura racional, lógica, separando o mundo humano do mundo natural. Aos poucos, foram se estabelecendo influências mútuas entre as diferentes formas de pensar. Começou a haver um grande contraste de opiniões, contribuindo, ao mesmo tempo, com o avanço da ciência antiga.

A Idade Média tem como principal característica a hegemonia da igreja católica. Sob essas perspectivas como as visões de mundo e de natureza eram concebidas pela sociedade?

A distinção de visões de mundo e visões da natureza segundo diferentes sociedades não é clara, pois predominava a doutrina da igreja e a tradição hebraico-cristã. Na Europa, a religião, ao impor seus valores chegou a forçar pensadores a verdadeiros retrocessos, contrariamente ao mundo árabe, que soube valorizar a bagagem acumulada por outras civilizações, como a igreja (CIDADE, 2001, p. 111).

Capra (1987) comenta que a visão de mundo predominante na Europa Medieval era orgânica. O que significava que havia, por um lado uma inter relação das esferas espirituais e materiais e, por outro lado, a subordinação das necessidades individuais às da comunidade. A vida desenvolvia-se em harmonia com a ordem natural. As visões da natureza que acompanhavam as visões de mundo e o conhecimento medieval eram ainda de relações orgânicas que se desenrolavam em um universo vivo e espiritual. A Terra ainda tendia a ser vista como mãe nutriente.

Considera-se ainda que, nesta fase, a visão de mundo dominada pelo cristianismo, seguia os dogmas da religião, juntamente com um resgate de linhas do pensamento grego inspiradas pelas idéias de perfeição e matemática.

Ao longo dos períodos posteriores (Renascimento, Iluminismo) o conhecimento começou a fluir com maior intensidade tornando-se sede de um reflorescimento da cultura e das artes. O capitalismo (concorrencial) avançava, caminhando para o fim do regime feudal. Rossato (1990) enfatiza o mundo medieval, centrado na contemplação da natureza e não na sua explicação.

As relações entre o contexto social, visões de mundo e visões de natureza continuaram manifestando-se durante os séculos subseqüentes.

Cidade (2001) argumenta que o século XIX caracterizou-se pela continuada ampliação do território sob hegemonia capitalista. A concentração de capitais, assim como a emergência de crises foram tendências marcantes nessa fase.

Conforme Iannone (1992), o ser humano veio caminhando lentamente, ao longo desses milhares de séculos, e foi gradativamente dominando o mundo ao seu redor, enriquecendo seu conhecimento, partindo com sua inteligência e criatividade para uma escalada que perdura até os nossos dias e, certamente, terá sua continuidade.

Muitas vezes, temos a falsa impressão que o homem progrediu muito pouco, ou melhor, que começou a desafiar a natureza somente com o surgimento da industrialização moderna. Contudo, sabemos que as descobertas ou evoluções são conseqüências de fatos que precederam uma data histórica: o século XVIII, com a Revolução Industrial.

A partir disso, com a evolução das técnicas a sociedade foi dominando cada vez mais os recursos até chegar ao momento atual em que os reflexos desse uso começam a ser sentidos e, por conseqüência, debatidos, na busca de um modo diferente de se relacionar como o meio.

Diversos cientistas vêm buscando compreender a relação existente entre o homem e a natureza. Um exemplo foi a combinação da experimentação científica com a matemática apresentada por Galileu-Galilei que segundo Cidade (2001), foi considerado o pai da ciência moderna. Mas para entender esta relação homem/natureza o pensamento geográfico também utilizou idéias de vários cientistas que apresentaram importantes métodos nos séculos XVII e XVIII, dentre os quais se encontram o método dedutivo e o indutivo exposto por René Descartes e Francis Bacon que vem sendo utilizado por pesquisadores até o século atual.

Na Ciência Geográfica foi no século XIX com o interesse de Alexander Von Humboldt em buscar conhecer o espaço vivido utilizando-se da observação tornando-se assim o precursor da Geografia Científica. Nesse sentido, a Geografia é uma das ciências que mais vem colaborando na compreensão das relações existentes entre o homem e a natureza. Desta forma:

[...] Esta disciplina tem sido a principal encarregada de construir sistemas explicativos capazes de dar conta do papel do espaço nos fenômenos físicos e humanos e também, cada vez mais nas relações entre eles. Isso significa ultrapassar a descrição, mesmo que sistemática e construir um corpo teórico e metodológico sólido (CIDADE, 2001 p. 116).

Nessa tentativa de construir um campo teórico metodológico a Geografia vem se utilizando da Percepção para analisar certos fenômenos.

Dentro da linha da percepção, enquanto abordagem metodológica é possível verificar duas correntes tradicionais que buscam explicar esse fenômeno: *a empirista e a inatista*. Segundo Oliveira (1977) para o empirismo o espaço visual é algo aprendido e a percepção é inferida da experiência, ou seja, depende das características do observador. Para o inatismo o espaço visual é intuitivo e a percepção é inata, independentemente das experiências de cada um. A autora destaca ainda a proposta de Piaget que aponta a percepção como uma explicação cognitiva em que é considerada como parte integrante da vida do sujeito e se apresenta como com uma dupla natureza: "é fonte de erros sistemáticos e é reflexo e refiguração indireta da inteligência"(OLIVEIRA, 1977, p. 62).

Independentemente da corrente, cabe ressaltar que existem algumas questões inerentes a esta ou aquela abordagem. Uma delas é o fato de que a percepção tratada nesse texto está diretamente relacionada ao espaço concreto observado. Disso Oliveira (1977, p.61)

Inicialmente, é preciso lembrar que o espaço é o problema básico de toda percepção. Na verdade, percebemos um mundo cujas variáveis fundamentais são espacial e temporal, isto é, um mundo que tem extensão e duração. Este mundo, em que vivemos, está em contínua mudança e tomamos consciência dessas transformações através dos receptores sensoriais. O conhecimento do mundo físico é tanto perceptivo como representativo (OLIVEIRA, 1977, p. 61).

Não só o mundo observado está em constante alteração como também os indivíduos e, por consequência, as sociedades. Os aspectos culturais, os elementos políticos, sociais e econômicos interferem diretamente na forma como o homem vê, percebe e se relaciona entre si e com a natureza. Esse mundo

observado está em constantes mudanças e disso decorrem também as diferentes formas que o homem apreende e se relaciona com os recursos naturais. Considerando que para a criação das áreas protegidas são considerados os aspectos ecológicos, econômicos e político-institucionais, comprova-se a dinamicidade desse tema.

Além disso, tanto a configuração (*design*) como a localização espacial são aspectos atualmente considerados para a delimitação de áreas naturais protegidas. Logo acarreta, de certa forma, um grau de subjetividade na delimitação desses espaços.

Por mais que se tente aplicar princípios técnicos para delimitação de áreas protegidas é muito difícil a isenção total por parte dos atores envolvidos nesses processos. Interesses econômicos, interesses individuais e muitas outras circunstâncias podem estar diretamente ligada à criação das Áreas Naturais Protegidas, fazendo com que as populações tradicionais, ou até mesmo moradores próximos à essas áreas não tenham nenhuma identidade com estes espaços.

## **A CRIAÇÃO E DELIMITAÇÃO DAS ÁREAS NATURAIS PROTEGIDAS**

Desde o início da civilização, os povos reconheceram a existência de sítios geográficos com características especiais e tomaram medidas para protegê-los. Esses sítios estavam associados a mitos, fatos históricos marcantes e à proteção de fontes de água, caça, plantas medicinais e outros recursos naturais. O acesso e o uso dessas áreas eram controlados por tabus, normas legais e outros instrumentos de controle social.

MORSELLO (2001) afirma que o conceito moderno de unidade de conservação ou área natural protegida desenvolveu-se ao longo da história da humanidade, afirmando haver indícios de reservas nas Civilizações do Oriente num período anterior à Era Cristã.

Sabe-se que mesmo antes da criação dessas áreas, já existiam espaços criados com o objetivo de resguardar o espaço natural. Por exemplo, os assírios, estabeleceram reservas ainda antes da era cristã. Na Europa Medieval também é possível identificar algumas áreas nas quais os animais eram criados soltos na natureza. A Índia criou áreas protegidas a mais de um século. (RUNTE, 1979)

Para HARRISON et al 1982 apud MORSELLO (2001, p.24) a idéia de criação de parques foi obtendo sucesso com o tempo.

No início, o crescimento foi lento, apresentando um aumento durante os anos 20 e 30, antes de ficar estacionado por volta da Segunda Guerra Mundial. A partir do início dos anos 50, o incremento tomou novo impulso, tendo sido criado entre 1970 e 1980 o dobro das áreas que existiam até 1969 (HARRISON apud MORSELLO, 2001, p.24).

O conceito moderno de unidade de conservação (UC) surgiu com a criação do Parque Nacional de *Yellowstone*, nos Estados Unidos, em 1872. Os objetivos que levaram à criação desse Parque foram: a preservação de atributos cênicos, a significação histórica e o potencial para atividades de lazer. A partir da criação do Parque Nacional de *Yellowstone* houve uma racionalização no processo de colonização do oeste americano, levando à criação de diversas outras áreas protegidas. Nesse contexto, os parques nacionais foram criados por uma iniciativa do Estado com o intuito de assegurar, com a preservação, os interesses coletivos em detrimento dos interesses individuais de exploração.

Na Europa, desenvolveu-se outro conceito de área natural protegida. Após milênios de colonização humana, muito pouco restou dos ambientes originais nesse continente. No entanto, a paisagem modificada ainda apresentava importantes atributos de beleza cênica, e estava sendo ameaçada pelo crescimento urbano e pela agricultura de larga escala. Existiam poucas áreas de domínio público, e o preço da terra tornava inviável a desapropriação para a criação de unidades de conservação.

A alternativa adotada foi a criação de mecanismos jurídicos e sociais para regular o uso das terras privadas. Na França, as áreas protegidas foram chamadas de *Parques Naturais*. Dentre esses mecanismos destacam-se: os acordos para preservar certas práticas do uso do solo, os contratos para a recuperação de atributos cênicos e biológicos e os acordos entre proprietários e organizações civis para manter uma rede de trilhas para pedestres em áreas privadas.

Em ambas as iniciativas pode-se perceber que a conservação da biodiversidade, como um objetivo *per se*, não aparecia como motivação para a criação dessas primeiras modalidades de área protegida. Apenas a partir de meados do século XX a conservação da biodiversidade se tornou um objetivo explícito das áreas naturais protegidas.

Se nos Estados Unidos a iniciativa partiu do Estado, originando as reservas de caráter público Europa apresenta outra perspectiva para a criação de áreas naturais protegidas. Nesse caso é claro o cunho mais civil, com áreas criadas a partir das demandas das populações, prevalecendo inicialmente as áreas privadas.

No Brasil, a década de 1970 foi um marco para o fomento e a consolidação do debate ambiental na interface com diferentes áreas do conhecimento. Já tínhamos o Código das Águas de 1934 e o Código Florestal de 1965 que apontavam algumas diretrizes para o uso dos recursos naturais, mas foi a partir das grandes conferências mundiais, dentre as quais destacamos a realizada em Estocolmo no ano de 1972, que a discussão sobre o uso dos recursos e seus impactos ambientais se intensificam.

Com o passar das décadas, os debates passam a ser cada vez mais específicos, como os voltados para a Educação Ambiental (I Congresso de Educação Ambiental em Tbilissi, na Geórgia em 1977), para Mudanças Climáticas (Protocolo de Kyoto, no Japão em 1997), entre outros. Enfim, pesquisadores vão cada vez mais focando seus estudos e discussões sobre temas de interesse coletivo e que tem como característica a necessidade do envolvimento de diversas áreas da ciência.

Conforme LÉVÊQUE (1999) para conservação da biodiversidade existem dois princípios básicos: o da conservação *ex situ* que busca manter os recursos em ambiente artificiais como museus, zoológicos, ou banco de genes; e o da conservação *in situ* que busca manter a integridade dos recursos em seu habitat natural ou ambiente de ocorrência. As unidades de conservação buscam então promover o princípio de conservação *in situ*, delimitando áreas que passam a contar com restrições de uso e manejo.

No Brasil, a primeira iniciativa para a criação de uma área protegida ocorreu em 1876, como sugestão do Engenheiro André Rebouças (inspirado na criação do Parque de *Yellowstone*) de se criar dois parques nacionais: um em Sete Quedas e outro na Ilha do Bananal. No entanto, data de 1937 a criação do primeiro parque nacional brasileiro: o Parque Nacional de Itatiaia.

Somente em 2000, é que foi criado um diploma legal para a criação e regulamentação de Unidades de Conservação, com a Lei N° 9.985, de 18 de julho de 2000 que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da

Natureza. A lei define como Unidade de Conservação: *“espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regimes especiais de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção”*

De modo geral, essa lei tem como principal característica a divisão de categorias de unidades de conservação em dois grupos, sendo um com finalidade de proteção integral e outro com finalidades de uso sustentável.

As Unidades De Proteção Integral tem o objetivo de preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais, ou seja, atividades educacionais, científicas e recreativas. Esse grupo divide-se nas seguintes categorias: Estação Ecológica, Reserva Biológica, Parque Nacional, Monumento Natural, Refúgio de Vida Silvestre

Já a categoria de Uso Sustentável tem o objetivo de compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais. Esse grupo é composto pelas seguintes categorias de unidades de conservação: Área de Proteção Ambiental (APA), Floresta Nacional (FLONA), Reserva Extrativista (RESEX), Reserva de Fauna, Reserva de Desenvolvimento Sustentável, Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN), Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE).

Diegues (2000) afirma que as áreas protegidas brasileiras estão em crise, principalmente as de uso indireto (parques nacionais, reservas biológicas, etc), pois estão sendo invadidas e degradadas. Isso se deve principalmente pela ingerência do poder público, mas, sobretudo pelo modo como a sociedade ‘percebe’ essas áreas. Como o modelo adotado foi o norte-americano, no Brasil a proposição, delimitação e gestão das áreas protegidas é feita pelo Estado. Uma vez que a população não foi inserida no processo de criação da unidade de conservação, esta não possui identidade com o lugar. Como consequência na há um comprometimento com a manutenção dos recursos naturais e, por vezes, uma rejeição a estes espaços.

Em se tratando de comunidades tradicionais, essa situação se agrava, pois muitas vezes essas pessoas são desapropriadas ou têm sua subsistência inviabilizada em função da criação da área protegida.

Esse modelo de área protegida de uso indireto, que não permite haver residentes no interior da área, mesmo quando este se trata de comunidades tradicionais presentes há muitas gerações, parte do princípio de que toda relação entre sociedade e natureza é degradadora e destruidora do mundo natural e selvagem [...]. Logo, todas essas formas de vida social deverão estar fora das áreas protegidas (DIEGUES, 2000, p.9).

## **ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE O TEMA**

A primeira apreciação que apontaremos refere-se ao modelo de criação e gerenciamento de unidades de conservação que o Brasil adotou. Partindo do princípio de que a criação de áreas de protegidas já é um indicador de que as áreas estão degradadas, devem-se prezar ao máximo essas áreas. Isso não quer dizer que não se possam desenvolver atividades humanas nessas áreas. Pressupor que toda atividade humana é degradadora é um equívoco que 'importamos' junto com o modelo norte americano adotado.

A criação, delimitação e gerenciamento dessas áreas com envolvimento das populações afetadas seria um primeiro passo para mitigação dos conflitos gerados com a criação das áreas naturais protegidas.

Tanto em áreas protegidas já consolidadas (Parque Nacional do Iguaçu), como em áreas criadas mais recentemente (Parque das Araucárias), existem conflitos entre a população e as áreas. Como as unidades são de proteção integral, a população não pode continuar desenvolvendo suas atividades econômicas fazendo com que muitas delas ocorram de forma ilegal. No caso da criação de novas áreas protegidas observa-se muitas vezes o desconhecimento por parte da população ou o posicionamento contrário, já que essas áreas passarão a ser intocadas.

Se por um lado o debate ambiental aponta para uma crise global no planeta, por outro há que se começar a mudança na percepção do homem em relação a natureza. O homem foi dominado pela natureza na pré-história, depois conseguiu dominá-la a partir do período pós Rev. Industrial. Agora é o momento de se harmonizar com ela através de uma (re) aproximação sustentável e consciente.

## REFERÊNCIAS

CAPRA, Fritjof. **O Ponto de Mutação, A Ciência, A Sociedade e a Cultura Emergente**. São Paulo: Cultrix, 1987.

CIDADE, Lúcia Cony Faria. Visões de mundo, visões da natureza e a Formação de Paradigmas Geográficos. **Terra Livre**, São Paulo: nº 17; pág.99-118, 2º semestre/2001.

CONTI, J. B. A Geografia Física e as Relações Sociedade - Natureza no Mundo Tropical. In: CARLOS, A. F. A. **Novos Caminhos da Geografia**. São Paulo: Contexto, 2002. p. 9-26.

DIEGUES, A.C. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: Nupaub-USP. 1994

GLAKEN C. J. O homem contra a Natureza: Um Conceito Desatualizado. In: HELFRICHIR, H.C. (Coord). **A Crise Ambiental – A luta do homem para consigo mesmo**. São Paulo: Melhoramentos, 1974. p. 127-141.

IANNOME, Roberto Antônio. **A Revolução Industrial**. 3. ed. São Paulo: Moderna, 1992. (Coleção Polêmica).

LENOBLE, R. **História da idéia de natureza**. 5. ed. Lisboa: Edições 70, Sd; p.53-80.

MACHADO, Lucy M. C. P. Paisagem, Ação, Percepção e Cognição. In: **Encontro Interdisciplinar Sobre o estudo da Paisagem**. 3.,1998. Rio Claro: UNESP, p.1-4.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Geografia: pequena história crítica**. 15. ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

MORSELLO, Carla. **Áreas protegidas públicas e privadas: Seleção e Manejo**. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2001.

MORIN, Edgard (1977) **O método 1: a natureza da natureza**. Trad. Ilana Heinenberg. Porto Alegre: Sulina, 2005.

MORIN Edgard. **Introdução ao Pensamento Complexo**. Trad. Eliane Lisboa. Porto Alegre: Sulina, 2006.

PEDRO, Antônio. **História Antiga e Medieval**. São Paulo: Moderna, 1985.

RUNTE.A. **National Parks: the American experience**. Lincoln and London: University of Nebraska Press, 1979.

TUAN, Yi-fu. Topofilia: **Um Estudo da Percepção, Atitudes e Valores do Meio Ambiente**. Trad. Livia Oliveira. São Paulo/Rio de Janeiro: Difel, 1980.